



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO DELTA
DO PARNAÍBA**

Ministério da Educação

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Programa de Pós-graduação em Psicologia

**Afetos possíveis e o amor (des)colonizado: cartografando com mulheres não
monogâmicas**

Mestranda: Samara Eduarda Martins Becker

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado

PARNAÍBA – PI

2025

Samara Eduarda Martins Becker

Afetos possíveis e o amor (des)colonizado: cartografando com mulheres não monogâmicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME AUGUSTO SOUZA PRADO**
Data: 22/07/2025 05:32:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado
Orientador (Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO VLADIMIR FELIX DA SILVA**
Data: 28/07/2025 11:31:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva
Membro Interno (Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 **DANIELE DE ANDRADE FERRAZZA**
Data: 22/07/2025 13:52:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza
Membro Externo (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Parnaíba, aprovado em 30 de junho de 2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

- B395a Becker, Samara Eduarda Martins
Afetos possíveis e o amor (des)colonizado: cartografando com mulheres não monogâmicas [recurso eletrônico] / Samara Eduarda Martins Becker. – 2025.
144 p.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Guilherme Augusto Souza Prado.
1. Não-monogamia. 2. Mulheres. 3. Subjetividade. 4. Afeto. 5. Descolonialidade. I. Prado, Guilherme Augusto Souza. II. Título.

CDD: 305

Elaborada por Adriana Luiza de Sousa Varão CRB-3/1493

Dedicatória

Às mulheres que se dispuseram a compor essa pesquisa.

Às mulheres que amam.

À Parnaíba que foi campo não só de estudo, mas de amor.

Às professoras e professores que abriram – e ainda abrem – caminhos para que eu chegasse até aqui.

Agradecimentos

Aos que me ensinaram, súbtil ou vorazmente, o que pode ser o amor:

À minha mãe, meu amor primeiro, que aprendeu a me amar pela maternidade e que me aponta, desde cedo, as ambivalências do amor no cotidiano.

Ao meu irmão que, mesmo não mais em vida, me mostrou que há mistérios do amor que estão para além do que conseguimos compreender.

À minha família que me fez entender que amor se aprende e se escolhe.

À fé que me permite o amor e a esperança na vida.

Às professoras e professores que, com amor, desde a infância, me olharam com calma e assim me presentearam com a curiosidade e a paciência para olhar.

Aos educadores que me esperançaram.

Aos amores que não são gente, mas me permitem ser.

Aos amores que são gente e me permitem, entre incoerências, também ser.

Às paixões que me mostraram o que não é amor. E as que se fizeram amor e me ensinaram como o amor se faz.

Aos amores advindos das paixões que se desfizeram e me mostraram que amor se transforma.

Aos amores que não se desfizeram, em mim, e me mostraram que amor nos transforma.

Aos amores que se fizeram nós e me ensinam que o amor é intenção – e paciência.

Aos meus amores amigos que me permitem viver flutuante em terra firme – entre a ancora do pertencimento e o balão livre, leve e vulnerável, ligados por uma linha tão fina, mas que permite a existência para além da sobrevivência.

Aos amores amigos que deram vida a essa dissertação, desde as mesas de bares que escutaram nossas inquietações que agora, em certa medida, são estudadas ao longo desse trabalho.

Ao meu amigo orientador que, com muito amor, cuidado, parceria e cumplicidade, fez esse processo leve e possível.

E a mim, por suportar amar tantas coisas em uma vida tão breve e fugaz. Por fazer das minhas inquietações caminhos. Por sempre acreditar que dá. Por fazer dar. Por acreditar que o amor, de qualquer ordem, salva e liberta, pois já me salvou e libertou incontáveis vezes. Por não me esquecer de lembrar. Por fazer das dores causas. Por não me contentar com o contentamento descontente.

Por fim, aos amantes do amor que outrora amaram na ilusão de um amor idealizadamente impossível. Aos amantes do amor que não desistiram do amor apesar de. Aos amantes do amor que o constroem.

Ao amor que se faz em nós e de nós. Atados e de pontas soltas.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo cartografar os processos de subjetivação e dessubjetivação de mulheres não monogâmicas no contexto da cidade de Parnaíba – PI. Para tanto, tomamos como base perspectivas descolônias, compreendendo a monogamia como reflexo da colonialidade, além de pressupostos da psicanálise e da filosofia da diferença. A metodologia utilizada se baseia na cartografia e contou com dois encontros coletivos e dez entrevistas individuais na produção e colheita dos dados, prezando pela participação ativa das mulheres não monogâmicas que compõem o estudo. Os dados produzidos no campo apontam para as influências diretas do sistema neoliberal na produção de subjetividades individualizadas que recaem na busca pela liberdade individual, acúmulo de capital afetivo e hierarquização de afetos acima das lutas sociais. Além disso, emergiu da colheita de dados os distanciamentos entre teoria e prática nas (não) monogâmias e os entraves em se propor a viver relacionamentos não monogâmicos frente às normativas monogâmicas-colônias que reverberam em sentimentos como posse, ciúme e controle do outro, mesmo em relações que se dizem libertárias/não monogâmicas. Todavia, apostamos aqui em uma terceira via processual, ética e política, construída a partir de redes afetivas e rizomas, que nos permita experimentar e cultivar políticas afetivas outras, mesmo diante da colonialidade que nos atravessa. De todo modo, o estudo nos mostra que, apesar dos desafios de experimentar políticas afetivas outras em um contexto sócio-histórico-econômico como o brasileiro, mais especificamente parnaibano, há a disposição, por parte das mulheres não monogâmicas, em ressignificar e reelaborar condutas e preceitos.

Palavras-Chave: não monogamia; mulheres; subjetividade; afeto; descolonialidade.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – A não monogamia entre/para mulheres?	15
1.1 Percursos das (re)invenções das dinâmicas de afeto	15
1.2 Amor e mulheres: da supressão e assujeitamento à ressignificação e potência	22
1.3 Toxicidade das relações e processos de subjetivações de mulheres: o amor anda impossível?	25
Capítulo 2 - Percursos metodológicos	29
2.1 - Artesanando os dados	32
Capítulo 3 – A produção neoliberal de afetos: não monogamia e capitalismo	40
3.1 Vivências não monogâmicas e o contexto neoliberal	41
Capítulo 4 - Ambivalências (não) monogâmica(s)	59
4.1 – As fissuras que se sustentam entre teoria e prática	59
4.2 - “Bora fechar?” ou “Abrir pra salvar”? : os desafios em viver a teoria na prática	76
Capítulo 5 - A terceira via: que não monogamia é essa?	86
5.1 - “O segundo armário”: não monogamia processual, política e ética	86
5.2 - As Redes de (des)afetos?	104
Capítulo 6 - Apesar dos pesares: As delícias da não monogamia enquanto abertura para possíveis	123
Conclusão.....	132
Referências.....	134
Apêndices	144

Temos compreendido que nosso corpo também é um território, também compõe o território que sofre com as violências coloniais. Assim como o agronegócio explora, exaure e esgota a terra, também o capitalismo, o racismo, a transfobia e as demais violências nos exploram nosso corpo-território, de tal maneira que se faz necessário um reflorestamento também do nosso imaginário e da forma como guiamos os afetos e desejos. Para reflorestar nosso pensamento corporificado é importante que primeiro reconheçamos que a colonização não só não acabou, como continua afetando-nos de maneira íntima e profunda. Se no mundo colonial as relações com nosso território emocional também são agrotóxicas, como redução de danos podemos pensar em relações potáveis como um horizonte possível. Aqui, lembramos que a água potável não é um líquido em que não há substâncias tóxicas, mas é aquela em que esses fatores estão reduzidos a um nível que não nos prejudica. A água saudável para nosso consumo não é pura, é potável. Nesse sentido pensamos na potabilidade não como uma ausência de toxinas, mas como uma redução delas a um ponto que não nos destrua (Núñez et al., 2021, p. 86).

Afetos possíveis e o amor (des)colonizado: cartografando com mulheres não monogâmicas

Introdução

“Você diz que ama as flores e as corta.

Você diz que ama os peixes e os come.

Você diz que ama os pássaros e os prende em gaiola.

Quando você fala “Eu te amo”, eu sinto medo...”

Jacques Prévert citado por Ana Suy (2022, p. 134).

Há, atualmente, nos espaços de mídias brasileiras e no das redes sociais, um aumento das discussões, debates e diálogos acerca das mudanças nos modos de se construir relações afetivas, sexuais e amorosas, que vem acompanhadas de um constante flerte com a não monogamia e de tensionamentos acerca dos modos de se relacionar e vincular – amorosa e/ou sexualmente.

No debate público, circulam saberes que são irredutíveis aos critérios do que é ciência de um ponto de vista estrito: formações discursivas, delimitadas no espaço/tempo, que não dizem de conhecimentos voltados, necessariamente, para a veracidade e exatidão, mas de posições subjetivas (Castro, 2009) que não deixam de estabelecer diálogos com a sociedade como um todo e mesmo com a academia. Podcasts como *Bom dia, Óbivius* (Ceribelli, 2020); *Amores Possíveis* (Tilkian, 2022) e *Podcast RC Não Mono* (Monteiro & Rocha, 2021), séries com *You Me Her* (Ganatra, 2016) e *Wanderlust: Navegar é preciso* (Snellin & Tcherniak, 2018), além de autoras como Geni Núñez, Ana Suy e Regina Navarro Lins, abrem e apontam caminhos para diálogos e (des)construções acerca das dinâmicas que envolvem afeto, sexualidade, desejo e poder.

O termo não monogamia ressoa nos meios de comunicação contemporâneos, ganhando espaço no repertório de debates da sociedade em geral. Porém, apesar dos diversos debates e perspectivas acerca dos modos de se relacionar, tecer relações e viver afetividades, os atravessamentos dos moldes coloniais na monogamia compulsória - como se fossem “princípios” e não “valores” e é isso que faz com que sejam compulsórias e não “escolhas” (Vania Silva, 2021, p. 96) – junto aos seus reflexos nos processos de subjetivação têm sido pouco aprofundados por estudos na área da Psicologia.

Segundo pesquisa realizada por Carvalho (2021), que levantou os estudos da Psicologia relacionados a não monogamia entre os anos de 2004 e 2021, observamos que grande parte das pesquisas abordam acerca das configurações contemporâneas das vivências não monogâmicas e os sentidos que têm sido atribuídos à não monogamia. Assim, a revisão sistemática destacou que, em comparação com outras áreas das Ciências Humanas, Antropologia e Direito, por exemplo, a produção acadêmica na área da Psicologia se mostrou em fase inicial.

Ao buscarmos, em bases de dados, acerca do tema da não monogamia na Psicologia, encontramos estudos que tem se debruçado sobre as problematizações e os tensionamentos da monogamia frente às mudanças do contemporâneo (Almeida, 2021; Costa & Gonçalves, 2020; Longhitano, 2023; Rocha, 2023), estudos que relacionam a não monogamia à formação em Psicologia e seu compromisso ético-político contra a opressão de sexualidades e modos de vida diversos (Ailma Cunha et al., 2024) e o preparo de psicólogas(es/os) no manejo de atendimentos a pessoas não monogâmicas (Inês Saraiva, 2023).

Nas palavras de Giddens (2003), é nomeado amor confluyente àquele que se constrói a partir da relação e das vicissitudes da dinâmica com o outro, se distanciando da ideia fantasiosa da metade da laranja, que promete a completude a partir de terceiros. Essa necessidade de completude tende a gerar adoecimento psicológico, como sugere Regina Navarro Lins (2021) que destaca a importância de psicoterapeutas estarem atentas nas mudanças emergentes:

Mesmo entre os psicoterapeutas parece predominar a ideia de que maturidade emocional é ter um par amoroso estável, duradouro e exclusivo. A não exclusividade é muitas vezes interpretada como temor da intimidade, de aprofundar a relação. Acredito que se os psicoterapeutas não estiverem sintonizados com as mudanças que estão ocorrendo, podem, sem se dar conta disso, estar prestando um desserviço a seus pacientes. (Regina Navarro Lins em entrevista com Pinho, 2021)

Diante disso, o presente estudo se propõe a compreender as potências e as fragilidades do enfrentamento à monogamia compulsória por parte de mulheres que flertam com a não monogamia: como elas entendem a não monogamia? Como se ligam com a pauta, a causa, o tema ou as vivências não monogâmicas? Quais os desafios e as potencialidades em se propor a pensar/experenciar/viver a não monogamia?

Para responder essas e outras questões, valermo-nos de uma metodologia coletivizada, baseada nos pressupostos de Brigitte Vasallo (2022) de “participação observadora”, alargando a possibilidade de horizontalização e vinculação entre pesquisadora e participantes no processo da pesquisa, fazendo-se consonante com a horizontalização das relações afetivas/amorosas/sexuais proposta pela não monogamia e pelo poliamor¹, como discute a autora. Diante disso, o estudo é construído coletivamente, valendo-se das narratividades, da linguagem e dos afetos na produção e análise dos dados.

¹ “O termo poliamor, criado nos Estados Unidos, nos anos 1990, se refere à possibilidade de se estabelecer múltiplas relações afetivo-sexuais de forma concomitante, consensual e igualitária (Cardoso, 2010; Pilão & Goldenberg, 2012). O poliamor emerge, portanto, como uma alternativa à monogamia que não se restringe à defesa da não exclusividade sexual, afirmando ser não apenas possível, mas preferível amar a mais de uma pessoa e manter mais de um relacionamento ao mesmo tempo (Pilão, 2013). Os poliamoristas consideram o poliamor um vínculo mais livre do que a monogamia, uma vez que o estabelecimento de um relacionamento não é impeditivo de outros. A desvantagem da monogamia estaria também na menor honestidade entre os parceiros em função da preferência pela infidelidade em detrimento do questionamento da regra da exclusividade afetivo-sexual. Os poliamoristas acreditam ainda que o poliamor é mais igualitário do que a monogamia, já que não se basearia em uma dupla moral sexual, sendo marcado pelo combate ao machismo e pela equiparação da liberdade afetivo-sexual feminina à masculina (Pilão, 2015, p. 396; ; Pilão & Goldenberg, 2012, p. 68- 69).” (Pilão, 2019, p. 2)

Ao tempo em que nos propomos a pesquisar as formas de afeto que se dispõem a driblar o que está posto pelo colonialismo - a partir da criação das figuras de mulher e homem, recheadas de papéis sociais e atribuições *bio-lógicas* (Oyěwùmí, 2021) – entranhado em nossas vivências contemporâneas, buscamos também construir formas de fazer pesquisa que fujam ao modelo cristalizado que domina a academia (Lessa & Núñez, 2021).

Diante desses contornos, nos dispomos a pesquisar acerca das formas pelas quais se (re)constroem as políticas de afetos diante de uma sociedade que vive, replica e dissemina moldes coloniais, em prol da sustentação de papéis e normas sociais, subjetivando e disciplinando sujeitas e sujeitos neste viés, cobrando e violentando mulheres diariamente, marginalizando e estigmatizando pessoas não monogâmicas (Gonçalves, 2021). Objetivamos cartografar os processos de subjetivação e dessubjetivação de mulheres que se interessam por práticas não-monogâmicas, a partir de contribuições de epistemologias da filosofia da diferença, descoloniais e anticoloniais.

Ademais, propomos debater como as estruturas coloniais ressoam nos modos de se relacionar amorosamente na contemporaneidade, conhecendo os modos de enfrentamento ao sistema monogâmico compulsório, investigando como mulheres manejam suas redes afetivas e (re)constroem vínculos não monogâmicos, além de investigar como espaços coletivos e afetivos reverberam na produção de vida de mulheres não monogâmicas. Por fim, buscamos refletir com mulheres que experienciam a não monogamia acerca da possibilidade de construção de redes afetivas.

Para tanto, a seguir discutiremos ao longo de seis capítulos os caminhos tomados para pensar os enlaces entre amor, poder, desejo, colonialidade e normas sociais de relacionamentos, desde uma revisão bibliográfica acerca do estado da arte a respeito dos estudos de interface entre não monogamia e descolonialidade na psicologia até os percursos de campo e análises trilhados nessa pesquisa. Tomamos como pontos de discussão: os aspectos históricos que fazem

da monogamia norma e os impactos nos processos de subjetivação das mulheres, a influência do capitalismo afetivo na manutenção de afetos, as dissonâncias entre teoria e prática na não monogamia, a emergência da constituição de uma terceira via por uma não monogamia ética, política e processual, além das delícias – acima das dores – de mulheres viverem ao menos próximas de seus desejos, a partir da não monogamia.

Capítulo 1 – A não monogamia entre/para mulheres?

*“A não monogamia não torna ninguém eticamente melhor,
ela não é uma salvação, é uma possibilidade de construção para
além da monocultura dos afetos”*

(Geni Núñez, 2023, p. 99)

1.1 Percursos das (re)invenções das dinâmicas de afeto

Os debates nas ciências humanas e sociais sobre a não monogamia em sociedades ocidentais tem um primeiro impulso na antropologia urbana, que desde o século XIX tem lançado luz às diversidades que tangem família e casamento (Pilão, 2022).

Visto que a necessidade de constituição de uma espécie de família - estruturada sob um sistema monogâmico² burguês, com mãe, filhos e pai - na existência humana se deu a posteriori, concomitantemente ao raiar da propriedade privada, em áreas dos estudos sociais, no século passado, determinava-se como *promiscuidade originária* as relações amorosas/afetivas/sexuais que se estabeleciam entre sujeitas e sujeitos e que não respondiam aos parâmetros monogâmicos (Russo, 2004).

Friedrich Engels (1984), pensador da sociologia e da antropologia tece, em 1884, uma visão crítica ao matrimônio monogâmico em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, apontando as problemáticas da posse, do controle e da opressão frente à figura da mulher e desenhando o percurso histórico para o modelo de relação predominante no contemporâneo: a monogamia (Silveira, 2023).

² Brigitte Vasallo (2022) propõe que “a monogamia não é uma prática: é um sistema, uma forma de pensamento. É uma superestrutura que determina aquilo que chamamos de ‘vida privada’, as práticas sexo afetivas, as relações amorosas. O sistema monogâmico dita como, quando, para quem e de que maneira amar e desejar, assim como quais circunstâncias são motivo para sentir tristeza, em quais deveríamos sentir raiva, o que nos machuca e o que não machuca. O sistema monogâmico é uma engrenagem que distribui privilégios a partir dos vínculos afetivos e um sistema de organização desses vínculos” (p. 38).

A concepção tradicional conhece apenas a monogamia, além da poligamia de um homem e talvez da poliandria de uma mulher, silenciando ao mesmo tempo, como convém ao filisteu moralizante, que a prática, de forma tácita, mas sem barreiras, passa por cima desses limites impostos pela sociedade oficial. O estudo da história primitiva revela-nos, em contrapartida, situações em que os homens praticam a poligamia ao mesmo tempo em que suas mulheres praticam a poliandria e, portanto, os filhos de uns e outros tinham de ser considerados comuns. Essas situações, por sua parte, ao passarem por uma série de transformações, convergem finalmente para a monogamia. Essas transformações são compreendidas dentro de um processo paulatino: o círculo da união conjugal comum, que era muito amplo em sua origem, estreita-se pouco a pouco até que, finalmente, compreende apenas o casal isolado que hoje predomina. (Engels, 1984, p. 48).

Nessa linha, notamos que a monogamia não é uma estrutura dada desde o começo das civilizações, mas sim um mecanismo constituído com o passar do tempo a partir das necessidades políticas, econômicas e sociais de cada tempo, contexto e cultura. Todavia, ainda assim, como discutido na introdução, a não monogamia e o poliamor são tomados por alguns estudos contemporâneos, e especialmente nas mídias sociais, como reflexos da modernidade contemporânea e das mudanças sociais mais recentes, à exemplo da pílula anticoncepcional em 1960 (Lins, 2013).

Historicamente, o termo poliamor começa a aparecer na década de 1990, como um sinônimo de não monogamia, para se referir aos relacionamentos que se davam com mais de uma pessoa ao mesmo tempo (Cardoso, 2010). Com o tempo, o poliamor passou a ser apenas um segmento dentro das múltiplas formas de amar e a expressão *não monogamia* passou a assumir um papel de termo guarda-chuva, acoplando as variações de terminologias que, hoje,

referem-se aos diferentes modos de se relacionar amorosamente: amor livre, poliamor, relacionamentos abertos, dentre outros (Carvalho, 2021).

Mais recentemente, em decorrência principalmente do desenvolvimento das plataformas, canais e ferramentas de comunicação, fomentadas pela criação das mídias sociais e desenvolvimento das tecnologias, a não monogamia, no ano de 2015, quando os holofotes não estavam tão voltados para a temática como agora, já vinha tendo uma crescente nos debates em diversos espaços e ganhando cada vez mais adeptos (Pilão, 2015).

Todavia, a ascensão da não monogamia no contemporâneo esbarra em obstáculos conservadores que impedem a legalização de relações poliamorosas e a conquista de direitos por pessoas não monogâmicas (Navarro, 2023). Observamos, inclusive em momentos de crise, como na pandemia de Covid-19, campanhas de saúde que fomentam relações sexuais estritas e duradouras, supostamente em prol da saúde e bem estar (Navarro, 2023).

Apesar de estar sendo abordada de forma cada vez mais frequente na contemporaneidade, ao passo em que enfrenta constante supressão, as vivências de afetos rizomáticos (Vasallo, 2022) e coletivizados, atravessam a história do Brasil desde antes da sua invasão colonial (Núñez, 2021). Ou seja, apesar de, por vezes, ser apontada como uma discussão estritamente atual e contemporânea, as múltiplas dinâmicas das relações amorosas emergem desde antes da colonização.

Ao observar cartas dos jesuítas durante o período colonial do século XVI, na invasão das terras brasileiras, percebemos o choque diante da maneira de viver dos povos indígenas, em especial a chamada “poligamia dos índios” (Moreira, 2018, p. 33). A partir de então, as formas de viver dos povos originários são alvo da catequização e da inserção da ideia de pecado (Núñez et al., 2021), reverberando no processo de transformação das sociedades originárias brasileiras em sistemas de monoculturas: de produção, de reprodução, de fé e/ou de afetos.

No tocante à monocultura dos afetos, Vasallo (2022) caracteriza a monogamia enquanto um sistema, aprofundando a discussão acerca dos mecanismos da monogamia, como um sistema que diz, pra além das formas de se relacionar amorosamente, sobre a produção de subjetivação e a organização social. Ao articular e compreender a monogamia, de maneira intrincada, com os demais sistemas - como o capitalista e o colonial – a autora discute acerca dos privilégios distribuídos pelo sistema monogâmico e as formas de violência que recaem sobre as pessoas que estão fora ou fogem às normas – que, em certa medida, encontram-se à parte, deslocadas, da normatividade compulsória, discutida a posteriori – impostas pelos sistemas coloniais capitalísticos, reverberando no apagamento de outras culturas, outros povos e formas de existência e de relações interpessoais que escapam às lógicas cristãs e binárias (Lessa & Núñez, 2021).

Giddens (2003) destaca que culturas tradicionais, nos séculos XVI e XVII, eram voltadas, em certa medida, às artes eróticas, porém, nas sociedades ocidentais, a sexualidade tomou um lugar de repressão, que foi estudada por Foucault entre os séculos XIX e XX, e era associada à política confessional, herdada da catequização. O erotismo passa então à uma ciência da sexualidade, a qual é delimitada por práticas de exame e julgamento, em prol do controle do desejo sexual (Giddens, 2003).

Engels (1984) destaca que o surgimento da família, como instituição privada, sagrada e monogâmica, é arreigado à ascensão do capitalismo e da propriedade privada, na busca pela garantia de que a prole seria de um genitor legítimo. Desse modo, se justificava a supressão dos desejos sexuais de mulheres, como ferramenta crucial para a garantia de que os bens adquiridos pelo homem pai seriam destinados aos seus herdeiros legítimos, afinal “a família, *‘id est patrimonium’* (isto é, herança)” (Engels, 1984, p. 61).

Por outro lado, Regina Navarro Lins (2005), psicóloga e psicanalista brasileira, que estuda a sexualidade humana e suas reverberações nos relacionamentos, em seu livro intitulado

O livro de Ouro do Sexo, aponta diferentes mitologias acerca da sexualidade humana, em especial, no que tange à sustentação desses mitos: a união entre o pênis e a vagina. É a partir daí que diferentes culturas constroem suas crenças em torno do sexo, da sexualidade e da procriação (Lins, 2005). Nesse enredo é que também se desenham as normatividades impostas, como a mononormatividade e heteronormatividade³, que reverberam em vivências monogâmicas e heterossexuais compulsórias construídas para fins regulatórios, de ajustamento e padronização, em prol do controle e do gerenciamento das formas de existência (Porto, 2018).

Temos então, no correr da história da humanidade, uma variedade de formas de abordar, simbolizar e viver a sexualidade, condizente com os pressupostos de cada época – o que Foucault denomina como formação discursiva (Castro, 2009). No século XIX, a sexualidade passa a ser compreendida como a chave para a individualidade, arreigada ao seio familiar, que desenvolve a função obrigatória de lugar de afetos e amores (Assis & Formigon, 2009) e reproduz dinâmicas de poder, vigilância e controle (Foucault, 2006).

Nas suas pesquisas, Geni Núñez (2021) postula que as concepções de afeto, na cultura ocidental, são atravessadas por uma lógica colonial, logo, monoteísta, monocultural, heteronormativa hegemônica e, não obstante, monogâmica, que impõe às sujeitas os modos de ser e estar no mundo (Núñez et al., 2021).

Atentar aos vínculos entre o sistema sexo-gênero moderno-colonial e a monogamia, nos leva a pelo menos dois problemas até este momento da discussão, a saber: os atravessamentos

³ Duina Porto (2018, p. 252) explica que a heteronormatividade pode ser entendida “como o regime de crenças, atitudes e valores que privilegia a heterossexualidade, envolvendo discursos, estruturas de compreensão e instituições que naturalizam alguns comportamentos relativos a intimidade, notadamente no terreno da sexualidade” e se trata de um conceito que permite “descrever as circunstâncias das sociedades que, ao mesmo tempo em que enaltecem a orientação heterossexual como padrão de normalidade [...] através de práticas implícitas ou explícitas nos aspectos culturais, sociais, políticos e jurídicos”. (Silva, 2021, p. 96)

dos marcadores sociais e de classe, raça e gênero nas vivências não monogâmicas e o fomento neoliberal⁴ do individualismo a partir da não monogamia.

Primeiro, como salienta Pilão (2019), a não monogamia não deve se eximir de lidar com os marcadores sociais de classe, raça e gênero, levando em consideração a realidade de nossa sociedade marcada por desigualdades de diversas naturezas, desigualdades das quais os afetos não monogâmicos não passam ilesos.

Nesse aspecto, Maria Lugones (2008) aponta a interseccionalidade das violências de raça/classe/sexualidade/gênero, ignorada pelo feminismo branco hegemônico - que lança mão dos atravessamentos dos marcadores sociais na reprodução das diversas formas de violências. A autora busca compreender a indiferença de alguns movimentos sociais libertadores frente à intersecção de categorias como raça/classe/sexualidade/gênero e à colonialidade do poder - que se utiliza da categorização em prol da dominação e do controle.

Então, apesar de a figura mulher ainda ser tida como propriedade e o controle de seu corpo funcionar como uma garantia, apontando para as reproduções dos moldes coloniais, há especificidades nas vivências e experiências afetivas. Diante disso, Vasallo (2022) aponta que o rompimento com a monogamia não é para mulheres que conseguem, privilegiadamente, pleitear relações monogâmicas, mas sim para aquelas que não se enquadram nos padrões hegemonicamente tidos como mais desejáveis de classe, raça e gênero em seus contextos de vida, e que são colocadas de canto na prateleira do amor (Valeska Zanello, 2023).

Por isso, há ainda um enlace neoliberal que expõe a não monogamia ao fomento do individualismo: liberdade para amar quem quiser, como e quando desejar, deixando pairar no

⁴ “Peters argumenta que ‘o neoliberalismo é baseado na liberdade e na propriedade privada de indivíduos que procuram maximizar suas preferências. Este comportamento, aparentemente natural e aistórico, é particularmente importante de um ponto de vista econômico porque leva à liberdade política. Assim, a liberdade econômica do indivíduo constitui a base para qualquer sociedade civilizada e é uma resposta direta ao totalitarismo ou a qualquer forma de planejamento econômico’ (1998, p. 352). Em outras palavras, Peters está afirmando que, para o neoliberalismo, liberdade individual é sinônimo de liberdade econômica, porque dela decorre todo o resto.” (Paulani, 1999, p. 123).

ar o que tange o cuidado, o diálogo e a coletividade inerente também às vivências não monogâmicas (Vasallo, 2022). Nessa linha, também há leituras da ideia de Beck e Beck-Gernsheim (2001) de um "caos normal" que emerge nas relações amorosas contemporâneas como a expressão da inflação de valores individualistas em que a realização pessoal e a expressão de si prevalecem sobre as normas tradicionais-hegemônicas do sistema monogâmico. No entanto, ao enfatizarem a fluidez e a abertura como desdobramentos da negociação e da autonomia individual dentro dos relacionamentos atuais, o casal de autores ressalta o caráter interessante e promissor de arranjos diversos de experiências emocionais e sexuais além dos limites dos pares exclusivos, que podem inclusive coexistir e ser reconciliados por meio de comunicação aberta e acordo mútuo com momentos e arranjos monogâmicos.

Em contrapartida, Vasallo (2022) tensiona que, mesmo frente à dinamização e diversificação das relações sexuais, quando os encontros casuais perduram, surge uma necessidade de dar uma identidade à relação: busca-se nomear e construir narrativas acerca da vinculação que se estabelece com o outro, em prol de identificar quem se é no mundo enquanto par e quais os compromissos subtendidos a partir dessa identificação na relação com o par romântico, o que reflete o assujeitamento à lógica contratual monogâmica mesmo em vivências sexuais que são, pelo menos supostamente, diversificadas ou pluralizadas (Júnior, 2021).

No bojo dessas inquietações, Rolnik (1989) se pergunta se *o amor anda impossível?*, diante dos percalços eminentes na relação entre pares e dos extremos emergentes da implosão do ideal de família: de um lado a busca pela desterritorialização constante e intensa e de outro o medo dela, calcado no enclausuramento, afinando-se com a busca pela completude absoluta a partir de um outro.

Temos aqui a formulação de um entrave, ou de uma problemática que se desdobra em uma série de impasses para viver e/ou praticar a não monogamia. Impasses que encontram diferentes respostas ou apostas, como discutiremos a seguir.

Regina Navarro Lins (2013) coloca o dinamismo das questões contratuais como possíveis balizadoras no enfretamento à completa desterritorialização dos afetos: frente às novas dinâmicas de relacionamentos, que se distanciam do contrato tácito suposto ou preestabelecido da monogamia compulsória, a partir do estabelecimento de acordos dinâmicos ou apropriados a cada situação ou aos desejos dos envolvidos, construídos através do diálogo.

Vasallo (2022) propõe construções de relações de afetos, sob a forma de redes afetivas, por um viés rizomático, horizontal, plural e ramificado, para driblar a reprodução das lógicas individualistas mesmo em relações que propõem se esquivar do sistema monogâmico. Com isso, percebemos que as lógicas individualistas e de poder extrapolam a monogamia e podem se apresentar também em relações que buscam outros possíveis no seio de construções afetivas, sexuais e amorosas. Propor redes afetivas não condiz com a busca por uma solução absoluta para as problemáticas do sistema monogâmico, mas sim uma forma de nomear as vinculações que fogem às normatividades relacionais (Vasallo, 2022).

Por sua vez, Geni Núñez (2021), indígena, psicóloga e ativista anticolonial, nomeia como artesanaria de afetos a multiplicidade possível no seio das relações interpessoais. Referindo-se à multiplicidade e singularidades das relações, a autora lança esse termo como referência à artesanaria indígena e às suas formas de se relacionar coletivamente enquanto comunidade e cultura. Dessa forma, Geni Núñez (2021) propõe que cada relação se constrói ao seu modo, sendo única em sua existência e passível de constante remodelamento.

1.2 Amor e mulheres: da supressão e assujeitamento à resignificação e potência

Junto à estigmatização de sujeitas que se furtam às lógicas dos sistemas coloniais capitalísticos que agenciam corpos e afetos, Lins (2005) lança luz sobre os problemas de repressão sexual, que apesar de inerente aos processos de subjetivação de sujeitas modernos,

recai ainda mais fortemente sobre a vida de mulheres. Historicamente, acreditava-se que mulheres não possuíam desejos sexuais, haja vista que estes não deveriam ser externalizados e, ainda menos, vivenciados. Logo, mulheres que optavam por manifestar sua sexualidade recebiam um diagnóstico com intrínseca carga mitológica: ninfomaníacas (Lins, 2005). Ou seja, figuras femininas que externalizassem suas tendências e desejos sexuais eram taxadas e marginalizadas, como forma de demarcação da supressão sexual feminina, em prol da conservação do ideal de pureza da mulher.

As mulheres foram, e ainda são, assujeitadas em moldes capitalistas, em prol do ideal de propriedade privada. Logo, em uma lógica capitalística individualista e patriarcal, que tem como principal fundamento a proteção dos bens e dos patrimônios (Engels, 2019), a figura da mulher enquanto objeto, fica à mercê do sistema e funcionando enquanto engrenagem de sustentação das lógicas capitalistas das monoculturas binárias e monogâmicas.

Com isso, pensar as formas de afeto por pontos de vista que levem em consideração as heranças coloniais desemboca na reflexão das realidades singulares de mulheres que fazem frente à lógica monogâmica, em uma sociedade que também reforça concepções de mulher sob uma ótica individualista, colocando-a reiteradamente em posições de submissão, controle e violência (Engels, 2019), como discutido anteriormente.

A repressão e o teor laboral na existência da mulher seguem evidentes, independentemente de orientações sexuais, como propõe Silvia Federici (2019):

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado. Eles chamam de friidez. Nós chamamos de absenteísmo. Todo aborto é um acidente de trabalho. Tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são condições de trabalho... Mas a homossexualidade é o controle da produção pelos trabalhadores, não o fim do

trabalho... Neuroses, suicídios, dessexualização: doenças ocupacionais da dona de casa.
(p. 40)

A autora nos provoca a questionar acerca do engendramento ao sistema que é inerente à existência de mulheres, tensionando os adocimentos e as mortes geradas por este sistema – calcado nos moldes coloniais e capitalistas.

Nesse eixo, Monique Wittig (2019) discute o *mito da mulher* destacando que a ideia de mulher enquanto categoria homogênea e única, de fato, foi uma invenção política e econômica em prol da supressão da pluralidade feminina. A partir disso, a autora destaca a importância do coletivo na luta pelas singularidades, fugindo da opressão embutida no ideal de uma figura particular, afinal, a mulher enquanto entidade particular não passa de uma utopia, que responde à necessidade de categorização do sistema patriarcal, capitalista e neoliberal.

Em contrapartida, Letícia Nascimento (2021), mulher trans e ativista transfeminista, trabalha com o termo *mulheridades*. Ela faz uma torção da categoria de gênero mulher para *mulheridades*, considerando as interseccionalidades existenciais dentro desta categoria, subvertendo a norma homogeneizadora e higienista que opera silenciando e invisibilizando as formas diversas de viver como mulher no Brasil (Nascimento, 2021). A autora destaca que “a categoria mulher como ideal performativo imposto pelo CISTema sexo-gênero-desejo é, então, estraçalhada, emergindo as *mulheridades*, *feminilidades*, *travestigeneridades* e outras experiências como possibilidades políticas dentro do feminismo” (Nascimento, 2021, p. 41).

Diante disso, neste trabalho, incorporarmos o debate sobre *mulheridades* nos valendo do termo *mulheres*, logo, quando falamos em *mulheres* estamos nos referindo a este estraçalhamento de uma suposta unidade *mulher* citado pela autora, e que tem como contrapartida a multiplicidade dos modos de existência de *mulheres* (Nascimento, 2021).

Então, pesquisar com mulheres acerca de afetos possíveis, em diálogo com as propostas da não monogamia no contemporâneo, propõe uma busca pela compreensão de como tem se dado a construção e a manutenção das relações afetivas/amorosas/sexuais dessas sujeitas. Propor ainda um estudo que conte com mulheres como um todo e não estratificando por mulheres heterossexuais, homossexuais e/ou bissexuais busca apreender e investigar as aproximações e os distanciamentos das dinâmicas de afetos vivenciados por mulheres, em alguns de seus vários modos de expressão de gênero e de subjetivação desejante.

1.3 Toxicidade das relações e processos de subjetivações de mulheres: o amor anda impossível?

Em diversos espaços da internet e sobretudo nas redes sociais, deparamo-nos com postagens, textos, *reels*, carrosséis e comentários os quais podem levar um usuário qualquer à fantasia de que a não monogamia seria a salvação das toxicidades inerentes às formas de se relacionar - romanticamente ou não.

Por um lado, isso reflete o próprio funcionamento das redes que transformam qualquer narrativa em *storytelling*, um texto que se agrega a algo vendável: um estilo de vida, cursos ou produtos (Han, 2023). Por outro lado, a ideia de que *tudo vai dar certo para sempre na não monogamia* é apenas um reflexo das lógicas binaristas (Núñez, 2023) que reverberam na colocação da monogamia e não monogamia como opostos absolutos: entende-se que se a monogamia é articulada à posse, ao ciúme e ao controle frenético do outro, contrariamente, a não monogamia corresponderia a liberdade, diálogo e pureza.

Ao passo que os processos de subjetivação de mulheres são entranhados com inúmeras formas de violências, a reprodução destas ressoam em seus modos de existências. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, um total 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio e desse total 73% se deram por parte de parceiros e ex-parceiros íntimos (Brasil,

2024), que em sua maioria apresentam um discurso de negação acerca do término do relacionamento (Bandeira & Magalhães, 2019). Com isso, alimentam a ideia de que a mulher lhe pertence e que o vínculo é insolúvel (Núñez et al., 2021), o que autorizaria o homem à destruição ou aniquilamento da mulher, frente à rejeição.

Se pensarmos as violências por uma óptica interseccional, emerge ainda a multiplicidade inerente às experiências das sujeitas, a partir de seus modos de ser e estar no mundo. Então, para além de pensar as violências contra *a mulher* (Wittig, 2019), enquanto categoria única de gênero, faz-se imprescindível levantar as singularidades intrínsecas aos modos de existência de cada mulher, frente às múltiplas maneiras com que as categorias de raça/classe/sexualidade/gênero, próprias do ideal hegemônico de mulher (Lugones, 2008), se atualizam em cada vida.

No que se refere às mulheres não monogâmicas, mais especificamente, emerge ainda a estigmatização e marginalização que já são direcionadas às pessoas não monogâmicas. Mulheres que vivem sua sexualidade de forma ávida e plural são taxadas, pejorativamente, como promíscuas, enquanto homens, que pela lógica monogâmica e cristã, também praticam a promiscuidade, são tidos como *viris* e aprovados socialmente (Hardy & Easton, 2020). Já no suposto mundo ideal da não monogamia, em sua formulação mais contemporânea por Hardy e Easton (2020), as pessoas poliamoristas acreditam não performar promiscuidade por, supostamente, não objetificar seus parceiros, já que vivem suas relações em cunho romântico e amoroso, e não apenas sexual (Júnior, 2021).

Nessa linha, Hardy e Easton (2020) discutem a ética do amor livre e apontam as problemáticas emergentes no cotidiano das construções de relações não monogâmicas, destacando a suposta ideia de promiscuidade projetada pelo senso comum às vivências não monogâmicas, que são frequentemente atreladas ao número de parceiros amorosos, sexuais ou românticos, enquanto o respeito e o cuidado dedicados em quaisquer relações, sejam de cunho não monogâmico ou monogâmico, passam despercebidos. Desse modo, a importância do

cuidado ético com as relações interpessoais fica em segundo plano, frente à imposição da monogamia, fazendo com que pensar e praticar o cuidado com um outro seja secundário diante do mais importante: seguir e se enquadrar no sistema monogâmico.

Mas será que é a promiscuidade a responsável pelas mazelas dos relacionamentos? Ou seria o cunho pejorativo da promiscuidade que nos afasta das potências, das multiplicidades e das fissuras dos afetos? Há relações de poder e colonialidade que atravessam e constituem nossos modos de nos relacionar com outras pessoas - e até conosco. A despeito da relação com outras pessoas, tomamos como desafio refletir sobre as toxicidades que compõem sujeitas e sujeitos, independentemente de sexo-gênero.

Refletimos que mesmo que se queira amar de formas tidas como livres e libertárias, há em nossa subjetividade um algo a mais que nos escapa. Daí a importância de tatear possíveis no que tange às relações afetivas modernas, compreendendo o limiar entre violências, implantadas e reproduzidas, e as toxicidades, inerentes às sujeitas (Núñez, 2021). (Re)conhecer as toxicidades que atravessam as relações, monogâmicas ou não, é desenhar possibilidades reais e vivíveis de afetos.

Então, se a não monogamia não responde a um espaço isento ou isolado das violências sociais, como pensar/praticar afetos possíveis? Sobre este aspecto, Geni Núñez (2021) traz o conceito de potabilidade das relações, destacando que toda forma de afeto se constrói com doses de toxicidade, fazendo com que o vínculo se faça potável, não puro. Ao propor uma analogia com a água passível de consumo, a autora ressalta que a potabilidade se distingue da pureza, ao passo que a primeira não está completamente livre de toxinas, e é assim que se faz propícia ao consumo.

Ao tecer suas reflexões sobre os afetos, baseada em seu ativismo anticolonial, em entrevista, Núñez (2021) destaca o porquê de se utilizar do termo anticolonial em sua luta, apontando a radicalidade desse posicionamento frente a militância pela abolição das estruturas coloniais ao invés de uma suavização daquilo que está dado. Ou seja, o prefixo anti carrega um

aspecto propositivo e independente, reverberando em uma busca por vias de existir que estejam desatreladas dos processos de subjetivação que nos enredam.

No âmbito das terminologias, temos ainda propostas que giram ao redor do termo decolonial, que propõe “uma nova compreensão das relações globais e locais” (Curiel, 2019, p. 38), que supere os modelos de relações de segregação poder, herdados da colonização. Além desta, a terceira se refere a qual optamos por nos ater nesse estudo: a descolonização. Partindo de um viés mais processual e ampliado, o pensamento decolonial propõe uma pluralização do saber e a transformação do sistema imposto.

Entendemos que a proposta deste estudo conversa com a descolonização ao passo em que se propõe a compreender processos e investigar de que forma tem se tecido maneiras de amar que subvertam a monogamia, mas que ao mesmo tempo esbarram em uma subjetividade construída a partir do colonialismo. Desse modo, mesmo que busquemos vivências e afetos assumidos como não monogâmicos somos, em certa medida, atravessadas pela posse, pelo ciúme e por outros entraves que emergem no contato com outras e outros. Assim nos debruçamos no questionamento de Rolnik (1989) e nos perguntamos não somente se *o amor anda impossível*, mas, principalmente, como e por quais vias tem se possibilitado sua (re)existência.

Giddens (2003) aponta o declínio do amor romântico, aquele que engendra os contos de fadas, a partir da emancipação feminina contemporânea, calcada nas conquistas de direitos básicos, como o voto, o acesso à educação, a ascensão no mercado de trabalho e, também, o direito ao divórcio. A partir das desconstruções do amor romântico e do rompimento da idealização, arreigada ao cristianismo, que dois se tornarão um só – “quando dois se tornam um, alguém deixa de existir” (Suy, 2022, p. 114-115) – é imprescindível também a atualização da questão a respeito de como tem se dado os encontros afetivos/amorosos/sexuais com outras e outros. Como pensar e praticar afetos possíveis e amores (des)colonizados?

Capítulo 2 - Percursos metodológicos

“Para a academia monogâmica, os relacionamentos não monogâmicos são definidos por transar com muitas pessoas. E assim, aliás, eles garantem que não ofereçamos nenhum risco ao *status quo*.”

(Vasallo, 2022, p. 21-22)

Ao levantamos os estudos que têm permeado a temática da não monogamia, especificamente com mulheres, no campo das ciências humanas e da saúde, nos anos de 2020 a 2024, percebemos o debate mais afluído no que tange a aspectos contemporâneos de vivências não monogâmicas (Costa & Gonçalves, 2020).

Foram realizadas pesquisas utilizando os descritores “não monogamia” e “mulheres”, em setembro de 2024, em bases de dados como *Scielo* e *Lilacs* nas quais encontramos dois estudos: *análises de relatos de experiências de pessoas não mono* (Costa & Gonçalves, 2020) e *pesquisa com jovens acerca de suas relações afetivo-sexuais*, que encontrou discursos voltados para a multiplicidade das relações e flexibilidade dos acordos (Piran et al., 2023).

Ademais, foram conduzidas buscas no periódico Capes, no qual foram levantados três estudos, dos quais um condiz com o supracitado (Costa & Gonçalves, 2020), e os demais versam acerca de relatos de mulheres não monogâmicas (Corá & Tilio, 2021) e sobre a caracterização da população que realizou testagem para o HIV (Lima et al., 2023), que aponta perfil de soroconvergência em mulheres que relatam viver monogamicamente.

Por fim, em levantamento feito no *Google Scholar*, ainda com os descritores citados e especificamente para artigos em português, levantamos seis trabalhos, dos quais duas pesquisas abordam violências de parceiros íntimos em relações homoafetivas (Souza et al., 2021; Souza et al., 2022) e uma trata, especificamente, da monogamia como pilar das violências conjugais (Cavaler et al., 2024). Ademais, há estudos sobre casais heterossexuais e a prática de swing (Diniz, 2020), o não reconhecimento de famílias simultâneas pelo Superior Tribunal Federal

(STF) (Silva & Abreu, 2023), além de uma revisão de literatura sobre relações poliafetivas na Psicologia brasileira, já citada neste estudo (Carvalho, 2021).

Tendo em vista os pontos abordados pela literatura e pela mídia contemporânea, neste estudo visamos compreender os processos de subjetivação de mulheres não monogâmicas em Parnaíba-PI.

Partimos de pistas sobre o método da cartografia para delinear os caminhos possíveis deste pesquisar. Para tanto, buscamos pistas do método cartográfico (Virginia Kastrup et al., 2010) para organizar nossa pesquisa como pesquisa-intervenção, apoiando-nos em duas ideias. A primeira, de que toda pesquisa implica algum nível de intervenção, mesmo o simples perguntar tem potencial de colocar a sujeita em questão no que concerne a determinado tema, prática de si, momento ou passagem da vida. Segundo, na ideia de que o suposto objeto e o campo de pesquisa não são alheios à pesquisadora, pois se fazem concomitantes no decorrer do estudo, reverberando na construção das metas de pesquisa e no percurso da própria pesquisa (Kastrup & Passos, 2013; Passos & Barros, 2009).

Compreendendo que o trabalho da pesquisadora se faz de forma dinâmica e não linear, é necessário dimensionar a dança que ocorre entre pesquisadora, campo e participantes. Com isso, pensar as articulações que compõem este estudo se faz de suma importância – seus meios, por onde ele é realizado; o estado da arte; os tensionamentos do campo; os entraves e as lógicas de contato com participantes e da produção de dados.

No que tange às participantes deste estudo, contamos com mulheres, acima de 18 anos, residentes da cidade de Parnaíba-PI. Contamos também com que as sujeitas colaboradoras tivessem disponibilidade para encontros presenciais, bem como interesse por debates acerca da não monogamia, ou por experimentar uma vida não monogâmica, e abertura para compartilhar suas perspectivas e/ou vivências com o grupo.

Delimitar o desenho da pesquisa com mulheres se dá não somente pelas violências e supressões direcionadas a elas no presente, como discutido até aqui, mas também por compreendermos que, como aponta Dussel (1980), a opressão feminina diz também da opressão de homens, e pensar na libertação de mulheres, seja pela via do afeto ou qualquer outra, é, também, em contrapartida, pensar a libertação de outros.

Não obstante, a estratégia de dar contorno ao perfil das participantes pelo flerte e não somente por experiências e vivências consumadas no acontecido, permite tocar, provocar, assistir, acompanhar e participar de diferentes processos frente à não monogamia: como essas mulheres, mesmo vivendo enlaçadas em um sistema monogâmico, constroem caminhos para potencializar suas experiências afetivas, amorosas e sexuais?

Ao passo em que se propõe a construção coletiva da pesquisa, entendemos que acionamos um dispositivo de horizontalização entre a figura da pesquisadora e as participantes, permitindo uma vinculação afetiva. Com isso, buscamos subverter a lógica de exploração que se faz presente em determinadas pesquisas de campo que buscam a extração de dados. Logo, ao passo que as vias de afeto são alargadas, surge uma forma de construir conhecimento que não inviabiliza as afetações no fazer pesquisa, lançando mão de certa neutralidade e distanciamento propostos pela academia.

Esse dispositivo pode, é claro, ser descrito e compreendido, mas somente por quem se permitir dele se aproximar, quer dizer, por quem tiver corrido o risco de “participar” ou de ser afetado por ele: em caso algum ele pode ser “observado”. (Favret-Saada, 2005, p. 161).

Vasallo (2022) propõe que uma revolução que não leve em conta os afetos e as afetações será uma revolução incompleta, ou seja, ao fazermos pesquisa e, sobretudo, ao abordamos o tema das relações afetivas, amorosas e/ou sexuais, é imprescindível que possamos ampliar caminhos possíveis para as afetividades tomarem corpo e singularização.

Nesse viés, para redigir esse estudo, estrategicamente tomamos uma escrita cartográfica, entendendo-a como processual, coletiva e rizomática (Kastrup, 2023), a fim de alcançar a complexidade dos fenômenos e situações investigadas em sua multiplicidade de dimensões (Prado et al., 2020).

Ademais, para a análise dos dados nos valem de uma análise temática baseada em autoras(es) que debatem desde um ponto de vista crítico a não monogamia e o poliamor (Fernandes & Medrado, 2023; Giddens, 2003; Núñez et al., 2021; Núñez, 2023; Pilão, 2015, 2022; Vasallo, 2022), pontuando nossas análises com autoras(es) ligadas(os) à decolonialidade (Curiel, 2019; Lugones, 2008; Núñez, 2021, 2023), à psicanálise (Dunker, 2024; Lins, 2005, 2013; Suy, 2022) e à filosofia da diferença (Foucault, 2013; Rolnik, 1989), tomando tais referenciais como base para debater o campo das relações afetivas, amorosas e sexuais.

Destacamos que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Psicologia (CEP), sob o código 78243224.2.0000.0192.

2.1 - Artesanando os dados

Partindo dos pressupostos da cartografia e da compreensão do elo entre a pesquisa cartográfica e qualitativa, traçamos o delineamento da pesquisa para buscar apreender os processos de subjetivação e as forças que operam na constituição de mulheres não monogâmicas, enquanto sujeitas, no território parnaibano (Ferigato & Carvalho, 2011).

Entendemos que, para investigar os processos de subjetivação, devemos, sobretudo, escutar. Durante todo o processo da pesquisa estivemos atentos não somente às narrativas das participantes, mas aos encontros, levando em conta que “não apenas narramos nossas vidas sob a forma de relato, mas, em um sentido importante, nossas relações são vividas também em uma forma narrativa” (Gergen & Gergen, 1988, p. 18 citado em Domènech, 2001). Logo, conforme propõe Domènech (2001), há uma ligação direta entre a produção de subjetividades e as

narrativas, falas e discursos, que se constituem e se transformam no real dos encontros e interações com o meio e com o outro.

Partindo dessa perspectiva e do desenho da proposta de trajetória da pesquisa, foi iniciada a produção dos dados. O primeiro passo para construirmos o campo, e acessar possíveis participantes, foi a criação de um grupo de whatsapp, intitulado “Flertes não monogâmicos”, que contemplava tanto mulheres não monogâmicas quanto mulheres que se declaram monogâmicas, mas se interessavam pela temática da não monogamia, logo, também flertam com a não monogamia.

As participantes foram recrutadas a partir do método “bola de neve”, onde os convites, em formato de flyer (apêndice 1), foram compartilhados a partir de redes sociais (Whatsapp e Instagram) da pesquisadora, de amigas e outras pessoas que se interessaram pelo tema e pelo encontro. O grupo alcançou uma marca de aproximadamente 40 mulheres. Ademais, houve ainda mulheres que preferiram não participar do grupo online, mas estiveram nos encontros, e outras que se interessaram pela pesquisa, mas não se sentiram à vontade em participar, visto a exposição ao coletivo.

Após a entrada das participantes no grupo virtual, antes mesmo do primeiro encontro, as mulheres foram convidadas a compor coletivamente uma playlist no Spotify (apêndice 3) com músicas que versassem, de alguma forma, sobre não monogamia. A playlist foi proposta como disparador para o primeiro encontro e trechos de algumas canções dispostas na playlist compõem as epígrafes dos capítulos que virão a seguir. Propomos também um lanche coletivo, como forma de confraternização no encontro presencial, o que foi acatado por todas.

A política de funcionamento dos encontros presenciais foi pautada no círculo de cultura (Padilha, 2012), colocado por Paulo Freire (2014), utilizado nesse estudo como estratégia metodológica para a produção de dados, compreendendo a proposta decolonial nas obras e propostas de Freire, levando em conta a horizontalização das sujeitas participantes e o plano

coletivo de forças emergentes no campo (Passos & Barros, 2009; Tomelin & Rausch, 2021), tendo como tema gerador as vivências e os entraves não monogâmicos. Ou seja, apostamos na dinâmica do grupo apoiada e guiada pelos conhecimentos e tensionamentos levantados e conduzidos pelas participantes diante dos disparadores propostos. Ao final de cada um dos encontros, levando em conta a importância da narratividade na pesquisa-intervenção (Passos & Barros, 2009), construímos os diários de campo, a partir das discussões levantadas e manejadas pelo grupo.

O primeiro encontro contou com 27 participantes. Preliminarmente, as mulheres receberam um link que as convidava a escrever as três primeiras palavras que lhe viessem à mente ao pensar em não monogamia, para que a partir disso se formasse uma nuvem de palavras (apêndice 2) que dariam início à discussão. As palavras que mais se repetiram foram “liberdade”, “ciúme”, “autonomia”, “responsabilidade”, “autoconhecimento”, “amor” e “diálogo”, respectivamente. Apareceram ainda, em menor frequência, palavras como “desapego”, “esperança”, “coragem”, “fidelidade” e “insegurança”.

Já o segundo encontro também contou com 27 participantes dentre as quais 9 não estavam presentes no primeiro, ou seja, tivemos 9 mulheres que vieram só no primeiro e 9 que vieram só no segundo encontro. Logo, 18 mulheres estiveram presentes em ambos os encontros.

Neste segundo encontro, primeiro tivemos, novamente, um momento de apresentações e retomamos alguns pontos discutidos no primeiro momento, partindo do que tinha mais tocado as participantes que estavam presentes no primeiro. Destacamos que não era obrigatória a participação no primeiro encontro para ir ao segundo. Tendo em vista que as participantes da segunda parte seriam convidadas a debater as possíveis questões das entrevistas individuais, logo no início foi lhes fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para

as que concordassem em participar do estudo e se dispunham também a participar das entrevistas individuais.

Nesse espaço foram discutidas as questões que seriam desdobradas na parte dois da pesquisa, as entrevistas individuais. Com a participação ativa das mulheres presentes, as questões foram discutidas uma a uma, embasadas tanto nos pontos de vista pessoais quanto nas construções coletivas que ocorreram ao longo dos dois encontros. Após o debate algumas questões foram reelaboradas e outras criadas. Destacamos também que nas entrevistas foram convidadas tanto mulheres que estavam no segundo quanto no primeiro momento.

Construir coletivamente as interrogações que foram feitas nas entrevistas individuais dialoga ainda com um movimento contrário ao caráter meritocrata e individualista da academia, criticado por Núñez (2022), propondo o fomento da coletividade nesse meio, ao passo em que se destaca também a academia como um ponto de apoio às lutas do cotidiano, se deslocada do lugar de saber absoluto.

Dessa maneira, visto que nossa pesquisa é aberta ao debate com as mulheres não monogâmicas que participaram dos grupos, após o último encontro coletivo, as mulheres participantes fizeram provocações que buscamos incorporar ao fazer e à confecção ulterior da pesquisa. Buscamos isso sobretudo reelaborando questões de pesquisa e perguntas para as entrevistas. As perguntas passaram por uma sabatina coletiva e os resultados incorporados conforme a síntese descrita abaixo:

1. Como surgiu seu *interesse* pela não-monogamia?

Nessa primeira questão o grupo problematizou o uso da palavra “interesse” para se referir ao percurso das entrevistadas na não monogamia, alegando que se entender como não monogâmica está para além de mero interesse. Foi levantado que, por vezes, a pessoa pode não se lembrar como surgiu determinado interesse, recordando-se apenas de conseguir nomear em

dado momento, a partir de uma identificação, seja a não monogamia ou outro processo pessoal. Com isso, a pergunta foi reformulada para *como surgiu seu percurso pela não monogamia?*

2. Como você entende a não-monogamia?

O grupo entendeu esse tensionamento como importante para compreender as trajetórias das participantes entrevistadas, sendo inclusive destacada como uma pergunta que deveria ser feita em encontros românticos - *dates*. Assim, ela foi mantida, apenas com algumas agregações de termos: *Como você entende/pratica/busca praticar a não-monogamia?*

3. Como você vive e/ou gostaria de viver a não-monogamia?

As mulheres interpretam essa questão como bem formulada para as entrevistas e então ela foi mantida.

4. A partir de quais aspectos e características você se define (ou se definiria) como não monogâmica?

Foi levantado que a pergunta estaria indireta, pouco clara e não objetiva. Foi proposto pensar em termos como “condutas/comportamentos” ao invés de características e/ou talvez pegar gancho com a questão 2.

Diante disso, debatemos sobre a sinalização do grupo para utilização de termos que remetesse ao âmbito comportamental, todavia, tendo em vista que partimos de um viés cartográfico, reformulamos a questão partindo dos modos de diferenciação, de si e do outro, e de singularização das sujeitas, chegando ao seguinte enunciado: *O que você faz que te faz não monogâmicas?*

5. Quais os desafios de viver a não-monogamia no contexto no qual você vive?

Essa pergunta foi interpretada como importante e pontual, haja vista as singularidades do contexto local, logo, foi mantida conforme a proposta.

6. Em quais espaços ou relações você estabelece ou busca estabelecer trocas não monogâmicas?

O grupo entendeu o tensionamento como um ponto importante a ser levantado e destacou que, inclusive, daria para refletir não somente sobre relações de cunho afetivo-sexual, mas também acerca das relações com a família e com as amizades.

7. Como você constrói suas redes afetivas?

Essa pergunta foi compreendida como contundente, todavia gerou alguns questionamentos. Algumas participantes destacaram que não saberiam responder à pergunta, enquanto outras trouxeram discursos voltados não somente para redes de afetos, mas para a rede em geral.

A partir de então, foi sugerido pensar em termos como “lapidar/aprimorar/filtrar”, ao invés de remeter à construção. As participantes levantaram ainda a importância de se questionar também acerca da manutenção da rede, citando inclusive o processo recorrente de filtragem dos melhores amigos do Instagram.

Diante dos apontamentos do grupo, cogitamos adicionar a especificação de redes sexo-afetivas, ou, para desambiguação, definir para as entrevistadas o que seriam redes afetivas. Todavia, optamos por deixar em aberto para que a entrevista pudesse responder da forma como fizesse sentido para ela, logo, chegamos ao seguinte enunciado: *Como você constrói e mantém (faz a manutenção/cuidado) suas redes afetivas?*

Ademais, o grupo levantou sobre a relevância de uma questão que tensionasse com diretividade os marcadores sociais e a diversidade na composição das redes afetivas das mulheres entrevistadas, o que levou à elaboração da questão 8.

8. *Em uma 1ª impressão, você diria que sua rede é diversa desde o ponto de vista racial e de gênero e classe?*

9. Quais as dores e as delícias de ser não monogâmica sendo quem você é?

A questão 9 foi bem recebida pelas participantes e foi mantido conforme a proposta.

Entretanto, as mulheres apontaram que aqui caberia desdobrar também uma segunda pergunta sobre os atravessamentos raciais e de gênero, haja vista que toca nos circuitos, privilégios da branquitude, nos seus pactos narcísicos e de classe.

Além disso, foi sugerida ainda uma questão sobre como o capitalismo reverbera nas relações não monogâmicas. Diante disso, da questão 9 derivou a questão abaixo.

10. Como você sente que sua posição de classe, gênero e raça afeta sua experiência não monogâmica?

11. Que tipo de atitude ou postura você toma caso se relacione com alguém que não compactua de valores não monogâmicos dos quais você não abre mão?

A pergunta foi entendida como pontual e importante para o campo, e foi destacado, novamente, que a questão possibilita refletir sobre as relações familiares.

12. Como você lida com ex-amores/ex-afetos?

Por fim, esse tensionamento também foi interpretado como um ponto interessante de ser levantado e refletido.

Então, após a curadoria das questões, foi feita a seleção de quais participantes seriam convidadas para as entrevistas individuais. A amostra se deu por conveniência e o convite foi feito em conversas privadas pelo Whatsapp, a partir dos contatos pessoais disponíveis no grupo online, criado na primeira etapa.

Destacamos que, apesar dos grupos terem englobado mulheres que flertavam, de maneira geral, com a não monogamia, as entrevistas individuais contaram apenas com participantes que se entendem e se identificaram como não monogâmicas para nossa pesquisa.

A partir daí, nossa amostra por conveniência buscou diversificar os perfis das participantes, buscando mulheres cis/trans⁵, negras/brancas, heterossexuais/homossexuais/bissexuais, visando acessar uma multiplicidade de experiências a partir de uma diversidade de corpos. Em linhas gerais nossos critérios de diversificação foram:

- a. Ter, ou não, leitura, militância e/ou letramento acerca da não monogamia;
- b. Marcadores sociais como raça, gênero, classe e sexualidade variados;
- c. Ser, ou não, natural de Parnaíba-PI.

Um panorama geral dos perfis das entrevistadas está na tabela a seguir, como base nas apresentações realizadas nas entrevistas e após uma curadoria feita pelas próprias participantes. Os codinomes dispostos também foram escolhidos pelas entrevistadas. No decorrer do texto optamos por trazer parte considerável das falas das participantes em citações diretas, garantindo fidelidade aos relatos e abrilhantando nosso trabalho diante da riqueza que o campo nos proporcionou. Destacamos ainda que oito das dez entrevistas foram realizadas presencialmente, enquanto as duas restantes (Luce e Anacardi) foram feitas online, via *Google Meet*.

⁵ Destacamos que apesar da tentativa de diversificação de perfis não alcançamos mulheres transsexuais para participar da pesquisa, o que nos leva a refletir acerca do acesso a essa população e incentivar futuras pesquisas que busquem compreender as especificidades do cultivo de afetos por mulheres transsexuais.

PARTICIPANTES ENTREVISTADAS (PE)	PERFIL
Olívia	Mulher, cis, negra, lésbica, nascida e criada no Sudeste no Brasil, mas reside em Parnaíba há 5 anos por conta da graduação de Psicologia, 27 anos e vivendo relacionamento romântico.
Lagam	Mulher, cis, parda, bissexual. Formada em Ciências Contábeis. Solteira. 24 anos.
Zoé	Mulher, cis, negra de pele clara, lésbica, estudante universitária, parte de movimentos sociais, parnaibana de nascimento tendo vivido durante muito tempo fora da cidade natal, 24 anos, vivendo um relacionamento romântico há quase três anos com uma mulher monogâmica.
Kassandra	Mulher, cis, branca, bissexual. Natural de Parnaíba. Empreendedora e administradora. 33 anos. Em União Estável.
Lola	Mulher, cis, branca, lésbica. Natural de Parnaíba - PI. Teóloga e Turismóloga. Solteira. Idade não informada.
Amélia	Mulher, cis, branca, bissexual. Natural de São Paulo, com dupla nacionalidade (brasileira e holandesa). Estudante de medicina. 26 anos. Em um relacionamento estável. Mãe.
Clarice	Mulher, cis, branca, lésbica. Natural de Teresina - PI. Solteira. 29 anos.
Luce	Mulher, não-binária, branca, assexual. Natural de São Paulo. Estudante de Psicologia. Vivendo relacionamentos românticos. 22 anos. Faz parte do espectro autista.
Maria	Mulher, cis, branca, hétero. Natural de Parnaíba - PI. Psicóloga de formação. Solteira. 35 anos.
Anacardi	Mulher, cis, branca, bissexual e no espectro assexual. Natural do interior do Piauí. Vivendo relacionamentos românticos. Faz parte do espectro autista.

Capítulo 3 – A produção neoliberal de afetos: não monogamia e capitalismo

E eu agora
 Eu só quero voltar pra você
 A saudade aberta
 E eu só penso em te ver

 Eu conto os dias só pra ver você
 O tempo me cobra demais, meu bem
 Mas saiba que quando eu puder te ver
 Eu vou correndo só pra te encontrar

3.1 Vivências não monogâmicas e o contexto neoliberal

Nos encontros coletivos podemos perceber a não monogamia como um tema emergente no cotidiano das mulheres presentes nos grupos, todavia, houve uma surpresa geral tanto pelo ineditismo da pesquisa no contexto parnaibano, quanto pela quantidade de pessoas interessadas e presentes nos grupos em uma cidade relativamente pequena, como discutiremos a posteriori.

Entre as mulheres presentes, tivemos um número considerável de acadêmicas – talvez, por realizarmos os encontros no espaço físico de uma universidade ou por se tratar de uma cidade que tem uma comunidade universitária em que as pessoas se conhecem e circulam entre si – o que atravessa nosso estudo diretamente. As vivências no ambiente universitário, como espaço de experimentação de fronteiras, têm um impacto significativo nas experiências e na modulação da subjetividade de estudantes.

Camila Freitas (2016), ao discutir as influências do neoliberalismo na produção de subjetividade no meio universitário, aponta, entre outros mecanismos, para o produtivismo, a competitividade e a precarização do ensino superior, como ferramentas de alienação de estudantes à lógica capitalística do Estado. Logo, a universidade visaria o preparo para o mercado de trabalho, como resposta às demandas estatais, lançando mão do incentivo às subjetividades desejanças de alunas e alunos em formação.

Prado (2017), propõe que os sistemas vigentes de leis fornecem a coligação entre o campo jurídico e econômico, garantindo a manutenção e soberania do poder do Estado frente às ações e desejos das pessoas, a partir da imposição dos limites para ser e estar no mundo. Concomitantemente, Sawaia (2003) destaca que a manutenção da ordem nos espaços é arreigada à ideologia político-econômica de dominação, gerindo a desigualdade social. Então, como ser e estar no mundo, vivendo afetos não monogamicamente e margeando as imposições e coerções estatais sobre os corpos?

Por um lado, como discute Freitas (2016), existem movimentos críticos de resistência, contrários ao modelo produtivista e excludente que busca enquadrar e ajustar sujeitas às lógicas mercadológicas do capitalismo neoliberal, como é o caso das mulheres não monogâmicas, que lutam, a partir dos afetos, contra o sistema monogâmico (Vasallo, 2022). Por outro, nos encontros da pesquisa, emergiram entraves, impasses e padrões repetitivos no que tange às vivências de mulheres que flertam com a não monogamia, especialmente no entorno da universidade, dentro de um sistema limitante e de poda de desejos.

Destacamos que ao abordarmos a poda de desejos partimos da discussão de Guattari e Rolnik (2006) que caracterizam o desejo não ligado à falta, como na Psicanálise, mas sim voltado para a produção constante e frenética da indústria maquina que produz subjetividades capitalísticas (Cassiano & Furlan, 2013). Na esquizoanálise compreendemos que o desejo não é individual, mas sim individualizado a partir da produção de subjetividade capitalística, logo, o desejo é produzido e manejado a partir daquilo que o sistema capitalístico propõe, reverberando também em um inconsciente, além de capitalístico, colonial (Guattari & Rolnik, 2006).

A poda do desejo refere-se, portanto, à padronização do desejo pelo sistema capitalista neoliberal vigente que produz subjetividades e modos de amar sujeitos à lógica capitalística que se impõe ao desejo. Por outro lado, os processos desejantes abrem fissuras por onde a subjetividade pode germinar potências disruptivas e modos de amar passíveis de resignificação e produção do novo.

Assim, se por um lado a subjetividade sofre pressão para manter as formas de existência materializadas na normalização individualizante capitalística, por outro, ela é atravessada por devires, fluxos e potência de germinação subjetivante em prol do novo da vida (Rolnik, 2019). Logo, apesar da reprodução de subjetividades moldadas pela lógica capitalística neoliberal, há movimentos micropolíticos de resistência, subversão e singularização e, por isso, tomamos a não monogamia enquanto uma política de afetos (Guattari & Rolnik, 2006).

Entre os impactos do sistema neoliberal de produção de subjetivação modos de vida nas experiências não monogâmicas cartografadas nos grupos, as participantes destacam que a não monogamia, de um ponto de vista do senso comum, precisa *ser aproveitada* o tempo todo, como se, por, teoricamente, poder ficar com quem quiser, seria preciso fazer isso sempre, ou justificar, pelo menos, porque não quer ficar com ninguém, como uma lógica produtivista na não monogamia. Nas entrevistas, Zoé destaca:

E aí as pessoas não entendem, e eu acho que o problema é, primeiramente porque eu sou mulher, e eu tenho essa liberdade de escolha, mas que o problema é principalmente com essa liberdade de escolha, inclusive a escolha de não fazer, porque quando eu não estou fazendo algo, eu sou cobrada a fazer... (Zoé)

A partir dessa lógica produtivista, consumista e de alta performance que engendra as subjetividades contemporâneas e, com isso, atravessa também os afetos, gera-se uma necessidade de realização de desejos desenfreada e incapacidade de se deparar com a falta, visto que ao mesmo passo o capital se propõe a fomentar a autonomia de sujeitas frente ao desejo, ou força vital, há também o desvio dessa energia para a produção constante e o acúmulo de capital (Rolnik, 2019).

A internalização da lógica produtivista no campo afetivo, como aponta Rolnik (2019), transforma a não monogamia em um tipo de meta a ser cumprida – “ficar com mais pessoas” – reproduzindo a mesma urgência que caracteriza o trabalho sob o neoliberalismo. Contrapondo a utopia da igualdade de possibilidades proposta pelo capitalismo, algumas entrevistadas sugerem:

[...] assim, é muito complicado você viver na não monogamia em um mundo capitalista, que te obriga a trabalhar pra uma porra que você não vai ter tempo pra cultivar as relações que você quer. Nem todas as relações que você quer ter na vida você vai conseguir ter o tempo e a disposição e a energia pra... sabe? Investir naquilo. Até nisso a gente tem que escolher em relação a tá ciente... Porque assim, tem muitas pessoas

que são não monogâmicas, que fazem isso, saem atirando pra meio mundo de gente, que começam a conversar com meio mundo de gente, e não vai ter... não vai fluir com todo mundo. Não vai dar tempo de construir uma relação massa com todo mundo. Porque precisa de atenção, precisa de tempo, precisa de disposição. (Lagam)

[...] “Pra que tipo de pessoa sabe que essas relações se estabelecem?” Porque a gente precisa ter tempo para amar, e para se relacionar e tudo, mas aí a gente vive num mundo tão fodido, no capitalismo tão ferrenho que ele te impede, sabe? De ter tempo até para... Porque se tu não tiver uma relação que te deixe produtivo pro capital, e a gente organiza nossas relações nesse sentido, de que eu vou casar com uma pessoa que vai tornar a minha vida mais fácil porque ela vai dividir as contas comigo, ela vai dividir as tarefas de casa comigo, a gente vai ter uma dinâmica que vai me deixar mais livre para produzir para o capitalismo. E isso é muito foda, sabe? Porque eu fico me questionando muito até em que momento que a gente tá se relacionando porque a gente gosta das pessoas, porque a gente tem pontos em comum com as pessoas, enfim, muitas coisas, assim, passam pela minha cabeça. (Zoé)

Entre os obstáculos que o capitalismo coloca no cultivo dos afetos, Kassandra traz um relato pessoal acerca de como o adoecimento no trabalho a fez repensar toda sua vida:

Foi a partir de quando eu adoeci... 2025... foi 2022, 3 anos atrás que eu tive, assim, obrigatoriamente, de rever valores, de entender quais que eram os meus valores, quais que eram os meus princípios, como era que eu gostava de viver, o que é que me faz bem, o que é que não me faz bem, aonde eu digo não e onde eu digo sim. Foi bem ali mesmo, ali foi o marco. Mas foi por obrigação mesmo, não foi, assim, por amor, “Ah, quero”. [...] Foi quando eu tive um burnout no trabalho e a partir dali eu realmente precisei refletir sobre minhas escolhas, entendeu? Sobre as minhas escolhas individuais mesmo, assim, porque, por exemplo, eu trabalho no serviço público e... lá é muito assim, as pessoas têm uma... focam só na estabilidade do serviço público, mas não sabe

quem não vivencia, assim, há mais de dez anos, que eu sou 12 anos, quase 13, entendeu? Nos primeiros anos talvez realmente dê aquela sensação “Poxa, eu tenho um emprego tal, massa, massa”, mas aí eu trabalho com público, trabalhava, na verdade, hoje em dia eu não tô mais trabalhando com atendimento ao público porque eu adoeci, entendeu? E aí, eu não tenho escolha, por exemplo, de simplesmente sair. É muito difícil pra mim essa escolha de dizer pras pessoas “Eu não quero mais ser servidora pública”, porque é um negócio “Como assim? Impensável. Tu é louca, todo mundo quer ser concursada e tu quer sair”. E aí é bem difícil. Mas eu vivo esse conflito ainda. (Kassandra)

No relato de Kassandra observamos como o trabalho reflete diretamente na saúde mental e emocional das sujeitas, obrigando a entrevistada a repensar e reestabelecer seus modos de existir. Em consonância com as falas de Lagam e Zoé, percebemos as implicações do dinheiro, do tempo e do trabalho nas construções de formas de amar que estejam alheias à monogamia. No que tange às especificidades do trabalho, que exaure e explora, assim como o casamento monogâmico que também se faz um trabalho, em especial para mulheres (Federici, 2019), as entrevistadas falam sobre como o labor atravessa suas relações não monogâmicas:

E aí... porque eu também me perco muito nisso de... da minha vida mesmo ser uma rotina fodida e aí eu às vezes fico tentando não ser só produtiva pro capital, sabe? Às vezes deixar alguma demanda de trabalho de lado e visitar alguém e a minha irmã por exemplo tá na cidade e aí eu nunca fui tanto na casa da minha mãe porque eu tô aproveitando isso, sabe? [...] E eu trabalho na escala 6 por 1. E aí, quando saiu a questão da escala 5 por 2, eu fiquei morta de feliz. Eu falei “Cara, vou ter tempo pras minhas pessoas” sabe? Porque o capital não deixa, não deixa. E aí, às vezes, no tempo que eu tenho, eu caio na armadilha de querer estar sendo produtiva pro capital mais uma vez, que é de estudar, de me aperfeiçoar em alguma coisa no meu trabalho, sendo que eu não tô deixando espaço para viver. Pra viver os meus amigos, pra viver a minha família,

pra viver as minhas gatas, pra viver, pra tá na minha casa. E aí, eu fico pensando muito nisso, sabe? (Zoé)

[...] Ainda tô meio... Sabe? Receosa. Só que ele tem... Ele gosta muito de trabalhar. Ele quer, ele gosta de trabalhar com eventos. Que é uma coisa que eu também quero e gosto. Ele disse que gosta. Não é de... E de fato, eu sei dessa história. Já soube ter essa história. De que ele tinha pago a faculdade toda da ex-mulher dele. Que ele incentivava muito ela a trabalhar. Que ele ajuda no que for. Mas que a pessoa também tem que fazer alguma coisa. Ele não vai só dar dinheiro. Tipo, só tá te dando dinheiro, tá te dando dinheiro. E eu acho isso fundamental num parceiro. Um parceiro e uma parceira. Se eu tenho condição financeira e tu tá querendo fazer alguma coisa, eu acho que é minha... Não é obrigação. Mas eu me sentiria... Eu vou usar obrigação. Na obrigação de te ajudar. Porque eu tô vendo que tu quer crescer, tu só tá precisando do dinheiro. E eu tenho dinheiro. Então, vamos lá. Eu não tenho dinheiro, mas tu tem o dinheiro e a gente tem essa intenção de crescer, vamo crescer. É só isso que tá faltando, pois vamos. E ele já... Eu acho isso fundamental. E ele tem isso de querer crescer junto com a parceira, né? E eu acho isso muito legal. E eu acho fundamental em qualquer relação. (Maria)

A partir dos trechos destacados acima podemos evidenciar o atravessamento direto do capital nas vivências afetivas, em especial no que se refere ao trabalho, que em considerável parte dos casos domina o tempo e a energia vital das sujeitas, como propõe Zoé, que mesmo no tempo, supostamente, livre, busca meios de aperfeiçoamento pessoal/profissional para alavancagem na esfera laboral da vida.

Scott (2019) discute que a relação entre o trabalho e o marxismo é diretamente proporcional à da sexualidade e a mulher, sendo, ao mesmo tempo, o que mais nos pertence – a sexualidade – o que mais nos aliena. Então, mesmo vivendo relacionamentos não monogâmicos e até mesmo homossexuais, o que permite determinado controle da (re)produção

(Federici, 2019), observamos que a sexualidade de mulheres ainda pertence ao capital e aliena seus modos de existência, limitando, junto ao seu tempo, seus afetos.

Os relatos das participantes nos indicam que a autonomia financeira pode ser um elemento chave na construção de relações afetivas menos atravessadas pela lógica da posse e da dependência. Amélia, por exemplo, afirma que não depender financeiramente de outra pessoa lhe confere uma liberdade significativa, especialmente em situações de desconforto em viagens ou encontros. Ela aponta que a estabilidade financeira diminui a sensação de posse que frequentemente emerge em relações com homens, quando o *pagar* aparece associado ao controle ou domínio sobre a parceira, concluindo de maneira incisiva sua fala: “eu tenho dinheiro pra ir embora... não tô dependendo de alguém pra pagar minha conta”.

Clarice também reflete sobre como sua estabilidade lhe permite selecionar com mais cuidado os vínculos sexuais, afetivos e emocionais que deseja ou prefere manter. Ressalta que, por ser uma mulher independente, frequentemente atrai pessoas que projetam nela expectativas as quais ela não se dispõe a arcar. Ao relatar uma vida "bem tranquila", com poucas dívidas e liberdade frente ao trabalho, ela destaca o quanto esse cenário afeta a maneira como se envolve afetivamente. No entanto, reconhece que essa estabilidade unilateral pode gerar desequilíbrios nas relações, observando que “às vezes tu esbarra em alguém que tá em ascensão... não tem grana mesmo... tá só estudando”, e isso, segundo ela, acaba interferindo nas possibilidades concretas de convivência, relacionamento e partilha.

Essa diferença de acesso ao tempo, ao lazer e aos recursos também aparece na fala de Luce, que relata o que viveu em uma relação marcada pela desigualdade de classe. A parceira de então, que vivia com jornadas exaustivas de trabalho e estudo, resistia à relação por não querer depender financeiramente de Luce, mesmo diante do desejo mútuo de estarem juntas. Essa assimetria provocava desconfortos que levavam meses para serem atravessados,

revelando o quanto a estabilidade de uma pode ser experimentada como um fardo por outra pessoa.

O relato de Anacardi reforça esse ponto ao refletir sobre como sua condição de conforto material implica cuidados adicionais ao se relacionar com pessoas de outras classes sociais. Ela reconhece que, em relações heterossexuais, o fato de oferecer apoio financeiro pode ser lido como ameaça à masculinidade do parceiro, gerando tensões e exigindo conversas francas sobre os desconfortos provocados. Ela afirma: “se eu for facilitar sua vida, por que você não tá deixando? [...] isso aqui te desconforta tanto?”. Sua fala sugere que o privilégio econômico, mesmo quando disposto de forma cuidadosa, pode ser interpretado como invasivo ou desestabilizador, especialmente em contextos os quais podemos identificar questões relativas à fragilidade masculina.

As desigualdades estruturais atravessam também os filtros que operam na escolha dos vínculos. Clarice, por exemplo, reconhece que há um preconceito internalizado quando observa pessoas em situação de vulnerabilidade declarando-se não monogâmicas: “se a pessoa diz ‘sou não monogâmica’, ela já é vista de um jeito diferente... eu faço isso, infelizmente”. Já Amélia aponta que seus próprios filtros de classe e capital intelectual moldam os círculos com os quais se relaciona. Afirma que, em geral, se envolve com pessoas de classe média e alta, com ensino superior completo ou em andamento, domínio de outros idiomas e acesso à mobilidade. “Todo mundo fala inglês, por exemplo”, comenta, indicando que a não-monogamia que vivencia é atravessada por marcadores de classe e capital simbólico.

Essas reflexões dialogam com a proposta de Suely Rolnik (2019), que argumenta que a vitalidade das pessoas é constantemente capturada e redirecionada pelo projeto neoliberal para fins de acumulação. Assim, sujeitas que já acumulam capital social, econômico e simbólico — como formação universitária, rede de apoio, tempo livre — tendem a acumular ainda mais capital relacional: prestígio, amor, olhares e afins, ao passo que aquelas com menor acesso a esses recursos enfrentam mais barreiras para viver formas alternativas de relação. Desse modo,

a não-monogamia, embora se proponha como prática libertária, não está imune às determinações materiais e simbólicas que regulam o acesso à liberdade afetiva.

Com isso, incitamos a problemática da não monogamia como mais uma forma de acúmulo de capital. Vasallo (2022) destaca que a lógica individualista do sistema neoliberal funciona como um alibi para a não responsabilização de sujeitas frente à arteficialidade e manutenção das relações. Logo, acabamos recaindo na replicação da lógica monogâmica dentro da não monogamia, transpondo a individualidade do casal para a de sujeitas em si e buscando o bel-prazer acima do bem-estar coletivo: eu em primeiro lugar.

Eva Illouz (2011) nomeia como “capitalismo afetivo” o acúmulo de capital afetivo nas relações. A autora parte do princípio de que, com o tempo, os sistemas econômico e afetivo passaram a ser diretamente interligados, impactando na replicação de lógicas econômicas no cotidiano dos afetos. Nesse sentido, a busca pela felicidade constante junto à fuga de sofrimentos e a maximização do custo-benefício nas relações amorosas/afetivas/sexuais, desembocam em relacionamentos que estão em constante negociação, recheados de acordos e regras que se propõem a garantir a igualdade afetiva requerendo ou supondo uma reciprocidade constante. O que nos leva a interrogar se isso seria possível? Todas teríamos as mesmas demandas, vulnerabilidades e necessidades em relacionamentos?

Vasallo (2022) problematiza que usar da não monogamia apenas para ficar com mais pessoas, sem pensar em uma horizontalização de afetos, é manter a lógica monogâmica, mas com um nome diferente, o que é, se queremos partir de um viés libertário, inútil. A autora nos traz a seguinte provocação:

Romper a monogamia não é para brancas, magras, sensatas, bonitas e bem nascidas, mas justamente para todas aquelas para quem a monogamia é ainda mais falaciosa. É necessário rompê-la por completo, não a substituir por monogâmias simultâneas camufladas sob outros nomes. Quebrar esses mecanismos, cuspir neles e nos tornarmos

intransmissíveis, irreprodutíveis e intoleráveis. Quebrar a monogamia não é para aquelas que se envolvem com quem desejam, não é para gente normal, nem para as modernas, nem para hipsters, nem para os esquerdomachos, nem para as namastês. É a ruptura das fracassadas, das perdedoras, daquelas que habitam a margem de qualquer margem, aquelas que nunca encontraremos uma parceira com quem fazer um ninho, porque não há ninho que nos contenha ou queira nos conter. É para a garota abandonada no terceiro mês de gravidez, para as sapatonas de cidades pequenas, para as que passaram dos quarenta, para as soropositivas, para as bichas da escola, para as pessoas trans sem passabilidade, para as que foram rejeitadas pelas suas, por seu clã, para as que não se encaixam nem em sua raça, nem em sua classe, nem em sua linhagem, nem em seu entorno, nem em sua pátria. Para as que não temos um lar para onde retornar, nem uma pátria para a qual voltar, nem uma mãe à qual recorrer, nem familiares com quem passar os feriados para logo em seguida criticá-los nas redes sociais. Para todas aquelas que não sabemos o que fazer com nosso corpo e nossa vida, porque sabemos o que significa estar sozinhas e o que realmente significa ter sido abandonada. Para as que nos tornamos imunes aos capitais emocionais porque nunca investiram em nós. A partir daí, da ferida profunda, somente a partir daí podemos construir outra coisa (Vasallo, 2022, p. 85-86).

Diante dessa provocação situamos nosso trabalho: a quem serve uma não monogamia que replica moldes capitalistas e hegemônicos excludentes? Como a não monogamia atrelada ao neoliberalismo permite vivências de pessoas menos privilegiadas? Estamos, de fato, construindo algo novo? A não monogamia tem sido somente mais uma forma de opressão?

A questão de classe também. Porque, mulher... Pra você tomar uma cerveja com 10 pessoas, 5 pessoas em uma semana, você precisa ter dinheiro para você sair. E você

quer fazer coisa legal, sabe? Com quem você gosta. Então você precisa ter dinheiro. E aí, como é que você faz... sendo classe trabalhadora? (Zoé)

Vivermos uma não monogamia que atualiza, de forma flexibilizada, a monogamia, é apenas replicar a dinâmica neoliberal patriarcal e reafirmar lugares de privilégios sociais, visto que relacionamentos não convencionais não são transformadores se não estiverem alinhados com lutas sociais, visando, em especial, o rompimento com relações de poder – infladas, diretamente, pelo neoliberalismo (Klesse, 2025).

No que se refere às relações de poder e mulheres, Balragán (2020) destaca que as mulheres são figuras marginalizadas não apenas pelo gênero, mas também por atravessadores de dominação como origem étnico-cultural, idade, orientação sexual, entre outros, ressaltando a importância da compreensão das relações de poder frente à luta pelo fortalecimento e emancipação de mulheres.

Partindo de uma militância contra o neoliberalismo que produz subjetividades capitalizadas e da ligação direta entre capitalismo, relações de poder e discriminação, compreendemos que as posições étnico-raciais, de sexualidade e gênero impactam as experiências afetivas/amorosas/sexuais de mulheres não monogâmicas tanto quanto suas classes econômicas, debatidas anteriormente. Algumas entrevistadas compartilham suas perspectivas a respeito de seus privilégios e reflexões acerca de suas experiências não monogâmicas:

E aí eu acho que eu fui me tornando cada vez mais seletiva, porque aí teve um momento da minha vida que eu parei e falei assim “Cara, eu sou uma mulher negra, e eu quase não fico com mulher negra” e aí eu comecei a redirecionar, e eu não acho que o afeto é algo que você escolhe, a quem você vai ter afeto, mas que ele é direcionável, e aí eu falei que eu ia procurar, sabe, e entender por que que eu não me relaciono... por que que esse meu olhar estava totalmente voltado para mulheres brancas” (Zoé)

[...] ó que sempre que eu me deparo com a questão da atração dos outros, eu fico fodida, sabe? Eu fico “Caralho, pô, as pessoas não tão se atraindo a mim, porque eu não estou dentro da minha caixinha de gênero que eu deveria estar”, sabe? Da minha performance de gênero, da minha performance corporal. E isso me fode um pouco, sabe? Isso é ruim, assim, eu já deixei de ter relações que eu gostaria de ter, porque eu não era atraente pra essas pessoas, isso dói também, isso dói. Mas eu também... é aquele negócio, é uma dor que ela é momentânea, porque pra mim é muito mais importante essa brincadeira de gênero, do que uma pessoa se atrair por mim (Luce)

Então acho que querendo ou não o dinheiro e a sexualidade acabam aumentando a minha liberdade. E talvez o fato de ser mulher e padrão, aumenta as opções de escolha. (Amélia)

A multiplicidade dos relatos nos leva à ideia de que o poder não só reprime, mas faz viver de maneira positivada de certo modo (Foucault, 1979), logo, se alinhar à norma imposta pelo sistema heteromononormativo (Prado et al., 2025), por vez, apresenta-se como o caminho mais fácil. Além disso, como coloca Zoé, comportamentos que nos aproximem da normatividade emergem sem que percebamos, o que nos convida à reflexão constante acerca de quem somos, por que somos – e agimos de tal maneira – e, sobretudo, de quem almejamos ser, apesar da dor de bancar ser quem se é, como coloca Luce.

Vania Silva (2021) corrobora com a ideia das benesses em se viver alinhadas com o poder, propondo que a legislação não impede o que ocorre na vida privada, mas garante direitos na esfera pública. Aprofundaremos as benesses da monogamia, enquanto norma, no próximo capítulo, mas aqui deixamos o relato de Amélia sobre sistema econômico, que discutimos até aqui, e a monogamia:

Economicamente é melhor a monogamia, quando a gente pensa em herança, se a gente pensa em prevenção privada. Eu tava conversando com minha cunhada, a irmã do [nome do companheiro], que ela trabalha no INSS, e aí ela tava fazendo tipo um... e

ela trabalha fazendo pensão e é muito difícil quando a gente vai fazer pensão por morte, pra viúva, de países poligâmicos. Então, tipo, a pessoa morou... a pessoa é poligâmica e veio morar no Brasil, como é que faz, sabe? Sempre que a gente pensa, é muito difícil, sabe? Como é que assim, você vai dar uma pensão por morte pra duas? No Brasil não pode. Então, a gente acaba caindo em umas coisas políticas e estruturais, que então tem muita coisa pra monogamia mudar isso no futuro, sabe? Pra a gente conseguir realmente tirar essa coisa, sociedade de monogamia. Então, ainda mais pensando em coisas práticas, como dinheiro, pensão, seguro de vida, plano de saúde. Então, tudo que você tem embarca nisso. Então, é uma coisa que se a gente for pensar, não acho que será na nossa geração ainda, mas eu acho que é uma coisa pra você... pra a gente ir destruindo aos poucos, sabe? Destruindo a ideia de que “Ah, precisa ser assim pra dar certo” (Amélia)

A fala de Amélia evidencia o sistema legislativo arcaico do nosso País, que não se dispõe a acompanhar as mudanças sociais emergentes e deixa pessoas que fogem a norma desassistidas, apesar de que já haveriam fundamentos jurídicos que garantiriam direitos de pessoas que não vivem monogamicamente, mas o sistema não se dispõe a atualizações e se mantém no viés heteromononormativo (Prado et al., 2025; Silva, 2021).

Nos grupos, ao aprofundarmos o debate acerca dos pontos positivos da monogamia, esta aparece como uma garantia de sustento e de direitos, como em casos de casamento, parentescos e afins, o que pode ser justificado pelo sistema que enreda a existência de sujeitas e sujeitos, assim como colocado por Zoé, nas entrevistas:

[...] eu já tive essa conversa com a [nome da namorada] várias vezes, de como é que a gente encaixa uma outra pessoa na nossa vida se o mundo não contribui para isso, sabe? E aí eu acho que às vezes esse é um trabalho que eu não sei se eu tenho energia para ter, de readequar com a minha casa, por exemplo, a uma outra pessoa, readequar a

minha rotina a mais uma pessoa, me relacionar com mais uma pessoa, ou mais umas pessoas, né? E aí eu fico pensando nisso, sabe? Por mais que às vezes isso seja um desejo, é muito complexo, porque o mundo não contribui para isso, sabe? Porque tudo tá organizado para ser monogâmico. E aí, eu e a [apelido da namorada] a gente tá pensando em assinar uma união estável. E aí, quando eu fui ler o contrato de união estável tinha lá uma cláusula de fidelidade e de lealdade. E aí eu entrei em crise. Aí eu mandei mensagem pra minha analista “Como é que eu vou prometer isso para uma pessoa?” Como é que eu vou assinar um contrato e dizer que eu vou ser fiel, sabe? Se eu sou uma pessoa não monogâmica, será que eu posso tirar essa cláusula? Será que isso não vai dar um problema? Mas o que é que é a lealdade? O que é que é fidelidade? Porque eu acho que eu sou fiel à [nome da namorada], eu acho que eu sou fiel a ela. Mas pras pessoas eu não sou, se acontecer alguma confusão e a gente chega lá na frente do juiz, todo mundo sabe que eu fico com as pessoas. E aí, como é que a gente vai fazer? E aí, entrei em crise. Existencial, assim (Zoé)

Desse modo, compreendemos que a questão, para o sistema jurídico, não é a vivência de afetos não monogâmicos, desde que isso ocorra na vida privada, à margem do sistema hegemônico, lá onde o direito e as garantias estatais não chegam.

E, para além de reconhecer os malefícios sistema hegemônico que norteia nossas condutas, é preciso nos questionarmos até que ponto viver a não monogamia está apenas inflando a lógica capitalista e de produção que nos atravessa enquanto sujeitas, tomando de nós, seja pelo tempo, pelo dinheiro ou pelas leis, a possibilidade de viver em liberdade afetiva e de cultivar os nossos afetos e amores de forma coletivizada.

Por outro lado, algumas entrevistadas destacam a liberdade – a palavra que também mais se destacou na nuvem de palavras do primeiro encontro com o grupo – como uma das principais causas de se colocarem como não monogâmicas:

Pra mim, ela [a não monogamia] é mais uma liberdade individual como mulher. Como eu consigo ser eu sem precisar usar máscara, sem precisar tá dentro de uma caixinha. Eu posso ser eu, sou dona do meu corpo, das minhas vontades. [...] eu já fui casada, casada mesmo, tradicionalmente, padre, não sei o que, tudo como deveria ser no sonho Disney. E quando eu quis fazer uma pequena coisa, assim, por exemplo, era uma aula de dança, eu fui totalmente tolhida ali, fui totalmente barrada. E na minha cabeça não fazia o menor sentido eu ficar privada disso, mas fui. E aí eu sempre quis ser muito livre, eu amo muito a liberdade, na verdade. E não monogamia pra mim é isso, a liberdade de ser quem você é, de fazer o que você quiser. Então meu viés é esse, mais feminista talvez. (Kassandra).

Principalmente sobre liberdade, né? Eu acho que, para mim, a não monogamia está muito ligada à liberdade. Então, eu acho que é algo que desde o início... desde o princípio, assim... Conceito básico, ideia básica, assim... É isso, é possível existir esse tipo de relação. Então, é algo que me interessou e que eu via ali, algo que eu já imaginava, já tinha passado pela minha cabeça, que realmente existia, que não era só um devaneio da minha mente. Eu acho que é isso. (Lola)

[...] eu nunca gosto de contrapor a monogamia à não monogamia, sabe? Como se fosse heteronormativo e homoafetivo. Eu não gosto de fazer essa comparação, assim. Mas eu gosto de pensar que a não monogamia é liberdade dentro de uma relação. Não liberdade de “Ah, vou fazer o que eu quiser, não sei o que...” mas liberdade de eu me expressar, de eu estar sentindo o que eu estiver sentindo. “Olha, Fulano, eu tô com você, a gente tem contrato x, y e tal” (Clarice)

Já Luce menciona a liberdade de forma menos centralizada:

E aí essa liberdade pra mim devia tá em todo mundo, pra mim todo mundo devia ter essa liberdade. Mas é aquele negócio né, essa liberdade só existe com quebras de várias

coisas e... enfim, é aquele negócio, a não monogamia é tudo, é liberdade, mas pra a gente alcançar uma liberdade plena ela tem que ser... tem que ter quebra de várias coisas antes disso. Enfim, cansei. É isso. (Luce)

Na mesma linha, Amélia cita aspectos históricos da colonização e de tribos que não tem a monogamia como estrutural e vivem em coletivo, não somente no sentido amoroso/afetivo/sexual, mas também na criação de filhos, por exemplo. Então, no que se refere às nossas vivências não monogâmicas contemporâneas a participante destaca:

Parece que tipo ali é a coisa que a gente tá lutando, pelo direito de transar a qualquer hora com qualquer um. [...] Por isso eu falo que a não monogamia pra mim, não tá, assim, daquilo a gente fez naquela coisa de liberdade... era a palavra principal, né? Pra mim, não era a coisa principal. É uma coisa importante, mas não era a principal. (Amélia)

Como discutido anteriormente, a vivência de mais de uma relação afetiva/amorosa/sexual não é ceifada pelo Estado, desde que ocorra no âmbito privado. A liberdade mencionada pelas entrevistadas, ainda que individual, revela uma fissura no sistema monogâmico-normativo; no entanto, como adverte Vasallo (2022), essa liberdade só se torna política quando vinculada a projetos coletivos de transformação social.

Pilão (2015), por sua vez, tensiona a relação entre liberdade e igualdade, inclusive no que compele a luta por direitos de pessoas não monogâmicas: de um lado sujeitas e sujeitos que negam rótulos em prol da liberdade, e do outro pessoas que colocam a identificação como chave na luta por reconhecimento. Todo modo, há dissonâncias dentro do próprio movimento poliamorista – termo utilizado por Pilão em seus estudos – que busca tanto o compromisso e a fidelidade, dentro da própria não monogamia, quanto a liberdade e autonomia individual (Pilão, 2015).

Então, partimos de um sistema econômico e jurídico que gera subjetividades voltadas para a produção constante, para a busca pela hierarquização e para a luta pela liberdade individual. Ao nos propormos driblar esses engendramentos, em especial pela via dos afetos, esbarremos em uma série de entraves, tanto no que concerne à esfera pública – garantia de direitos, reconhecimento – quanto na esfera privada – trabalho, tempo. A partir disso, os impasses de uma sociedade neoliberal atravessam os afetos não monogâmicos e ressoam na busca e contemplação da liberdade individual que, apesar de ter seu valor na sociedade moderna, especialmente para mulheres, afasta-nos das lutas sociais por uma não monogamia equânime, que não se atualize como mais uma forma de opressão capitalística como provoca Vasallo (2022):

Há outra forma neoliberal que é o consumismo afetivo em ambientes libertários que, claro, me atinge diretamente e de forma profunda. Eu quase diria que existe um modo de depredação afetiva. Tendo a liberdade (individual) como álibi, os cuidados, a empatia, a paciência, a construção em comum são conceitos preciosos para facilitar dinâmicas de grupo, mas, com muita frequência, as palavras ficam somente ali, nas atas da assembleia. Talvez porque mudar as condições exija um esforço que nem sempre estamos dispostos a fazer (p. 21).

Bom, os relatos das participantes discutidos ao longo desse capítulo reafirmam a relação que destacamos entre o sistema neoliberal capitalístico, o tempo e a apropriação do desejo. Temos assim, a falta de tempo - o qual é, em maior parte, destinado ao trabalho - como elemento central no desafio em se cultivar as relações, até mesmo familiares. Levando em conta que a produção constante, por vez disfarçada de alta performance, tem impedido o cultivo e a manutenção de relacionamentos cotidianos, temos, em contrapartida, a busca pela liberdade individual - vendida como autonomia. Assim, a mídia capitalística, a partir da promoção de um consumismo exacerbado, vende a ideia de que querer é poder - se você quer e corre atrás, você

irá conseguir, subtendendo-se que o desejo é de posse - e controle - da sujeita, como um capital individual, que pode ser manejado e usado ao bel-prazer, inflando a busca pela liberdade individual.

Todavia, esse modo de funcionamento reverbera em pressões para que se viva de forma alinhada com o produtivismo proposto não somente no campo econômico, mas também no afetivo (Illouz, 2011), o que pode ser percebido na fala de Zoé – “se eu não estiver ficando um, transando, dando pra mais de não sei quantas pessoas eu não sou não monogâmico, eu tenho que estar necessariamente no meio de um suruba todo final de semana para poder ter esse atestado.” – e tensiona a questão do rendimento afetivo/sexual como prova da identidade não monogâmica.

Temos então dois pontos importantes no que se refere a não monogamia, mulheres e neoliberalismo: primeiramente, a libertação das mulheres a partir da autonomia sexual e financeira, o que permite o pleito de liberdades individuais e formas de existências alinhadas com o próprio desejo – o que se faz uma conquista frente às opressões sofridas pelas mulheres ao longo da história. Todavia, em um segundo ponto, tensionamos se desejamos, enquanto mulheres não monogâmicas, a replicação do capitalismo afetivo e, em certa medida, opressoras à determinados grupos, em nossas relações afetivas/amorosas/sexuais.

Sem dúvidas a conquista de – algumas – mulheres de um lugar enquanto sujeitas de direito na sociedade é louvável. Entretanto, a partir disso, precisamos refletir acerca de como as nossas atitudes estão pactuando com o mesmo sistema que nos oprimiu, e ainda oprime, para que possamos não apenas gozar da suposta liberdade conquistada, mas lutar pela garantia de direitos a quem esse privilégio não chega – seja por atravessadores afetivos, econômicos, etários, étnico-raciais/culturais ou outros – almejando relações democráticas e equânimes, de fato.

Por fim, frente às construções feitas nesse capítulo, levantamos alguns tensionamentos que serão discutidos nas próximas páginas: Quais são e como se dispõem as reverberações dos sistemas jurídico e econômico brasileiros nas vivências não monogâmicas? Como as subjetividades produzidas no neoliberalismo tem se proposto a pensar os afetos? Quais as garantias – de direitos e de afetos – nas relações afetivas/amorosas/sexuais? De que forma as teorias da monogamia e da não monogamia ressoam, de forma direta ou indireta, na prática? As teorias (não) monogâmicas tem dado conta do que acontece na vivência de sujeitas e sujeitos?

Capítulo 4 - Ambivalências (não) monogâmica(s)

Viver gera necessidade, e aí
Chega que me confundo todo
Amar gera propriedade, daí
Já não é mais aquele amor

Que vem, vai, vem, vai e vem vai
Cheio de si, vai e vem, vai, vem, vai
Cheio de si

Querer e não ter liberdade, pra mim
É desculpa de quem não sabe querer
Quer mas pela metade, e aí
É só coisa que a gente diz que vem

(Necessidade - Canção de Castello Branco · 2013)

4.1 – As fissuras que se sustentam entre teoria e prática

Para iniciarmos esse capítulo traremos alguns conceitos de Deleuze e Guattari que embasarão as discussões que seguirão. Partimos, ao longo do trabalho, do conceito esquizoanalítico de subjetividade, levando em conta a processualidade do pensamento e da vivência de sujeitas a partir de um campo de forças existencial. Logo, entendemos que a consciência e o comportamento não são dados de forma essencial, sendo processuais (Marcella Cassiano & Furlan, 2013).

Então, ao tratarmos as fissuras, citadas no título deste subcapítulo, compreendemos que as linhas duras, propostas por Deleuze e Guattari (1996) como responsáveis pelas normas e enquadramentos, que controlam como sujeitas e sujeitos devem existir. Todavia, os autores partem de uma multiplicidade que atravessam a existência e fazem emergir sujeitas várias em um mesmo corpo.

Por outro lado, há também as linhas maleáveis que direcionadas a maior fluidez e de funcionamento rizomático, onde encontramos então as fissuras supracitadas:

O rizoma está presente em maior ou menor grau em qualquer relação ou estrato. Com esse termo, que se opõe ao modelo da árvore, Deleuze e Guattari apontam a presença da multiplicidade heterogênea de elementos e relações em toda e qualquer realidade, na qual cada ponto pode se conectar a qualquer outro, traçando novas linhas (Deleuze & Guattari, 1995) ou possibilidades de conexões. O importante é que em um rizoma não existem eixos ou centros que comandem as relações e os fluxos entre seus elementos, como é o caso dos estratos ou sistemas arborizados. Nesse sentido o acontecimento se destaca, como o lugar e o momento em que a realidade se constrói, ao contrário do sistema estratificado que predetermina o fluxo das relações entre seus elementos, dando destaque à sua origem ou finalidade. Origem e finalidade são, pois, princípios de controle dos fluxos entre os elementos de nossa realidade, e nesse sentido controlam os acontecimentos. Ora, a dimensão rizomática destaca, em oposição ao status da origem e da finalidade, a dimensão do meio, essa em que o acontecimento assume a possibilidade de desestratificação e formação de novos fluxos entre os elementos, ou sua prerrogativa diante do porvir (Cassiano & Furlan, 2013, p. 374).

Diante disso, embasamos nossas análises partindo das linhas duras como sendo a monogamia enquanto norma e das linhas maleáveis para pensarmos a não monogamia como processual, fluída e rizomática. Buscamos então compreender o que há no meio, entre, não nos

comprometendo à resolução dos conflitos entre teoria e prática que serão discutidos abaixo, mas sim nos propondo a compreender como a não monogamia acontece e existe, enquanto via de afetos. Com isso, falar em fissuras que se sustentam é provocar a reflexão acerca de quais rachaduras à monogamia – que possibilitam o fluxo de outras políticas afetivas – são sustentadas por quem se permite viver a não monogamia em uma sociedade neoliberalista.

Porque assim, na não monogamia é pra você sustentar os teus desejos e arcar com as consequências de ter que sustentar os teus desejos (Lagam).

Nos encontros coletivos, ao tratarmos do flerte com a não monogamia, buscamos colocar lado a lado diferentes pontos de vista e horizontalizar as diversas perspectivas sobre o tema, desde quem se interessa, vive, estuda, até quem escolheu participar dos encontros porque, de alguma forma, sente-se atravessada ou intrigada, pela temática. Apareceram mulheres que se apressavam em dizer que a não monogamia não seria viável para elas, que não se veem ou não conseguiriam sustentar uma vida ou relacionamentos não monogâmicos, mas que a despeito disso, tinham curiosidade sobre o tema. Posto isso, nos perguntamos: a que se refere ou do que diz essa curiosidade?

No que toca às participantes que tinham interesse pelo tema - chamadas, comicamente, pelas participantes do grupo de não monogâmicas *não praticantes* - foram apontados desafios de experienciar a não monogamia na prática: os entraves como posse, ciúme, distribuição de tempo e moralismo pessoal impedem algumas pessoas de se colocarem, ou se disporem, a viver relações não monogâmicas, visto que há certo conforto na monogamia compulsória e no contrato monogâmico pré-estabelecido, como discutiremos a seguir (Lins, 2013).

Aqui compreendemos a prática da não monogamia a partir da autonegação das participantes como não monogâmicas, por entendermos que:

A “multiplicidade” do eu é, aqui, compreendida como uma consequência da proposição de que “o indivíduo aloja a capacidade para uma multiplicidade de formas narrativas”

e domina uma gama de meios de se tornar inteligível por meio de narrativas, de acordo com as exigências feitas na negociação da vida social – por exemplo, de que a pessoa se faça inteligível como uma identidade duradoura, integral, coerente (Rose, 2001, p. 148).

Nesse viés, Anacardi destaca nas entrevistas:

Ah, eu acho que eu sou uma pessoa não monogâmica independente de com quem eu me relaciono. Eu acho que é muito a forma como eu vejo o mundo de responsabilidade com as pessoas, de não me sentir presa, de cuidar de mim, de cuidar de mim, o jeito que eu quero criar meu futuro, sei lá, se um dia eu decidir ter filhos, a maneira como eu vou criar meus filhos vai ser pautada pela não monogamia também. Eu acho que eu vejo a não monogamia como um jeito de se relacionar de forma mais responsável, sabe? Não sei, eu acho que aquele rolê que a gente debateu muito nos grupos de, tipo, a minha ideia de criar coisas artesanais, de, tipo, não ficar me pautando com o que é padrão, com o que eu acho que é certo, porque mesmo estão tentando dentro da não monogamia ainda tem muita coisa que eu fico, tipo, culpada de fazer, o que não fazer, o que é o certo, o que é o errado e afim, então a não monogamia pra mim é, tipo, uma ferramentinha de, enfim, de me sentir menos culpada, de fazer o que eu acho que é certo para mim. Criar novas coisas, sair de tá presa em regra, sabe?

Então, a partir das autoneomeações proferidas nas apresentações nos grupos, entre mulheres que se nomeavam monogâmicas ou não monogâmicas, frente aos tensionamentos acerca da não monogamia supracitados, emergiu o tópico das supostas benesses da monogamia. Nesse espaço, Amélia compartilhou o relato de sua gravidez, no contexto de um relacionamento a três, onde, a partir da descoberta da gestação, uma das pessoas envolvidas na relação optou por não assumir a criança, o que leva a participante a tencionar o que dava a essa pessoa o direito de se eximir da responsabilidade e da consequência de uma relação na qual ela também escolheu estar?

Nas entrevistas, a participante coloca:

Mas acabou que ficou eu e o pai da criança, a gente ficou junto, a gente tá junto até hoje, a gente mora junto, e aí foi uma coisa muito engraçada, eu diria, porque a gente tem muito aquela ideia de família tradicional, né? Então, a gente é um casal branco, tecnicamente heterossexual, com uma filha, ele é médico, sabe? Então, passa aquela imagem bonitinha de família, tanto que era até uma piada mesmo entre as minhas amigas que são monogâmicas, tipo “Ah, a família tradicional brasileira, não sei o que.”

(Amélia)

Em consonância a isso, ainda nos encontros coletivos, outra convidada, Olívia, relata sobre seu processo de luto e o ancoramento encontrado na monogamia, destacando que as pessoas se afastaram dele durante seu luto, obrigando-a a ser mais monogâmica frente à diminuição da rede em um momento difícil.

De forma interessante, ambos os relatos são trazidos por mulheres não monogâmicas, que em determinadas situações de vulnerabilidade, por falta de opção, encontraram na monogamia um ancoramento. Logo, apesar das tentativas de sabotar ou ultrapassar a hierarquização dos afetos (Vasallo, 2022), por vezes um enredo monogâmico se entrelaça em vivências reais e cotidianas - como a geração de uma nova vida e/ou a perda, pela morte de alguém querido, e até mesmo uma pandemia.

Fernandes e Ferreira (2025) buscaram compreender os arranjos relacionais de pessoas negras não monogâmicas durante a pandemia de COVID-19, e encontraram, junto aos relatos de medo da morte, o receio frente à centralidade relacional exigida pelo isolamento social, trazendo o medo de “voltar a ser monogâmica” (p. 4). Com isso, observamos que, diante de momentos de fragilidade, a hierarquização de afetos aparece como caminho mais seguro ou única via possível, inclusive para pessoas não monogâmicas.

Todavia, a monogamia se dá pela assimetria relacional, onde um exerce poder e dominação sobre o outro: uma herança eurocêntrica colonial, que reverbera nas formas de afeto

e de afetação de sujeitas (Fernandes & Ferreira, 2025), apesar de, por vezes, emergir como via possível de existência frente a contextos de vulnerabilidade. A genealogia desse ideal nos leva, pelo menos, à colonização das terras e dos povos originários pindorâmicos que, a partir da catequização e da implementação da ideia de capital, impôs os modelos normativos vigentes: heterossexual, branco, cisgênero, monogâmico, cristão, capitalístico (Núñez et al., 2021).

De fato, não há uma segurança ou garantia da não monogamia para alguns corpos, haja vista os modelos de padrões sociais impostos que ditam condutas e formas de existência (Pilão, 2019; Zanello, 2023). Nesse aspecto, Zoé destaca:

E essa é a questão, que você não tem garantia nenhuma, se a gente ficar só a gente, tanto quanto se eu ficar contra as pessoas. E aí é muito foda porque parece que as pessoas sempre querem ter essa garantia que... eu já percebi na prática que não existe garantia (Zoé)

Desse modo, a monogamia também não garante amor e acolhimento, apesar da exclusividade ser propagandeada como garantia afeto e eternidade (Gonçalves, 2025). Como propõe Vasallo (2022), pensar a não monogamia está para além de “quantos?”, está para o “como?”, logo, a abertura para as multiplicidades se apresenta como um viés fundamental na não monogamia e também como um trabalho árduo e sem garantia de sucesso - mas com aposta.

É... o esquema não é fixo, entendeu? Tipo, ah, todo mundo já sabe como eu sou, as dores que eu tenho e como cuidar? Não! Tem uma rotatividade de pessoas, então eu acho que eu tô mais vulnerável a passar por experiências raciais dolorosas, a tocar em pontos de sexualidade ou de feridas, nesse sentido que são atravessadas por raça, eu acho tipo ser uma questão forte de classe também, eu tenho mais probabilidade de topar branca besta, não sei definir de outro jeito (Olívia)

O povo pensa que na não monogamia a pessoa é inabalável. A pessoa é autoconfiante, que ela tem uma autoestima assim... e ela não tem nada. Ela é muito consciente do lugar que ela ocupa na vida das pessoas. E em parte na teoria é isso, mas na prática as emoções estão ali, ó “Será? Será mesmo que você não vai ser trocada?” (Lagam)

É porque é muito cheio de paradoxos, mais ou menos isso. Porque tem o que eu quero, o que eu acho certo, e o que até onde eu ainda consigo ir. Eu acho que o que eu to conseguindo ainda é pouco para onde eu quero chegar. Porque eu quero ser essa pessoa... porque para eu conseguir chegar aonde eu quero, eu tenho que trabalhar as minhas inseguranças pra que elas se tornem seguranças, né? E isso tem hora que... “Pra onde é que eu vou”, sabe? Como é que eu faço? Como é que eu melhora isso? Como é que eu... Porque eu sei que não é assim, mas eu não consigo deixar de sentir. [...] é o que eu tento. É porque também é mais difícil a gente encontrar homens que pensem da mesma forma. Então, homens héteros que estejam dispostos... estejam dispostos não, que acreditem na não monogamia como uma forma de viver, não só como uma forma de... Como é que eu vou dizer? Não sei se é de controle. Porque só o que a gente escuta é a história de um homem que “Ah, eu sou não monogâmico”, e que quando a mulher começa a ficar com outros caras, ele... “Ops! Não quero mais, vamos fechar bem aqui não quero”, entendeu? Isso é bem comum. Mas toda vez que eu... eu escuto muito o Não Inviabilize, que é aquele podcast que ela conta histórias. E volta e meia tem umas histórias assim. O cara é não monogâmico, a mulher aceita, e quando... “Não quero mais”. (Maria)

Na fala de Olívia podemos observar a interseccionalidade discutida por Lugones (2008) frente às violências de raça/classe/sexualidade/gênero, que acontecem de maneira interligada, distanciando-se do que propõe o feminismo de base hegemônica ao não se atentar para como os marcadores sociais reforçam e ampliam violências a determinados corpos. Com isso,

compreendemos que a problemática do racismo, homofobia e outras, impactam existências – reforçando estereótipos e intensificando marginalizações – para além do que propõe a noção normativa de sujeitas e sujeitos ao supor igualdade entre as variadas formas de existência.

Desse modo, o discurso da verdade e do natural é endossado por inferências ou mesmo supostas evidências que garantem às sujeitas a falsa noção de que as coisas são como são porque são e assim *devem* ser, desembocando na categorização de condutas e comportamentos que fujam à lógica heteromononormativa (Prado et al., 2025). Ou seja, ao falarmos de gêneros e sexualidades dissidentes temos como referencial a heterossexualidade, bem como ao abordamos temas do guarda-chuva da não monogamia - poliamor, relacionamento aberto, relações livres - temos como referência a monogamia (Tânia Swain, 2001).

Puxando o fio da normatização e remontando o debate sobre a colonialidade, encontramos rastros da normalidade que nos levam à compreensão das reverberações da colonização nas vivências modernas. Tanto no ideal de família quanto na sexualidade, o modelo imposto é derivado da heteromononormatividade (Prado et al., 2025). Então, o ideal de família é patriarcal e monogâmico, assim como a sexualidade tida como normal é a heterossexual. Mas, essa teoria normativa condiz com a prática?

Nos grupos, algumas participantes – *não praticantes* da não monogamia – relataram sobre o fato de não sustentarem viver a não monogamia. Então, ao buscarmos o significado da palavra sustento, nos deparamos com o mínimo de investimento necessário a uma forma ou modo de vida, o que, curiosamente, se alinha à própria monogamia, que poda às multiplicidades de vida, de existência, de desejos e relações (de cunho amoroso/sexual, mas também familiares), deixando para sujeitas apenas o mínimo para viver: um, suposto, amor. Só. Basta? Ou a vida pode/pede mais?

A partir dos diálogos acerca dos impasses monogâmicos nos grupos, algumas das participantes atraídas pela curiosidade, se colocam como, em certa medida, avessas à

monogamia. Ou seja, ainda que não vivam relacionamentos monogâmicos, não concordam com as lógicas patriarcais e limitantes que permeiam relações monogâmicas.

As participantes que se colocam como *não praticantes* da não monogamia, relataram que estavam surpresas, ouvindo muitas coisas que concordavam e até viviam, mas até então não conseguiam nomear ou não haviam refletido sobre. Nesse sentido, apesar de *não sustentar*, ainda assim há o flerte, a curiosidade e até a identificação com a não monogamia, apontando, mais uma vez, as limitações da monogamia enquanto sistema (Vasallo, 2022) engessado e rígido diante da multiplicidade subjetiva e de experiências singulares, que apesar da poda e do controle, são atravessadas pelo desejo que subverte.

Entretanto, apesar da identificação com as teorias não monogâmicas, e até uma “fissura” – termo usado por uma participante dos grupos, que implica também rachadura, abertura por onde algo passa, escorre – pela não monogamia, relações são atravessadas pelo conforto iminente com a monogamia compulsória. Ao manter a monogamia enquanto normalidade, garante-se também a regulação da vida comum, junto à garantia de privilégios pela norma, reforçados pela racionalidade monogâmica (Oliveira, 2014; Prado, 2017).

Em um artigo intitulado “‘Adoro NM desde que não seja minha namorada’: convenções e controvérsias da #monogamia no TikTok”, as autoras Maria Luiza Lopes e Michele Escoura (2025) levantam que a temática da monogamia e não monogamia no TikTok tem sido protagonizada por mulheres, e, de maneira interessante, com debates críticos e informativos acerca das teorias não monogâmicas. Todavia, há um número considerável de conteúdos voltados para o reforço da monogamia enquanto sistema, satirizando e/ou reforçando o apreço pela exclusividade sexual e afetiva relacional. De todo modo, as dissonâncias apresentadas pelo estudo apontam para a ampliação do debate na sociedade em geral e, principalmente, para as incoerências emergentes ao se flertar/viver/pensar a não monogamia, como propõe o próprio título do trabalho.

Diante disso, apesar da atual crescente nas teorizações acerca da não monogamia e as diversas formas de vivenciá-la, devemos refletir sobre o quanto a monogamia é um sistema falido desde seu início, e que deve ser superado, pois além de promover desigualdades sociais nem mesmo conseguiu levar a cabo aquilo que se propõe: a completude a partir do outro (Suy, 2022). Para além dos desejos que fogem à norma da exclusividade, tidos como traição, as hierarquizações dos afetos (Vasallo, 2022) e os papéis de gênero que privilegiam homens (Judith Butler, 2003) e reforçam as violências contra mulheres, devem ser colocados em xeque diante da imposição da heterossexualidade compulsória.

De fato, o sistema monogâmico é imposto às sujeitas como forma de controle dos seus corpos e desejos, como propõe Vidal (2025):

O controle nas relações monogâmicas não é apenas uma punição à alegria de viver—derivado do ciúme, inveja, insegurança etc.; antes, é a forma mais eficaz de castrar a potência e a liberdade de alguém para sentir, desejar e amar livremente. [...] Isso ocorre à medida que a projeção de amar alguém é arraigada à internalização da outra pessoa como uma “propriedade privada”, contribuindo tanto para a coisificação da pessoa quanto para a obtenção de uma sensação de controle [e posse ou propriedade] sobre ela. (p. 143).

Por outro lado, Swain (2001) propõe que toda norma tende a mascarar a multiplicidade inerente à existência dos indivíduos que escapam, cotidianamente, em maior ou menor grau, do padrão de subjetividade imposto, logo, nomeamos para padronizar, a partir das linhas duras (Deleuze & Guattari, 1996), discutidas no início deste capítulo.

Logo, apesar do sistema monogâmico normatizar as subjetividades e buscar teorizar negativamente tudo aquilo que foge à suposta normalidade como forma de controle (Swain, 2001), como a própria não monogamia, há um distanciamento entre a teoria e a prática (não) monogâmica que reflete em mulheres monogâmicas que esbarram em práticas confluentes com

a não monogamia e vice-versa, escapando às teorizações amarradas – quem é monogâmica age assim, e não monogâmicas agem de outra forma... será?

Diante dos tensionamentos entre teoria e prática, as entrevistadas relatam seus processos de autodescoberta não monogâmica e os entraves enfrentados. Como relatam Olívia, Cassandra e Maria, as teorias acerca da não monogamia não alcançam as múltiplas singularidades emergentes nas relações afetivas/amorosas/sexuais – seja consigo mesmas ou com outras pessoas.

Olívia relata uma aproximação intuitiva à não monogamia: Descobriu o termo se identificou-se e preferiu aprender e apreender na prática, nas vivências cotidianas. Já a parceira de Olívia inicialmente resistia por preconceitos, mas seus valores já eram não monogâmicos. Hoje, prioriza o que sente, não modelos ideais.

Teoricamente, eu não gosto, tenho um pouco de preguiça, prefiro ir sentindo e fazendo e tals, e assim foi. [...] eu não vou muito por leituras ou por tipo, de sei lá, assim, uma dinâmica ideal, uma construção não monogâmica ideal. E eu vou mais pelo meu sentimento. Então tipo, se tem limites, se tem necessidades de conversas, se tem, sei lá, questões pra lidar eu vou até a última gota. Até a última... que eu tiver vontade de lidar.
(Olívia)

Já Cassandra reflete sobre o processo de transição: Há dois anos estuda e vive a não monogamia, ajustando-a à sua realidade. Não se encaixa totalmente na teoria não monogâmica nem na monogamia – encontro seu caminho, sem pressa ou rigidez.

Às vezes é um pouco oposto, às vezes coincide. Então, às vezes eu gosto de falar que eu tento viver uma não monogamia real diante da minha vida, na minha realidade. [...] eu vou devagar, é dessa forma que eu consigo, porque eu também não consigo ficar na monogamia, mas também não consigo ficar totalmente na não monogamia, assim, como

a teoria fala, propõe. E aí durante muito tempo eu me questioneei isso “Poxa, vida, então quer dizer que eu não sou não monogâmica? Então eu sou não monogâmica demais pra ser monogâmica e não monogâmica de menos pra ser...” (Kassandra)

Enquanto isso, Maria aponta o abismo entre compreensão e ação: sabe racionalmente o que defende, mas transformar isso em prática exige lidar com desafios internos, como inseguranças enraizadas.

Tem coisas que a gente só consegue desenvolver sozinha, tem coisas que a gente só passa sozinha porque é dentro da gente e é a gente que tem que elaborar e, por mais que a gente tenha toda a teoria, a prática é diferente quando vai aqui pra dentro. Eu acho que o meu maior desafio é esse, é transformar... porque eu sei o que eu quero, eu sei o que é racional, tudo eu tenho aqui. Mas quando é para transformar, o que eu sinto é um desafio, é a dificuldade. (Maria)

Ao elucidarem os distanciamentos entre a teoria e a prática, as participantes levantam questões que refletem os desafios de se viver a partir de uma norma monogâmica que busca codificar, constantemente, àquilo que foge ao padrão – no caso, a não monogamia (Swain, 2001), nos desafiando a aceitar o desconhecido, o caminho que ainda não existe, mas precisa ser trilhado. Então, se as teorias que embasam a não monogamia não são a peça que fecha as lacunas deixadas pela monogamia, o que resta, na prática?

Por um lado, Lagam coloca a prática da não monogamia como difícil, em especial frente às inseguranças e rivalidades implantadas no cotidiano afetivo de mulheres, mas ainda assim coloca a não monogamia como coragem e disposição para questionar padrões: “Não dá pra você ter uma relação seguindo a não monogamia se você não tiver intencionalidade nisso, porque a gente reproduz muito aquilo que a gente foi acostumado” (Lagam).

Na mesma linha, Lola, Zoé e Amélia também colocam a prática não monogâmica como um desafio, apesar da contundência teórica, especialmente no que se refere ao ciúme. Lola

destaca que supera esses entraves a partir de aprendizados diários e diálogo; Zoé aponta a busca e a dificuldade em achar o meio termo entre ser uma mulher não monogâmica e desejar constituir uma família nos moldes monogâmicos; enquanto Amélia coloca o receio de ser preterida como um desafio na prática não monogâmica.

Nos três casos supracitados é possível observar os entraves de se propor a praticar a não monogamia, logo, evidencia-se também os atravessamentos dos moldes monogâmicos-coloniais nas falas das participantes: a posse, o ciúme, a insegurança, a rivalidade com terceiros e a expectativa de um matrimônio no padrão monogâmico. Dessa forma, a não monogamia não deixa de ser atravessada por um viés colonial – que alimenta sentimentos de posse, ciúme, rivalidade e afins – que permeia até mesmo subjetividades que se colocam como dissidentes. Entretanto, como frisado por Lola, a não monogamia se constrói no cotidiano e na própria prática, ultrapassando os aspectos relacionais, como aponta Luce:

Eu penso na não monogamia, não como um contrário da monogamia, mas o que me faz... o que me faz, eu, ser não monogâmica, é porque a não monogamia entra e ela se converge com todos os meus outros ideais, ideais de liberdade, ideais de luta social, ideais de força, ideais de, enfim, de muitas coisas que me movem, sabe? [...] é movimentar os afetos das pessoas que estão comigo, na periferia do poder social, pra que vá caminhando pra que essas mudanças aconteçam, então, isso pra mim, e por isso que a não monogamia é tão importante pra mim, não, enfim, ela vai muito além de... de relações pra mim, por isso que quando ouço as pessoas falando “Ah, que a não monogamia é um estilo relacional”, pra mim não entra, pra mim é muito mais que isso. [...] a prática é muito mais importante do que... pra mim, obviamente, porque pra mim é importante o estudo, porque eu quero praticar de uma forma muito mais conectada com certos ideais, né? Não é só eu poder me relacionar com várias pessoas, então é sobre ideais, é sobre luta social, pra mim exige um estudo maior, além de só a prática.

Então, apesar de a não monogamia emergir ligada a relacionamentos afetivos/amorosos/sexuais, atrelada à posse e ao controle do outro, a prática da não monogamia extrapola as dinâmicas relacionais, indo além do envolvimento com múltiplas parcerias românticas e desembocando em questões que permeiam outras esferas da vida das sujeitas, como a luta por direitos, citada por Luce.

Nesse sentido, Clarice e Maria relatam suas visões da não monogamia para além da liberdade de se envolver afetiva/amorosa/sexualmente com mais de uma pessoa simultaneamente. Clarice destaca a importância do seu último relacionamento, não monogâmico, para que ela ressignificasse a “caça frenética” por parceiras e compreendesse que para ser não monogâmica ela não precisaria se quer estar se envolvendo com alguém; enquanto Maria relata que se considera não monogâmica mais pelo seu ideal do que seria uma relação saudável do que pela possibilidade de ficar com outras pessoas.

Com essas falas observamos o encontro dessas mulheres com o leque de possibilidades de vivências afetivas que a não monogamia apresenta, desembocando em maior autonomia das sujeitas frente às múltiplas formas de construir, ou não, vinculações e trocas afetivas/amorosas/sexuais. Então, ao relacionarmos as falas de Clarice e Maria com os relatos de outras participantes (Lagam, Lola, Zoé e Amélia) acerca dos desafios em se praticar a não monogamia cotidianamente, observamos que, apesar dos entraves, a não monogamia como forma de pensar os afetos propicia autonomia, autopercepção e, em certa medida, alinhamento com o desejo.

Partimos de uma compreensão de que a não monogamia não se dá apenas dentro de relações afetivas/amorosas/sexuais, mas atravessa outras esferas da vida social das sujeitas, como citado por Luce anteriormente. Todavia, ao debatermos sobre os entraves das vivências não monogâmicas, esbarramos, frequentemente, em aspectos voltados para as nuances das

relações afetivas, amorosas e, especialmente, sexuais. Nesse sentido, algumas entrevistadas destacam o maior desafio calcado nas relações românticas e sexuais.

Olívia relata que frente ao envolvimento sexual “algo muda”, fazendo com que as feridas dessas relações passem por caminhos que não são os mesmos de outros vínculos, aumentando a sensibilidade. Lagam corrobora com essa ideia destacando que o desafio maior da não monogamia é na parte romântica, justamente pelos enraizamentos de como devemos nos portar em relações românticas. Zoé compartilha que, apesar de ter uma relação próxima com uma ex-companheira, não consegue tê-la como amiga, visto o nível de intimidade já estabelecido anteriormente. Já Amélia diz “lutar contra si mesma” para superar a hierarquização das relações a partir do sexo, mas que, apesar de não ver os amigos como menos importantes, o sexo é significativo e ocupa um lugar de organização dos seus vínculos.

Nessas falas percebemos o quanto as relações sexuais e românticas se sobressaem à outras ao tensionarmos as nuances das vivências não monogâmicas, o que pode ser colocado na conta da colonialidade que atravessa as subjetividades contemporâneas e coloca o sexo como elemento central na hierarquização de afetos (Vasallo, 2022). Todavia, em contraponto, Luce e Maria relatam:

Então, a não monogamia pra mim, ela é um pouco... pelo menos das pessoas que eu conheço que são não monogâmicas... tem um diferencial que é porque eu também não tenho tanto interesse tanto assim por sexo, né? Então, é uma peculiaridade que, primeiro, eu não tenho muitos parceiros, tanto sexuais quanto românticos, enfim. Então, acaba que a não monogamia pra mim foi muito mais sobre a mudança da forma como eu vejo e pratico as minhas relações. Então, eu vejo e pratico minhas relações não como uma forma de evolução [...] então, acaba que eu não sou muito normal, assim, nesse quesito. Então, isso dificulta muito nas ações. Isso é um dos motivos que eu fico com medo de ficar sozinha também, porque eu não sou sexualmente normal, sabe? E eu tenho noção disso, e eu sei que não é nada químico, né? É só a forma como eu sou. E ao mesmo tempo

isso pode mudar... é aquele negócio. Quando eu falo que é o que eu sou, é porque eu sou nesse exato momento, né? Mas isso muda, é como eu estou, né? E eu tô cada vez... Aos poucos, eu tô mudando a forma como eu falo, porque a forma como eu falo ela afeta muito com a forma como eu penso. (Luce)

Eu também não me sentia privada de estar com outras pessoas, apesar de que eu não tenho essa necessidade. Quando eu tô com uma pessoa que me satisfaz na conversa, me satisfaz no sexo, me satisfaz em... nesses campos fundamentais pra relação, eu não tenho necessidade de ficar com outras pessoas, não tenho essa “Ai, preciso arrumar outra pessoa porque eu sei que ela tá também”. Tipo, eu não tenho isso. Se isso tudo tá bom, eu não tenho necessidade de ir atrás de outras pessoas. Mas eu gostei da ideia de não precisar também me privar. (Maria)

Diante disso, percebemos que não há uma homogeneidade entre as respostas das participantes no que tange às relações sexuais, seja com uma ou mais parcerias, enquanto (não) regra para viver a não monogamia, entretanto o sexo se apresenta nos discursos como um aspecto que gera implicação e reflexão nas entrevistadas, seja na prática ou na teoria – no ato ou no não ato.

No que concerne o feminino e o erótico, Audre Lorde (1984), coloca o erótico como positivo e crucial na (re)existência de mulheres, apesar da histórica supressão da sexualidade feminina, inerente à sociedade patriarcal em que vivemos. Todavia, a autora reflete que o erótico está para além do sexual, ligando-se também a potência de existir, sentir, conectar-se a partir de alianças potentes, articulando assim o espiritual e o político, reafirmando o poder e a força do feminino para sentir, ser e estar no mundo apesar das repressões.

Temos, com isso, a importância de retomarmos o erótico para além do ato sexual, como mais um marcador da força e da potência feminina que extrapola o sexual e desemboca em

potência de vida, o que dialoga também com as falas de algumas participantes que acham mais fácil se relacionar com outras mulheres pela intimidade e intensidade de sentimentos.

Ao tomarmos o erótico como potência de força de existência temos uma ferramenta para refletir e reelaborar nossas condutas dentro da não monogamia, repensando a hierarquização dos afetos pela via sexual e inflando a sensibilidade feminina como força motriz na luta por direitos e pela democracia afetiva, como discutido no capítulo anterior.

Desse modo, partimos da compreensão esquizoanalítica de linhas duras e maleáveis que produzem as subjetividades modernas e influenciam nas dissonâncias teóricas e práticas, impactando nas condutas das sujeitas que se deparam com entraves monogâmicos nas suas relações não monogâmicas e vice-versa. Logo, tensionamos nessa etapa do trabalho sobre como as experiências das participantes se constroem dentro de um sistema que impõe a monogamia enquanto norma, o sexo como central e a hierarquização de afetos. Faz-se assim o desafio em superar os embaraços práticos da não monogamia, haja vista as linhas duras que ditam as normas e enquadram subjetividades (Deleuze & Guattari, 1996) – reverberando em sentimentos de posse, ciúmes, controle, insegurança e rivalidade –, a partir de linhas maleáveis que possibilitam fluxo e fluidez nas formas de ser e estar no mundo, abrindo caminho para que as fissuras não monogâmicas sejam sustentadas a despeito dos entraves discutidos.

Entretanto, apesar de compreendermos que a não monogamia está além de relações interpessoais, românticas ou sexuais, abrangendo um processo individual, político e emancipatório de sujeitas, as questões concernentes aos relacionamentos se sobressaem ao tensionarmos as vivências não monogâmicas. Logo, interessamo-nos por compreender como se articulam as relações românticas e sexuais a partir dos atravessamentos das teorias e práticas (não) monogâmicas: Se as “fissuras” entre teoria e prática revelam a impossibilidade de uma não monogamia “pura”, como as participantes tem contornado as contradições cotidianas – como ciúme, hierarquia e posse – sem recair em modelos do sistema monogâmico?

4.2 - “Bora fechar?” ou “Abrir pra salvar”? : os desafios em viver a teoria na prática

O “bora fechar?” é uma expressão que pode ser compreendida como um flerte, ou cantada, que demonstra interesse em um envolvimento amoroso, afetivo e/ou sexual com o outro – ou um convite/imposição para fechar o relacionamento.

No primeiro encontro coletivo, ao abordar sobre os entraves de se viver a não monogamia, uma das participantes relatou, comicamente, que, por vezes, ao se deparar com demandas complexas na relação com o outro, rapidamente recorre ao “bora fechar?”, só que com outro sentido. Aqui, a participante não se referia ao uso da expressão no sentido do flerte, mas sim na intenção de fechar o relacionamento que estava aberto, com *status* indefinido ou mesmo declaradamente não monogâmico, gerando ambiguidade e ambivalências no uso do “bora fechar?”.

Paradoxalmente, as participantes apontaram vivências monogâmicas nas quais, também diante de percalços, busca restituir o bem-estar no relacionamento, ou até mesmo perdurar o relacionamento, “abrindo pra salvar”, ou seja, abrindo mão da cláusula de exclusividade afetiva e/ou sexual do contrato monogâmico de se relacionar sexualmente somente com sua parceira ou parceiro, em um movimento também tematizado por Regina Lins (2013), reverberando na flexibilização dos acordos da relação.

Dessa maneira, deparamo-nos com relações não monogâmicas disfarçadas de monogamia e vice-versa, o que era nomeado, como colocado pelas participantes da nossa pesquisa, de “casal diferente” nos tempos antigos: pessoas que viviam a não monogamia de forma não politizada e, não raro, não muito além de uma forma intuitiva de tentativa e erro.

Nesse ínterim, foram compartilhados relatos de familiares, no geral de mães e tias, que não eram vistas como “mulheres para casar”, por se ser relacionarem afetiva/amorosa/sexual

de forma não exclusiva; ou de mulheres que aceitavam relações extraconjugais por não quererem ou não gostarem de sexo, mas, em ambos os casos, mesmo com esses escapes às supostas normas monogâmicas, não se nomeavam não monogâmicas.

Nas entrevistas, Amélia, Clarice e Maria destacam as influências familiares nas suas construções enquanto mulheres não monogâmicas. Amélia traz um relato um tanto fora do comum, contando sobre sua criação em um “lar não monogâmico”, que reverberou na naturalização de seus afetos não monogâmicos, percebidos e cultivados ao longo do seu desenvolvimento; Já Clarice e Maria colocam a traição como atravessador direto de suas relações familiares: enquanto a primeira conta que naturalizou a traição por muito tempo até se entender como não monogâmica, a segunda coloca a traição como privilégio masculino no seu seio familiar. Nesse viés, Lagam relata: “E aí quando eu fui falar para a minha família que eu era uma não monogâmica foi uma questão assim, porque... meu irmão até tirou onda, ele falou ‘Ah não, não tenho cabeça para isso, prefiro trair’” (Lagam).

Com tais relatos, podemos observar as múltiplas dinâmicas relacionais que, desde antes do atual *boom* de circulação e da politização da não monogamia, aconteciam nas entrelinhas da existência de mulheres que eram, em certa medida, julgadas socialmente, mas não deixavam de vivenciar sua sexualidade e desejos, inclusive diante da criação dos filhos. Por isso, a não monogamia acaba mexendo nos privilégios, e implica perda para homens héteros – como citado por Maria e Lagam – e ganho para mulheres, que tem o arco do trabalho reprodutivo, no âmbito da família e de manutenção da relação.

Por outro lado, a traição, como supracitado, é um escape à exclusividade sexual que permeia relações a dois há tempos. Diante disso, as participantes destacam a traição como balizadora na autodescoberta não monogâmica:

Então, quando eu fui me relacionar a primeira vez, que eu senti atração por uma outra pessoa, e a primeiro momento foi uma atração só física [...] eu tava me relacionando

com uma pessoa, olhei para ela e disse “puta que pariu, cara”, eu não consigo nem explicar o que eu senti na hora. E o meu impulso... o meu primeiro impulso foi “Tenho que fazer uma artimanha para trair”... Então, não existia a possibilidade de eu sentar com a pessoa que eu tô e dizer “Olha, estou sentindo isso, acabei de sentir isso por aquela pessoa”, não existia, né? E aí eu reproduzi o mesmo movimento em todas as minhas relações, até eu entender a minha não monogamia, que foi a traição. (Clarice).
[...] Tinha muito em mente seguir aquilo que, né, era estabelecido mais culturalmente, embora não me adequasse muito. Não que tipo, traísse e tal, mas não me visualizava percorrendo todo aquele caminhozinho de ficar, namorar, casar, ter filho e ser feliz pra sempre. Nunca acreditei nisso. (Lagam)

E eu nunca tive aquelas coisas que sempre falavam, ah, como se traição fosse algo muito ruim, como se fosse muito ruim ficar com outras pessoas. Eu não tinha muito isso, sabe? Eu não achava que o sentimento e o sexo, ou o beijo naquela época fosse algo assim, ah, tipo “Eu gosto daquela pessoa e ela beijou outra, isso é um problema pra mim?” Nunca foi. Então, eu fui, tipo... fui meio que crescendo nisso e não achando que era um problema. E, realmente, nunca foi um problema. (Amélia)

Todos os meus relacionamentos desde a minha adolescência sempre foram meio abertos, assim, porque eu nunca consegui gostar só de uma pessoa. Acaba que eu traia minhas primeiras namoradas, assim, e depois que eu fui aprendendo que isso não era muito legal, fui entendendo mais ou menos como é que funcionava estar com alguém, de uma forma que não fosse tão doloroso. Enfim, aí eu me deparei com a não monogamia, pela internet mesmo, na pandemia, durante a pandemia, e me fascinei, e aí tô nisso até hoje. (Luce)

Ainda nessa linha, as participantes apontam reflexões críticas acerca do tema, em especial no que se refere a estrutura familiar que, como propõe Amélia, apesar de aceitar, em certa medida, a traição e até o relacionamento aberto – desde que haja uma pessoa central –, se

atualiza e se mantém como estrutura fundamental. Nesse sentido, Maria aponta a importância de se refletir acerca da não monogamia:

E começar a pensar que a gente não tem que aceitar, e que a gente pode ter uma relação de igual pra igual, e é em comum acordo, eu acho que é algo muito... muito bom da gente pensar. Eu acho que é algo muito possível. A gente não tem que se submeter a nenhum tipo de relação, na verdade, não só a traição, né? (Maria)

Com os relatos destacados, notamos que a traição se apresenta como um processo que permeia tanto a história familiar quanto pessoal das entrevistadas, sendo que, por mais que o ato de trair não seja consumado, as reflexões e tensionamentos em torno da traição são ferrenhas em problematizar como se construir, ou não, relações afetivas/amorosas/sexuais. Diante disso, Lola e Anacardi falam sobre os desafios de suas primeiras relações românticas, ressaltando a dificuldade em se enquadrar na lógica monogâmica e a angústia em não conseguir suprir as necessidades e anseios da outra pessoa *para sempre*. Anacardi destaca ainda que contornava a situação a partir de pequenas regras que deixavam a relação mais flexível:

Sabe aquelas pequenas regras quando você tá entendendo o mundo e aí em vez de abrir de uma vez você vai tipo criando pequenos acordos pra ver se a pessoa cede. Era mais ou menos isso que eu fazia, né? Então eu nunca tive um relacionamento 100% fechado, sempre tinha coisinhas assim que eu ia tentando burlar porque me angustiava muito aquilo tudo tão preso. [...] Sempre que eu tava em relacionamentos, eu me sentia muito angustiada. Porque eu sempre me sentia presa, me assustava muito essa ideia de tipo, pertencer a uma pessoa, a pessoa ser minha dona, ter que ser submissa e afins. E os exemplos que eu via da minha família, tipo, o jeito como as pessoas se tratavam, o jeito como, principalmente, as mulheres eram tratadas, já sempre me incomodou muito. E quando eu comecei a me relacionar, no geral, me incomodava muito o jeito que as pessoas me tratavam, principalmente, meninos, né? Como os caras me tratavam, isso me angustiava bastante. (Anacardi)

Então, frente aos entraves de se propor viver e/ou pensar a não monogamia, advindos de raízes coloniais que fazem do ato de trair – no sentido da lealdade e não da fidelidade – uma via possível de suprir desejos, e, por outro lado, o não caber na monogamia, as entrevistadas colocam os desafios de superar os atravessamentos como a traição, posse, ciúme e controle. Dentre esses desafios, nas falas de Lola, Clarice e Luce, o ciúme se sobressai – tanto partindo delas para terceiros quanto de suas parcerias românticas para com elas, por vez pelo próprio medo da solidão, como coloca Luce.

Nesse viés, Maria compartilha uma história pessoal e relata traições que já sofreu em relacionamentos românticos em que o companheiro apresentava um ciúme exacerbado, mas era ele quem a traía, o que a participante coloca como realidade comum em relacionamentos heteronormativos, bem como o jogo de conquista roteirizado que supostamente deve existir:

E eu vejo isso muito nas relações não monos, nas relações monogâmicas, quer dizer. Você tem que seguir o roteiro que é para você conseguir prender aquele cara. Para prender aquele cara, porque ali você vai conseguir ter alguma coisa se você fizer todo esse passo a passo. (Maria)

Partindo dos relatos das entrevistadas, observamos que a sexualidade e os afetos de parceiras e parceiros com terceiros são entraves nas dinâmicas relacionais, reverberando na tentativa de manejar os obstáculos e conflitos densos das relações pela via do controle dos afetos, e/ou não afetos, e dos contatos com outras pessoas, ou até consigo mesma, como coloca Lagam:

Com essa estrutura a nossa bagagemzinha é bem complicada, aí quando a gente vai vivendo a não monogamia, tudo começa a ficar extremamente sensível, e aí acabou que eu fiquei muito sensível na prática, eu fiquei muito sensível e aí eu falei “Não dá mais do que isso pra mim agora” mas eu sabia que eu ia trabalhar essas questões em mim, eu só não podia ficar prometendo tipo “Vamos fechar a relação enquanto eu trabalho

isso”, eu falei “Não, faça o que você quiser, com a sua individualidade, com seu corpo”, mas a partir daqui vai ser muito pra eu lidar...[...] porque isso é muita energia, sei que tem que ter disposição, tem que ter energia pra gastar em si principalmente, porque é muito comum a gente levar isso pro outro. Aí me retirei da relação, porque o que fazia sentido era interromper completamente o contato, porque eu tava muito abalada. (Lagam)

O que Lagam nos traz é a dificuldade em se manejar as demandas pessoais somadas às demandas de um relacionamento, especialmente em momentos de fragilidade e vulnerabilidade. Ao falar sobre os desafios, Lagam ainda acrescenta:

Aí tem muito esses desafios. E acontece muito de tipo, eu ter essas conversas com pessoas monogâmicas e elas já pensarem... é engraçado, que eles já antecipam várias situações catastróficas, falam assim “Eu não conseguiria ver a pessoa que eu fico se apaixonando por outra”, “Eu não conseguiria ver a pessoa que eu fico beijando outra na minha frente”. Aí tem que ser na frente? Não é nem pra ficar sabendo. Eu vou chegar na sua casa e falar “Bora ver se tu é não monogâmica mesmo” [ironia]. (Lagam)

Dessa maneira, observamos, por um lado, os percalços em se propor viver a não monogamia em momentos de fragilidade pessoal – como também discutido no subcapítulo anterior – e por outro o receio apresentado por pessoas monogâmicas em ver parceiras ou parceiros com terceiros, independentemente de demandas pessoais específicas.

De todo modo, o que parece ser buscado constantemente é uma suposta superação total da vulnerabilidade, provavelmente pela influência do neoliberalismo que dita o individualismo e a meritocracia como caminhos para a superação de todas as mazelas sociais e/ou pessoais. Todavia, Gil (2021) nos convida a pensar a vulnerabilidade como um elemento definidor da vida, que por mais que seja – e deva ser – superada no campo social/político, emerge como constituinte de sujeitas e deve ser repensada ao invés de – falsamente – aniquilada.

[...] Não é por amor, é por um sistema injusto de exploração do trabalho feminizado e as normas de gênero que o sustentam. Uma chave fundamental é não reduzir o questionamento sobre o "quem" da vulnerabilidade a uma predisposição ética-individual e recuperar o "quem" da vulnerabilidade como um assunto político-coletivo. Isso significa que a força transformadora da vulnerabilidade está estreitamente relacionada à capacidade de repensar, em um sentido profundo, o que significa viver, entendendo “viver” não como a soma de vontades individuais, mas como o emaranhado comum que antecede e constitui cada vida. (Gil, 2021)

As experiências compartilhadas pelas participantes demonstram como a não-monogamia se constitui como uma prática situada, relacional e continuamente negociada de experimentação ética, política e afetiva.

Com isso, observamos uma tendência a tomar as vulnerabilidades não como fragilidade individual, mas como uma experiência mais coletiva [quicá solidária] que requer responsabilidade mútua, à escuta e ao cuidado.

Amélia, por exemplo, compartilha como acolhe os pedidos do parceiro em momentos delicados de fragilização ou sofrimento psíquico, suspendendo temporariamente o envolvimento sexual com outras pessoas para acompanhá-lo mais de perto. E ressalta que isso não compromete seus princípios não monogâmicos. Em sua fala, o sexo aparece como apenas um dos elementos — e não o mais central — dessa construção relacional: "continua tudo isso, tirando só a parte do sexo, que pra mim não é a mais importante dentro da ideia da não monogamia, da ideia da construção não monogâmica".

Já Luce destaca que os acordos relacionais deveriam ser compreendidos dentro de uma lógica de reciprocidade e transformação. Ela aceita certos limites, mas apenas na medida em que suas/seus parceiras/os estejam comprometidas em trabalhar eles: "eu vou abrir mão disso, mas você vai trabalhar pra que eu não tenha mais que abrir mão disso". Seu relato reafirma que

o cuidado com o outro não pode ocorrer à custa de si e traz um cuidado com o próprio desejo e bem-estar dentro das negociações e diferentes momentos das relações não monogâmicas.

Clarice, por sua vez, salienta o valor dos pequenos acordos e da comunicação afetiva, reconhecendo que a negociação constante é um pilar fundamental para que a não-monogamia não reproduza dinâmicas abusivas: "num mundo ideal eu comunico, sou ouvida, a pessoa se comunica, eu escuto e a gente vai dançando nestas regras". Sua ênfase na flexibilidade aponta para a importância de reconhecer os limites não como barreiras fixas, mas como pontos de atenção que podem ser revistos ao longo do tempo.

Anacardi traz ainda outro aspecto essencial ao refletir sobre como seu diagnóstico de autismo atravessa e ressignifica suas práticas relacionais. Ao relatar que hoje evita regras pré-definidas e prioriza o cuidado consigo e com a outra pessoa, ela nos convida a pensar a não-monogamia como uma ética situada, que respeita a singularidade de cada sujeito e de cada vínculo: "o jeito que eu vou dar os meus limites, o jeito que eu vou explicar a não monogamia, o jeito que eu entendo o mundo [...] isso atravessa muito a minha sexualidade, o meu gênero, a não monogamia".

Essas experiências se alinham ao que Núñez (2021) chama de *artesanía dos afetos*, um fazer que antecede e sustenta o saber. Em contraste com modos de se relacionar e viver que se amarram a formas previamente definidas de responder às questões que emergem das relações, as participantes demonstram que a prática da não-monogamia exige um constante "fazer para saber" — em que os sentidos se constroem a partir das relações, dos conflitos e das vulnerabilidades partilhadas. Essa perspectiva se distancia de uma visão individualizada da ética e se aproxima de um entendimento da vida como um emaranhado comum de interdependência, onde o cuidado e a escuta são centrais para a construção de vínculos que se furtem à lógica da posse e da hierarquia.

Assim, a não-monogamia vivida pelas participantes é menos um modelo a ser seguido e mais uma cartografia em processo, marcada pela invenção cotidiana coletiva e negociada de

regras, limites e afetos. Essa cartografia desafia tanto a monogamia normativa quanto as tentativas de normatização da própria não-monogamia, reafirmando seu caráter político e ético como forma de viver — e não apenas de se relacionar.

Contudo, também não é suficiente que se compreenda as estruturas monogâmicas para se desfazer delas (Fernandes & Ferreira, 2025), já que, como discutimos anteriormente, pessoas monogâmicas flertam com a não monogamia, mas não se dispõem ao fazer e viver relações e afetos não monogâmicos - para então saber - de suas dinâmicas afetivas. Logo, parece-nos que as pessoas se limitam a respostas simplistas para problemas complexos, acreditando fielmente que a reelaboração ou adequação contratual seria suficiente para a manutenção de relacionamentos afetivos/amorosos/sexuais que se encontram na berlinda, estagnados ou no tédio rotineiro.

Todavia, como propõem Fernandes e Ferreira (2025), viver uma relação não monogâmica, enquanto uma artesanaria, e não apenas como um contrato flexível, exige dedicação, diálogo, tempo e abertura para descobertas constantes dos envolvidos acerca de seus comportamentos que devem ou podem ser repensados e reorganizados. Assim, a artesanaria vai se fazendo assim como na tapeçaria, com seus crivos, marcas e planos, com os laços se reconfigurando a seu modo e, por vezes, a nomeação não só se torna um problema, mas inviabiliza e limita relações, trocas e dinâmicas afetivas.

Vasallo (2022) aborda essa problemática pela via da identidade e da sua importância para o sistema monogâmico, o que dialoga com a proposta de Swain (2001) acerca da nomeação e categorização, de dissidentes do eixo normativo, para que a norma siga sendo norma. Logo, há necessidade de nomear o que se tem ou é, enquanto vínculo afetivo para que se identifique e crie expectativas em cima do rótulo da relação.

A identidade responde às perguntas: “E nós? O que somos? Amantes, amigas ou outra coisa?”. Essas perguntas buscam esclarecer os compromissos implícitos no relacionamento que está sendo construído, mas ainda não recebeu uma narrativa, que

foi sendo construído com uma série de encontros consecutivos, sem um fio condutor.

Existe um fio condutor? (Vasallo, 2022. p. 190)

Partindo da compreensão que “não monogamia” é um termo polissêmico que engloba uma série formas de se relacionar (amor livre, relações abertas, poligamia e afins), a utilização desse termo abarca uma multiplicidade relacional que não se exime das problemáticas da vida comum, como marcadores sociais (Pilão, 2019), e da necessidade das sujeitas de nomear não só suas relações, mas, concomitantemente, si mesmos (Fernandes & Ferreira, 2025)

Comprendemos então que as pessoas buscam formas de nomear aquilo que sentem e vivem para que possam, sobretudo, ter uma compreensão acerca de si mesmas, visando a construção de identidades coletivas que ancorem seus desejos individuais e alinhem suas condutas. Assim, ambos os movimentos, “bora fechar?” ou “abrir para salvar”, ou outras vias – como o término – carregam uma série de regras, normas e limites sobre como se relacionar diante do que seria um relacionamento monogâmico/fechado/interditado - marcado pela exclusividade afetivo-sexual - e um relacionamento não monogâmico aberto - possibilitando, mas ao mesmo passo limitando, um contato afetivo/amoroso/sexual com terceiros.

Frente a esse impasse, Clarice e Lagam colocam o desejo como balizador ao pensarem suas vivências não monogâmicas:

O que que eu faço que me faz ser não monogâmica? Eu acho que eu sou fiel aos meus desejos. E eu não digo sexuais, assim. Também, não vou ser hipócrita. Mas eu sou fiel aos meus desejos, sabia? Às vezes eu tô conversando com a pessoa e eu acho ela muito interessante. E a pessoa já começa a me olhar de um jeito diferente e eu já vou achando ela muito interessante. E, poxa “Se eu tivesse solteira eu ficaria com aquela pessoa”, sabe? Porque o fato de eu estar em uma relação faz com que eu tenha que me privar de... E eu vou te dizer, não é nem eu ficar com a pessoa, mas eu acho que a possibilidade de eu não ficar é o que me incomoda, entendeu? Às vezes se eu tiver livre eu posso até

dizer assim “Não quero”. Mas aí vem uma pessoa que diz assim “Você não pode”. Aí eu fico... “Quem te disse?” (Clarice)

[...] é impossível tu controlar o desejo. E o pior é isso, sabe? Tu pode até falar, essa pessoa não vai ficar com outras. Mas ela pode olhar para outra pessoa e nem ela tem controle sobre isso. Então, assim, o controle sobre o desejo do outro a gente nunca vai ter. E a insegurança é sobre o desejo. No fundo é sobre o desejo. A consumação do desejo é outros quinhentos. Tá também aí no bolo? Tá no bolo. Mas o desejo por si só por outras pessoas já faz as pessoas se sentirem ameaçadas. (Lagam)

Mas, afinal, o que pode a não monogamia para além de dar identidade e possibilitar se envolver ou não, desejar ou não, mais de uma pessoa ao mesmo tempo? Há saídas ou propostas para se contornar os impasses monogâmicos e não monogâmicos que permeiam as relações? O que mais podemos além de arbitrar – abrindo ou fechando relações – nas nossas dinâmicas relacionais e no desejo do outro?

Capítulo 5 - A terceira via: que não monogamia é essa?

Amor só dura em liberdade
 O ciúme é só vaidade
 Sofro mas eu vou te libertar
 O que é que eu quero
 Se eu te privo do que eu mais venero
 Que é a beleza de deitar

Quando eu te escolhi
 Para morar junto de mim
 Eu quis ser tua alma
 Ter seu corpo, tudo enfim
 Mas compreendi
 Que além de dois, existem mais

(A Maçã - Canção de Raul Seixas · 1975)

5.1 - “O segundo armário”: não monogamia processual, política e ética

A subjetividade de pessoas LGBTQIAPN+ são constituídas em opacidade e trânsito constante, visto a necessidade de articulação entre público e privado que engendra suas (re)existências (Gonçalves, 2025). Nos encontros coletivos, mulheres LGBTQIAPN+, destacaram sentirem que estão saindo de um “segundo armário” ao se assumirem não monogâmicas, haja vista que, como discutido anteriormente, a não monogamia acaba sendo uma identidade, mas também uma marginalização.

Quer dizer que quem não vive do modo hegemônico precisa se “assumir” – para pessoas significativas ou mesmo para a comunidade – e sempre que “sair do armário” sofrerá as consequências de estar vivenciando algo que é diferente do “esperado” pela maioria. [...] Ao romper com a monogamia compulsória os poliamoristas desestabilizam a heterossexualidade compulsória e, em certa medida, afetam a cisnormatividade compulsória porque a tornam menos necessária em termos da sua função básica – explicitar a conformidade do gênero com o sexo biológico para que todo o sistema funcione adequadamente. (Silva, 2021, p. 93)

Alinhada com o que propõe Silva (2021), Zoé destaca sua experiência ao se assumir uma mulher monogâmica e lésbica e as inquietações que a atravessaram, em especial pela influência da igreja:

E aí eu comecei a namorar e aí eu lembro que as primeiras vezes que eu transei eu ficava me sentindo super culpada. E aí eu pedia perdão a Deus e aí era uma coisa e eu falei “Não vou fazer mais isso porque é errado”. Só que o desejo tava ali, né? E aí foi um tempo assim para eu conseguir transar tranquilamente, e é muito louco isso porque isso tá tão, tão, tão enraizado... e aí eu acho que se descobrir não monogâmico passa muito por essa questão também de se descobrir uma mulher lésbica ou se descobrir LGBT, passa muito por isso também porque é uma redescoberta, né? E aí a gente tem que se adequar a um mundo monogâmico, é como se a gente fosse heterossexual, num mundo

heterossexual e a gente descobre que a gente não é heterossexual. E aí a gente tá no mundo monogâmico, que diz ser monogâmico, né? E aí a gente vai e se descobre não monogâmico, e a gente tem que se adequar a esse mundo que diz que é monogâmico, por mais que a gente saiba no fundo que não. E aí foi uma loucura, assim, para eu me descobrir e aí foi uma outra loucura quando comecei a ter mais de uma relação porque mulher, olha... eu falo que eu só sou não monogâmico porque a outra opção é a monogamia, porque, cara... é muito difícil. (Zoé)

Zoé nos traz acerca da “adequação ao mundo monogâmico”, quase como uma busca por um ancoramento, o que dialoga com uma adequação ao modelo social normativo – a monogamia e a heterossexualidade, no caso – e é diretamente influenciado pelos ideais cristãos (Núñez, 2021). Partindo desse ancoramento na norma, mais especificamente no que se refere ao processo de “saída do armário não monogâmico”, o relacionamento aberto foi colocado pelas participantes dos grupos como porta de entrada para a não monogamia, por vir recheado de acordos e normas, emulando o contrato monogâmico (Lins, 2013), limitando as condutas das pessoas que estão vivendo a relação ao mesmo passo em que permite exercer uma política afetiva diferente, como propõe Clarice:

Hoje eu me relaciono muito com o contrato, é muito doido. Eu me junto contigo, quais são as tuas limitações? Às vezes você é uma pessoa que não pode gostar de homem de fato, sabe? Lésbica mesmo que não gosta de homem. Se te incomoda eu ficar com homens, por que que eu vou fazer algo que te incomode? Se é algo que eu posso abrir mão, entendeu? Então fazer esse tipo de contrato é uma coisa que eu prezo muito, e é uma coisa que a não monogamia me permite. A monogamia não, ela já tem um contrato que o que eu posso fazer é mudar umas pequenas cláusulas ali, mas sem mudar demais, porque tem que ter uma estrutura rígida e arcaica *versus* a não monogamia que me permite mudar cláusula, criar cláusula e fazer cláusula, e não sei o que...

De todo modo, para além das questões contratuais, de forma análoga e semelhante ao armário vivenciado pela população LGBTQIAPN+ ao publicizarem sua identidade de gênero, as pessoas não monogâmicas, ao vivenciarem relações abertas e/ou outras, se defrontam com uma nova identidade que, por vezes, será assumida socialmente. Mas afinal, o que vem a ser a identidade não monogâmica?

Até aqui discutimos acerca dos impasses da monogamia que atravessam vivências não monogâmicas e também sobre os reflexos dos posicionamentos não monogâmicos em relações e pessoas monogâmicas. Todavia, ao olharmos para a não monogamia não como oposição absoluta à monogamia, mas como uma outra via para se pensar e viver políticas afetivas, chegamos à processualidade das vivências não monogâmicas, afinal

A monogamia não se desarticula transando mais nem se apaixonando simultaneamente por mais pessoas, mas construindo relacionamentos de uma maneira diferente, que nos permita transar mais e nos apaixonar por mais pessoas simultaneamente sem que ninguém se quebre pelo caminho. Se não prestamos atenção à estrutura, não só estamos reproduzindo o mesmo sistema com um nome diferente, como adicionando violências e dores aos já implícitos naquele sistema. O pior de tudo, porém, é não estar servindo para nada mais do que criar casinhos divertidos com um ar *cool*, que durarão apenas alguns anos ou alguns meses, até que não nos sobrem mais entranhas para dilacerar ou até que encontremos a outra metade da laranja com a qual, então, queiramos nos comprometer e deixemos para trás definitivamente nossos experimentos poliamorosos juvenis, mesmo que isso envolva deixar alguns cadáveres emocionais pelo caminho. Afinal, o que é um cadáver a mais, um cadáver a menos, diante da possibilidade de ter um amor-de-verdade! (Vasallo, 2022, p. 37).

Diante da compreensão da não monogamia como processual, as participantes que foram movidas pela curiosidade, se surpreenderam ao se depararem com as demais participantes, não

monogâmicas, discutindo sobre padrões de comportamento, formas de cultivar afetos, implicações, condutas e reverberações em suas relações românticas. Inclusive, as participantes monogâmicas presentes compartilharam seus achismos de que a não monogamia seria ficar com várias pessoas, enquanto mulheres não monogâmicas, na verdade, estavam se propondo a debater questões pessoais e seus desdobramentos, como diz Zoé nas entrevistas:

Mas o que eu percebo, assim, da não monogamia é que as pessoas tão tentando, sabe?

Eu dou muito valor a essa tentativa, mas eu também me questiono muito sobre até que ponto essa tentativa não tá acabando com a gente, sabe? (Zoé)

Nesse recorte aparece um posicionamento contrário à busca pela gestão do outro, evidenciado como algo frequente na monogamia por Núñez (2023), o que abre espaço para o reconhecimento e respeito pelas próprias limitações, inclusive dos limites das próprias tentativas – de múltiplas políticas afetivas – que acontecem na não monogamia e não devem ser somente romantizadas.

Gonçalves (2025, p. 47) propõe que as demandas emocionais, inerentes às tentativas destacadas pela participante, devem ser de responsabilidade comum, logo, a não monogamia deve tomar as inseguranças, os traumas e os sofrimentos emocionais como uma questão coletiva, horizontalizando responsabilidades afetivas, o que surgiu nos grupos como necessidade de “socializar o problema da não monogamia”.

Em contrapartida, uma das participantes levantou a problemática do suposto *voucher* da não monogamia, que autorizaria agir de maneira irresponsável com outras pessoas, como se a processualidade, maleabilidade e reconhecimento dos desejos fossem utilizados como justificativa para condutas que ferem terceiros emocionalmente. Mas quais os termos dessa irresponsabilidade? A quebra de acordos e contratos? A quebra de expectativas quando não houve tempo para acordos?

No debate acerca dos limites nas relações foi remontada a ideia contratual de acordos, a partir do diálogo, na intenção de responsabilizar sujeitas, junto ao “poder de veto”, que seria uma autoridade concedida às parceiras e parceiros que estejam em um grau mais elevado na hierarquia dos afetos (Vasallo, 2022).

Aqui temos dois pontos que se sobressaem nas entrevistas: os limites e acordos nas relações não monogâmicas, discutidos anteriormente, e a hierarquização dos afetos, levando-nos novamente à emulação do contrato monogâmico e, concomitantemente, aos atravessamentos coloniais nas subjetividades que se contrapõem ao modelo hegemônico – monogâmico, heteronormativo, binário e afins.

A respeito da hierarquização de afetos, Olívia, Luce e Anacardi destacam os entraves de se propor a viver relações não hierarquizadas. Por um lado, Olívia diz que gostaria de “ter um relacionamento afetivo sexual com outra pessoa tão significativo, permanente, duradouro como o que eu tenho com a minha namorada.”, mas que as próprias pessoas que se relacionam com ela não se sentem confortáveis para aprofundar o vínculo por ela ter um relacionamento de longa data. Por outro lado, Anacardi também traz o impacto da visão de outras pessoas sobre suas relações e conta que terceiros julgam um de seus relacionamentos atuais como mais hierarquizado, apesar disso não condizer com a realidade, visto que ela mora e estuda com seu companheiro. Já Luce traz uma perspectiva mais pessoal acerca de uma maior valorização de relações românticas, de forma quase que automática: “não é como se eu fosse não monogâmica perfeita, né, ninguém é, é aquele negócio, pra mim não é como se eu tivesse todos esses ideais quebrados dentro de mim. Então isso também é um desafio.”.

E, para além do que compete a terceiros que não se achegam em relacionamentos já estabelecidos, sobreposição de relacionamentos românticos e julgamentos externos, Zoé destaca sua própria dificuldade quando é ela que chega em uma relação já estabelecida e supostamente elevada hierarquicamente:

E pra mim, entre a pessoa com ela se relacionava e mim, existia uma distância muito grande. Principalmente pelo o que ela poderia proporcionar pra ela. E que tipo assim, não era uma coisa que eu tava a fim de entrar numa competição. Tipo assim, eu não vou proporcionar as mesmas coisas que a fulana proporciona pra ela, porque eu não tava no mundo pra isso. E eu falei, por mais que você não hierarquize os seus afetos, pra mim existe uma hierarquia. Porque se eu olho pra uma pessoa que você tá trocentos anos e olha pra mim que cheguei agora, pra mim essa pessoa vai ter muito... até pelo que vocês já viveram sabe. Eu acho que é meio hipócrita você falar que não existe essa hierarquia, porque se eu te chamar pra sair, fulano te chamar pra sair no mesmo dia. A não ser que você esteja extremamente apaixonada por mim e louca, sabe?

Por um outro lado, Amélia e Kassandra trazem relatos de uma outra perspectiva de hierarquização: quando seus parceiras ou parceiros começam um relacionamento que é rotulado como superior e prioritário:

Só que eu acho engraçado que as pessoas, mesmo as pessoas que falam que são monogâmicas, né? E que realmente aparentam ser monogâmicas. Quando elas se relacionam comigo, tá tudo bem pra elas, porque a gente não namora. Porque não é uma coisa, não é um compromisso, sabe? Então a gente só tá ficando, tipo na cabeça dele, eles estão falando comigo, e ela tem outro tratamento. Eles veem isso. Eu fico com ela e ela tem um tratamento. E pra eles, tá tudo bem. As pessoas que eu conheço que têm isso, pra eles ou elas, enfim. Tá tudo bem nesse sentido, porque eles me veem como uma ficante, uma ficante que tem namorado. Agora, quando... E aí o que acontece, né? Que já aconteceu algumas vezes, que é uma coisa chata, é que, dependendo de como são essas pessoas, se elas não tiverem maduras suficientes pra isso, quando elas... tipo, tão ficando comigo, e elas começam a ficar com outras pessoas, e aí elas começam a “não, essa pessoa vai subir, sabe? Então, tipo, a [Amélia] sendo minha ficante e essa

“pessoa vai virar minha namorada, ela vai subir de nível”. E aí eu vou ser rebaixada. Entendeu? Então as pessoas fazem isso, porque é aquela coisa da monogamia.”
(Amélia)

[...] às vezes tem gente que realmente faz falta, tem gente que já tem esse padrão, de vai, volta, vai, começa, namora, aí se afasta e volta, aí às vezes não dá certo, aí volta, já tem esse padrão, tem outros que não, que tranquilo, que por mim pode arrumar 5, 10, 15, 20 namoradas que não vou sentir nada, é muito individual. (Kassandra)

A partir dos relatos acima, notamos que a hierarquia de afetos permeia as sujeitas em diferentes esferas: desde a vida pessoal, com questionamentos pessoais em busca com uma desconstrução própria, até o âmbito relacional, de fato, levando-as a lidar com escolhas de terceiros que ultrapassam os desejos individuais. Logo, a hierarquização está em uma ordem maior, permeando as experiências, por vez, passivamente: mesmo que você não hierarquize seus afetos, está sujeita a ser hierarquizada nos afetos alheios.

Mas, o que faz da hierarquização uma política tão presente nas relações afetivas/amorosas/sexuais mesmo em tempos onde o controle da legitimidade de filhos e a passagem de bens (Engels, 2019) podem ser garantidas por outros meios?

Por um lado, temos a racionalidade, a linguagem, a consensualidade e os acordos como tentativa de dar contorno à identidade da relação (Pilão, 2021), por outro, no campo emocional, nos esbarramos com limitações individuais que reverberam na tentativa de gestão do outro, sob influência de processos de subjetivação calcados na colonialidade, no controle e poder sobre o desejo do outro (Núñez, 2023), como discutimos anteriormente.

Produto desse movimento hierárquico em prol de identidade e – falso – controle, temos a romantização das relações românticas e a suposta garantia de eternidade. Nos grupos, as participantes apontam que na monogamia há uma ilusória garantia de futuro juntos, então, se

sacrifica, de maneira romantizada, o presente pelo futuro, visto que o contrato monogâmico traz consigo o caminho a ser trilhado: casamento, filhos, criação dos filhos... e, ao final, a continuação da relação em nome de um passado que, muitas vezes, se quer foi escolhido de fato.

Em contrapartida, ainda no debate com as participantes, levantou-se que a não monogamia também aparece como uma esperança de um *para sempre*, visto que se propõe a fazer algo com a dinâmica do tempo e dos afetos, para além do rompimento absoluto frente ao término da relação romântica.

Nesse viés, Lagam compartilha sua experiência com uma ex-companheira ao perceber que o vínculo já não fazia mais sentido “e que talvez tentar forçar o para sempre de momentos que a gente teve que foram muito bons mais desgastaria a gente, porque até os momentos que a gente experiencia são únicos.”, fazendo com que houvesse uma reelaboração, processual, do vínculo. Ou seja, o final do relacionamento romântico não desembocou no rompimento absoluto entre as partes, mas em uma ressignificação e continuidade da vinculação.

Mas afinal, até que ponto o *para sempre* é, ou precisa ser, sustentável? Quais os desafios em lidar com a finitude inerente a existência humana? Kassandra coloca seu ponto de vista:

[...] eu sofreria muito se acabasse, mas eu também sei que vai acabar, que pode acabar um dia, que eu não vou viver minha vida inteira, uma hora eu vou morrer, ou ele vai morrer, alguma coisa assim, mas eu me preparo pra essas possibilidades. [...] Aí eu tenho que encarar, tenho que pegar todo o meu exercício e vamo lá colocar em dias. [...] eu sei que, como eu te falei, se uma hora acabar, uma hora finalizar qualquer desses meus relacionamentos, então acabou a minha vez, entendeu? Eu treino muito o meu pensamento pra ser assim, não ainda... vivi, na verdade vivi com uma das meninas, eu vivi dessa forma, eu realmente fiquei triste por uma semana mais ou menos, mas fiquei triste, mas depois eu falei assim “A escolha dela, passou a minha vez, tranquilo”. Também teve um outro que também, quando eu vi que tava namorando, que finalizou

tudo, senti realmente aquela dor ali, mas também, se tá feliz, pois então eu tô feliz também. Mas foi muita terapia pra chegar nisso aí. (Kassandra)

Entre os desafios em encarar finais, Zoé e Maria relatam o desgaste e o sofrimento em vivenciar o luto pelo fim de uma relação que foi, em certo momento, idealizada para durar a vida inteira: “eu até brinco com a minha amiga e eu falo assim ‘Casar é muito bom, ruim é separar’. Porque, de fato, o ruim é quando a gente separa” (Zoé).

Já Amélia e Lagam destacam suas formas de lidar com a processos de finalizações, ou ressignificações, que atravessam suas relações: por um lado Amélia diz que não pensa em término, mas sim em afastamento, e que, em certa medida, há uma esperança de que essas pessoas que se afastaram possam se reaproximar, pelo que foi bom; por outro lado, Lagam diz que compreende que por vez os afetos e amores permanecem, porém as pessoas não, o que é difícil no início mas se faz melhor do que insistir em uma relação que pode acarretar adoecimento, o que corrobora com a seguinte fala de Lola: “Assim, eu fui entendendo também que o tempo é o rei, né. Tem coisa que... tem relações que ela só se afasta porque o tempo é isso. Se deu” (Lola).

Nesse eixo, Anacardi traz um apontamento acerca das especificidades de se contornar finais especialmente em relacionamentos não monogâmicos:

Olha, tem vezes que as coisas não dão certo mesmo dentro da não monogamia, é sempre doloroso, terminos são sempre difíceis, e eu acho que não tem muito o que fazer, a gente tem que acolher os desconfortos, acolher as mágoas e tudo mais. E eu tento lidar na maioria das vezes com a minha rede de apoio e com a minha psicóloga, né, entendendo as coisas. Porque... falando de relacionamentos não monogâmicos românticos, né, eu acho que é muito difícil quando a gente tá em um relacionamento monogâmico e a pessoa termina com você pra ficar com outra pessoa, por exemplo, que você fica naquele sentimento de “Eu fui trocada”, e não sei o que, já na não

monogamia a pessoa não tá terminando com você por ninguém, porque ela tem a opção de conhecer outras pessoas. Então ela tá terminando com você por você, por sua causa ou por causa de alguma coisa dela. Então tem a ver mais com aquelas duas pessoas, e encarar isso às vezes é muito doloroso, tipo, perceber que a relação não deu certo por si só, não tem quem culpar, não tem outras pessoas pra “Ah, não deu certo porque fulano apareceu, porque alguma coisa passou pelo meio”. Não, só não deu certo. E é bem difícil, bem doloroso, mas eu acho que... eu tento ter uma certa ética que eu acredito até em momentos assim, porque às vezes a gente para de gostar das pessoas, seja em qualquer tipo de relação, seja amizade, seja romance, seja familiar, às vezes a gente não tem afinidade, e isso não precisa ser necessariamente porque “Ah, é monogâmico, é não monogâmico, é porque aconteceu alguma coisa”, simplesmente às vezes não tá mais funcionando, a gente muda, as pessoas mudam, e eu acho que a gente tem que respeitar, né. Não deixa de ser dolorido, né? A gente precisa de muito acolhimento, mas... Fazer o quê? (Anacardi)

Percebemos então diferentes pontos de vistas acerca da finitude, desde um conformismo inconformado, que luta pela ressignificação – “treinando o pensamento”, como coloca Cassandra, ou confiando ao acaso o fim do fim, como coloca Amélia – até um ancoramento ético frente aos rompimentos, como propõe Anacardi. Notamos ainda os discursos mais inclinados para relações românticas. De todo modo, a dor pelo fim, afastamento ou rompimento, é evidenciado em todos os discursos destacados, levando-nos a tensionar qual seria então a ética frente ao fim doloroso que chega rompendo a fantasia de eternidade e lançando luz sobre o presente? O que fazer no aqui e agora? Afinal, qual seria a ética não monogâmica do adeus – ou, pelo menos, do até logo?

Para Sawaia (2003), a ética é entendida como o que direciona sujeitas à felicidade e ao aprendizado contínuo, ultrapassando as condições de existência e potencializando a construção

de valores éticos no que tange sentimentos, desejos e necessidades (Feitosa et al., 2018). Assim, a ética se constitui no cotidiano e nos detalhes do dia a dia (Núñez, 2023).

Comprendemos então que a ética relacional da não monogamia está calcada no investimento emocional e reflexivo, tanto individual quanto coletivo, a fim de compreender comportamentos e rever condutas, a partir do tempo e maturação para o alcance de uma liberdade que seja democrática, coletiva e equânime nas relações afetivas, amorosas e/ou sexuais.

Logo, seja se tratando de términos, (re)começos ou qualquer outra esfera relacional, a ética na não monogamia nos convida a refletir acerca dos nossos desejos e necessidades, para além do bel-prazer de colecionar afetos e pessoas, em uma lógica acumulativa de capital. Se o *para sempre* é parte do pacote romântico da monogamia, o que nos levaria a sustentá-lo em vivências não monogâmicas que entendem as relações como processuais? Quantos processos sem fim somos capazes de sustentar e, sobretudo, para quê?

Ao pensar a não monogamia ancorada ao processual, em sua dimensão inalienavelmente ética e política, há um imaginário do que seria a performatividade ideal de uma pessoa não monogâmica, que esbarra em subjetividades produzidas em um meio capitalista e monocultural, remontando à distância entre teoria e prática, discutida anteriormente e elucidada por Butler (2003):

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (Butler, 2003, p. 194).

Então, imagina-se que se você é não monogâmica você deve *aceitar tudo, ficar com muitas pessoas, não sentir ciúmes e estar aberta a todas as possibilidades e oportunidades.*

Nesse sentido, Zoé e Amélia compartilham relatos semelhantes em relação ao ideal de que mulheres não monogâmicas seriam vistas como ameaças para relacionamentos monogâmicos:

quando as pessoas percebem que você é uma pessoa que se relaciona mais abertamente, mais livremente, parece que tu vira uma ameaça pros outros. [...] eu não gosto desse lugar de mulher fatal, que vai destruir um casamento, que vai destruir uma família, que vai destruir um relacionamento, porque não é por aí, muito pelo contrário, sabe? (Zoé) [...] mas que já aconteceu com pessoas que não eram tão próximas a mim, é mulheres me verem como ameaça, mulheres que têm relacionamentos fechados e me verem como ameaça. Tipo, só porque eu sou não monogâmica que eu vou querer roubar o namorado delas, óbvio, quem não quer? [ironia] Então, aí eu acho que isso foi parte mais chata, que eu senti realmente um certo preconceito, assim, por mim, tipo “Ela é não monogâmica, ela vai querer pegar o meu marido” (Amélia)

A partir desses trechos remontamos o debate acerca da promiscuidade atrelada às pessoas não monogâmicas pelo senso comum (Hardy & Easton, 2020) e seus reflexos no cotidiano, além da rivalidade feminina evidenciada nos relatos das participantes, e também a falsa ideia de que pessoas não monogâmicas *devem aproveitar todas as oportunidades o tempo todo*, já discutido anteriormente.

Já em um viés mais pessoal, no que se refere às reais condutas de pessoas não monogâmicas, nos encontros coletivos, as participantes falaram sobre como, por vez, seus comportamentos não condiziam com a bandeira que levantavam, levando-as a se questionarem como estavam *surtando* diante de determinados entraves relacionais se são não monogâmicas.

Aqui observamos um distanciamento entre o que se é, a identidade, o que se quer ser, ou performar, e o que se consegue ser, no campo das experiências: uma tríade amparada na

performatividade não monogâmica, que exemplificamos retomando um trecho da entrevista de Maria: “É porque é muito cheio de paradoxos, mais ou menos isso. Porque tem o que eu quero, o que eu acho certo, e o que até onde eu ainda consigo ir.”

Há um certo ideal de que pessoas não monogâmicas devem vivenciar seus afetos se envolvendo com várias pessoas, não sentindo ciúmes, posse e afins, reverberando em uma performatividade não monogâmica que busca responder a esse lugar, fazendo-se insustentável.

Nesse sentido, Zoé coloca:

[...] a gente lamenta quando um relacionamento dá errado, entre aspas dá errado, mas que a regra, na realidade, é dar errado. Porque, sabe, são tantas questões que a regra na real é dar errado. A gente tem que se espantar é quando dá certo. Quando as pessoas conseguem se conectar e ir se ajustando e tal. Porque, de fato, sabe, é muito, dá muito trabalho. (Zoé)

A partir desse relato, compreendemos que, apesar da performatividade esperada de pessoas não monogâmicas, e por vez, até almejada, há um árduo trabalho em se propor a construir vínculos e afetos levando em conta o que se é, de fato, e todos os atravessamentos inerentes ao ser e discutidos até aqui: ciúmes, posse, controle, acordos, limites, contratos, hierarquizações de afetos e performatividade utópica.

Olívia e Zoé trazem sobre os desafios de contornar as demandas que emergem em uma relação frente aos atravessamentos das vivências de cada sujeita, que são inerentes tanto às relações monogâmicas quanto não monogâmicas – as singularidades de cada relação e a necessidade que, por acasos da vida, algumas pessoas tem e assim demandam mais cuidado, atenção e até exclusividade. O que muda é o que fazemos com esses entraves dentro da não monogamia pela via de uma política afetiva ética e processual.

[...] não monogamia é muita comunicação e vulnerabilidade. Vulnerabilidade não pra você chegar pro outro derramando suas demandas e falando... e querendo ele fazer

você se sentir culpado pela forma que você se sente. Não, é trazendo pra si mas deixando o outro ciente do processo que você tá vivendo também. Porque não dá pra eu viver só, as relações são coletivas, a gente vai tá ali e ser atravessado pelo outro na forma, em jeitos, em espaços, então é muito válido a gente levar em consideração, a gente validar isso, a gente comunicar isso, e falar “Vamos ver a melhor forma que a gente vai fazer”. [...] Então, assim, é se colocar num lugar de vulnerabilidade muito grande, que torna as relações muito mais íntimas do que eu falar pra ela “Pega a minha senha”. Isso aqui não é intimidade. A senha do meu celular, as mensagens que eu leio. Isso é invasão de privacidade pra mim. Pra mim, intimidade é você se permitir ser visto na sua totalidade. E quando eu falo totalidade, é até as coisinhas ruins. As questões não resolvidas, as questões ainda para resolver, das suas faltas, do seu contexto familiar. (Lagam)

A intimidade, colocada por Lagam como “se permitir ser visto em totalidade”, é uma das belezas de se propor a uma não monogamia processual, apresentando-se ao outro em completude, na medida do possível, sem a intenção de controlar o que virá, compreendendo a intimidade para além do individual, ou do casal, mas intrinsecamente ligada à comunidade geral (Sobonfu Somé, 2022).

Logo, a não monogamia nos permite a (in)segurança inerente a ser quem se é, mesmo diante das fragilidades e vulnerabilidades pessoais, dentro da coletividade das relações, o que Maria destaca a partir de uma experiência pessoal de uma primeira relação próxima à não monogamia, que a fez perceber que essa nova dinâmica não lhe causava inseguranças e ansiedades frente às possíveis condutas de seu parceiro: “E com ele eu não tinha isso, sabe? Realmente não tinha. E era algo que até tinha dia que eu ficava ‘Rapaz, tá certo isso?’”. A entrevistada coloca também a não submissão e as desobrigações nas relações não monogâmicas

como os pontos que mais lhe fazem convergir com a não monogamia, permitindo a ela ser quem é.

Outras participantes trazem contribuições para a construção do que seria a não monogamia processual, ética e política:

[...] sair sozinha, sem ser necessariamente com a mulher, e dar também essa liberdade pra ela. Sair, fazer, enfim, se naquele momento eu não sou a pessoa que é, que é... Que vai preencher naquele momento, “Ah, vamo para o parque”. Se a minha companheira não gosta de ir para o parque, eu quero ir para o parque. E eu quero que seja entendível com a gente que eu posso ir pro parque sem ela e que ela também pode... e vice e versa. Mais ou menos isso. Isso é uma das questões, sair à noite, barzinho, viajar, passeio. Essas liberdades, essas pequenas e grandes liberdades. [...] E que na verdade eu acredito que é sim, que é muito possível. Mas dentro desses desafios eu acho que... Que a gente vai... Que eu tenho tentado assim. Tudo que eu entendi sobre não monogamia até hoje... Não me arre... assim, nada... Nada... É daqui pra frente. Não tem volta, assim, sabe? Não me vejo tendo uma relação monogâmica. Eu não me vejo tendo uma relação monogâmica. (Lola)

[...] é meio que espalhar palavra. Tipo, tentar mostrar as falhas da monogamia, e não com aquele discurso chato de “Ah, meu Deus, a monogamia é extremamente opressora e tal”, que eu concordo plenamente, mas que você acabe o que a gente acaba ficando preso nisso. Eu acho mais com exemplo, as coisas mais práticas com as coisas da vida que a gente vê, sabe? Por exemplo, se culpar menos pelas coisas, se permitir mais, não achar que você tem que dar as coisas e que você não precisa tanto se envolver... por exemplo, você não tem que permitir aquela pessoa que você está se envolvendo, que te limite tanto, que isso não é normal, sabe? Que você não precisa viver por causa daquilo. (Amélia)

Outro detalhe muito importante que eu falo com uma amiga minha... são coisas muito simples, cabelo, ela diz “Ah, teu cabelo fica melhor grande”, eu digo “Mulher, o meu cabelo vai ficar do jeito que eu quiser, preto, branco, roxo, curto, louco, careca, mas ele é meu e dele eu faço o que quiser”, entendeu? Mas é... porque assim, é uma apropriação minha, do meu corpo pra mim, entendeu? Da minha liberdade. Agora eu quero ficar só e eu quero focar no meu trabalho, nos meus estudos e é isso. E quem... não é assim, não enfiar de goela abaixo a minha escolha pra outras pessoas, mas assim, quem realmente tem esse viés, quem tem esse olhar pra não monogamia vai entender, vai entender “Pô, ela tá precisando ficar só. Ela não vai me trair, ela não vai pra outra pessoa, não vai não sei o que”, entendeu? Eu vejo dessa forma. (Kassandra)

De maneira geral, nesses relatos, as participantes trazem apontamentos de uma ordem individual e ligada a relações singularizadas, especialmente arreigadas a instituição casal, bem como observamos ao longo deste subcapítulo: por mais que as pessoas estejam debatendo aspectos relacionais voltados para as coletividades – na tentativa de “socializar o problema” – as questões individuais ainda são o grande atravessador: o comportamento, os acordos nas relações hierarquizadas, a performatividade do que seria uma pessoa não monogâmica, além da vulnerabilidade individual e da fluidez dos relacionamentos.

Amélia relata que ao pensar na importância em se debater as questões coletivizadas e políticas que atravessam a não monogamia não se vê no lugar da militância, e por vez acha chata a não monogamia política e pessoas que levantam esse discurso, todavia, Amélia reconhece a importância da militância política da não monogamia para a conquista de direitos e o rompimento com o ideal de família patriarcal:

Porque hoje em dia, acho que a não monogamia é muito fantasiosa pra muita gente, sabe? Muita gente nem sabe que isso existe. Nem sabe que tem gente que quer isso. Não acha que é algo que “porra, as pessoas querem isso”, sabe? Tem muita gente que acha isso um absurdo. Então, eu acho que quando a gente, talvez, ter essas pessoas

fazendo barulho, ter essas pessoas falando. E aí, enquanto isso, tem gente vivendo isso, talvez, mais silenciosamente. É importante, eu acho, que os dois, sabe? Tanto as pessoas que vão vivendo isso, vão mudando aos poucos. Como as pessoas que fazem barulho, que talvez criam ódio de algumas pessoas. Mas pode criar uma revolução, pode criar mudança, pode criar essas coisas, sabe? (Amélia)

Vemos então que, por vez, o viés político e militante da não monogamia é tido como chato, cansativo e afins, especialmente visto de cima de privilégios sociais, mas ainda assim se faz crucial na luta por direitos e liberdade coletiva.

Podemos pensar essa problemática a partir do conceito foucaultiano de lutas transversais (Foucault, 1995), levando em conta as resistências políticas que se opõem às formas de dominação, exploração e submissão que atravessam as sujeitas. Logo, pensar a não monogamia enquanto movimento também político, democrático e não autoritário é nos posicionarmos e questionarmos o sistema socioeconômico e político que domina, explora e exaure subjetividades.

As lutas transversais perpassam e atravessam os termos de distintas sistemáticas, portanto “Toda mutação social implica ou espera, espera ou convoca, ainda que possa fazer ou não, uma subjetivação” (Deleuze, 2014, p. 165). Deleuze (2014, p. 171) conclui que Foucault, “ao descobrir a subjetivação, a descobre como fonte de pontos de resistência, como uma fonte de abertura das potencialidades de um campo social”

Tomando então as lutas transversais como crucial na busca por uma não monogamia divergente e alheia à norma monogâmica-colonial, pleiteamos um movimento que ultrapasse a liberdade individual e as demandas relacionais singularizadas, para assim militarmos por vivências equânimes e democráticas, de fato.

Compreendermos assim que a não monogamia e as relações afetivas/amorosas/sexuais não estão dadas de antemão, mas se fazem no caminho, e que essa não monogamia deve estar

arreigada ao viés processual – pois não está pronta, não é uma nova regra –, ético – atenta aos cuidados com as outras e outros, no plural – e político – imersa nas lutas sociais por direitos e equidade, como discutimos nesse subcapítulo. Ampliamos assim a perspectiva individual para a coletividade: até que ponto pensamos a não monogamia como coletividade, de fato? O que pode a não monogamia além de inflar a liberdade individual e engendrar relações românticas e sexuais?

5.2 - As Redes de (des)afetos?

Como discutido até aqui, o campo e as pessoas participantes interferem e compõem a construção do conhecimento, em especial ao abordarmos afetos, afinal, reiterando o que propõe Vasallo (2022), uma revolução que deixe de lado os afetos não será plena, o que também justifica nossa abordagem, metodologia e provocações cartográficas.

Produzir essa pesquisa coletivamente, a muitas mãos, com pessoas que, de alguma forma, esbarram no interesse e/ou na luta por uma dinâmica de afetos horizontalizada, plural e vibrante, permite que os afetos permeiem não só a pesquisa através do campo, mas também o campo através da pesquisa, haja vista que esta pesquisa emerge das vivências coletivas e reverbera nessa mesma realidade.

Sinal disso é que, dentre as participantes, um grupo de, aproximadamente, 7 mulheres justificavam sua presença pelo fortalecimento ao trabalho da pesquisadora, levando em conta vínculos e afetos pré-estabelecidos e que, inclusive, foram propulsores para que este estudo tomasse corpo e caminho. Assim, podemos compreender a pesquisa como parte da militância no campo e também como uma modalidade e reflexo de redes afetivas do território.

É no território que estão as condições de possibilidade de constituição, construção, emergência e manutenção das redes, a partir das inter-relações pessoas-ambientes, o que faz do território um campo vivo de intervenção, afinal:

O ambiente é um território emocional, ele viabiliza informações que definem a interação do sujeito com o lugar, nele os sujeitos podem satisfazer suas necessidades biológicas, simbólicas e emocionais, acessando-o cognitivamente e afetivamente (Feitosa et al., 2018. p. 197).

O território parnaibano, como destacado pelas participantes, é de uma cidade relativamente pequena, contando com 162.159 mil habitantes (IBGE, 2022), o que impacta diretamente nas dinâmicas das relações interpessoais e afetivo-sexuais.

Porque Parnaíba além de ser uma cidade muito pequena, onde todo mundo se conhece, é uma cidade extremamente conservadora. Então tu pega duas mulheres lésbicas, que estão casadas e que vão tentar viver uma outra forma de se relacionar que não seja monogâmica, dentro de uma cidade conservadora de 180 mil habitantes no interior do Nordeste é muito complicado, sabe? E aí eu acho que tem determinadas coisas que a gente também precisa de um pouco de senso de autopreservação. Porque tentar viver a não monogamia aqui em Parnaíba já custou muito a nossa saúde mental, sabe? E aí eu fico pensando até que ponto eu consigo abrir mão da minha saúde mental pra tá vivendo isso em Parnaíba. E aí surgem os planos de ir embora e tal. E aí eu acho que é isso. Eu acho que tem determinadas coisas que a gente não consegue viver no tempo e no espaço que a gente tá. (Zoé)

No segundo encontro, Parnaíba foi colocada, por uma das participantes, como uma cidade “provinciana e conservadora”, uma “fazendinha asfaltada”, destacando que o segredo para viver seus afetos livremente era viajar para outros lugares. Nas entrevistas, Clarice aponta:

[...] Eu te digo porque eu conheço pessoas mais novas que são de Parnaíba, nascida e criada, e que tem esse olhar de posse ainda, porque é uma coisa que é, infelizmente, enraizada. A gente tá no interior do Piauí e... o patriarcado ainda come solto, a gente tem nepotismo na política daqui. Você vai mexer em uma estrutura de casamento, assim, não dá, né? Agora, é possível. Só que você tem que tá muito disposto e você tem

que tá com alguém que também tá disposto, mas são as dificuldades, são as pessoas daqui e as nascidas e criadas aqui. Cara, tem gente que nunca botou o pé fora daqui, sabe? Então... eu tenho uma amiga que nunca andou de avião, entendeu? Como que tu vai explicar o tamanho do mundo pra essa pessoa que só sabe através do TikTok? Que não tem uma formação emocional mesmo para tratar “Olha, eu não sou tua, de fato”. Porque é isso, né? As relações patriarcais e tal, a mulher, ela é do homem. Ela veio da costela dele. Ela é dele e ele faz dela o que ele quiser. Isso é muito foda. (Clarice)

Todavia, nos grupos, outra participante apontou que, mesmo com a realidade de cidade pequena e tendo a família por perto, nunca se deparou com limitações nas vivências de seus afetos não monogâmicos. Já nas entrevistas, Cassandra coloca que consegue viver suas relações não monogâmicas em qualquer lugar que não seja Parnaíba, mas não pela cidade em si e sim pelos vínculos que cultivou nesse território ao longo de sua vida nesse território e que não compreendem suas vivências não monogâmicas: “Aí, algumas amizades, elas simplesmente não entendem, acham que eu sou uma, como é que fala, meu Deus? Corna gourmet.”

Na mesma linha, Lola e Anacardi apontam as dificuldades de cultivar afetos não monogâmicos em Parnaíba, em especial quando se é conhecida por muitas pessoas, como destaca Lola, ou quando a família da companheira ou companheiro reside na cidade, como comenta Anacardi.

Partindo dos relatos de Zoé, Clarice, Cassandra Lola e Anacardi, notamos que o território é um atravessador direto das políticas relacionais parnaibanas, haja vista, em especial, o pequeno porte da cidade e o conservadorismo que a compõe.

Mais especificamente no que se refere a comunidade, o grupo apontou que em Parnaíba a traição tem uma aceitabilidade maior do que as vivências não monogâmicas, o que é esperado, visto que a traição compõe, em certa medida, a monogamia. Ou seja, o viés conservador local garante o privilégio da promiscuidade masculina, discutido no início do trabalho. Além disso, as participantes destacam ainda que a polícia da monogamia existente no território – “para

penalizar, perseguir e desencorajar as sexualidades promíscuas” (Vasallo, 2022, p. 34) – impede a artesanaria de afetos, porque todo mundo se conhece de alguma forma.

[...] e aí gente falou “Como é que a gente vai viver isso em Parnaíba?”, porque todo mundo sabe da vida de todo mundo, e aí teve um momento que a gente tentou ficar com outras pessoas contando uma para outra, tipo “Ah, eu fiquei com o fulano”, porque o que a gente pensou foi que a gente queria saber uma pela outra, porque a gente não queria ser surpreendido por alguém, porque alguém chegar e falar “Ah, vi a [Zoé] aí beijando tal pessoa em tal lugar”, e aí a gente preferia que a gente contasse uma pra outra, pra poder, enfim, pra não ser surpreendida. Depois a gente começou a pensar que existe uma terceira pessoa que tem direito à privacidade ali também, e se a pessoa não quisesse que a [apelido da companheira] soubesse, ou que eu soubesse, como é que a gente vai fazer? Aí a gente falou “Não, então acho melhor não, gente não contar mais”, só que depois a gente, como é que a gente vai fazer isso em Parnaíba, porque Parnaíba é um cu, e aí todo mundo fala da vida de todo mundo, e aí parece que quando as pessoas percebem que têm algum desconforto em algum local, aquilo vira um *reality*, que é a sua vida tá exposta, assim, todo mundo comenta, e aí quase vai pros *trend topics* do *Twitter*, enfim, é muito complexo, sabe, porque parece que tudo tá muito exposto... (Zoé)

Outra participante, nos grupos, acrescenta que Parnaíba tem uma dinâmica tenebrosa pra ela, o que lhe causa sofrimento, pois todo mundo está interligado, principalmente pelas redes sociais, inflando os comentários, destacados por Zoé. A participante destaca ainda que as pessoas, no geral, gostam de fofocar – falar da vida umas das outras – mas não querem ser a fofoca em si – serem comentadas também.

Em contraponto, outra participante, no segundo encontro, relata que adora Parnaíba, pois, como se trata de uma cidade pequena, suas amigas lhe passam o *briefing* de pessoas pelas

quais ela se interessa e isso lhe economiza tempo. Ao ser interpelada por outras convidadas acerca da possibilidade da mudança de postura da outra pessoa ela relata que o tempo entre um acontecimento e outro é curto e que tem pessoas que já são *marcadas* – possuem má fama na cidade por como lidam com seus afetos, ou por condutas que já tiveram em outras relações.

Nesse debate, uma das participantes do grupo destaca que vê esse relatório completo como importante em casos de violência – onde a pessoa é *marcada* por ter cometido alguma violência contra terceiros em dinâmicas relacionais. Já outra participante aponta que esse tipo de postura, de exclusão direta, sem contato prévio, afeta no enfraquecimento da rede, podendo se tornar um tipo de ódio enraizado, que gera apartamentos entre possíveis pares em redes de afetos.

Diante dessa gama de relatos acerca das dinâmicas da rede em Parnaíba, observamos a variadas percepções e vivências das convidadas e as especificidades de mulheres que são, ou não, naturais da cidade e como isso reverbera nas condutas e posturas de cada uma, tanto em relação ao território, de maneira geral, quanto no cultivo de seus vínculos.

Nesse aspecto, Lagam compartilha que a cidade pequena impacta nas suas relações ao ponto de fazer com que ela repense e recalcule suas condutas e posturas, mas sustentando a ambivalência entre viver seus afetos e manter determinada discrição:

Mas ao mesmo tempo, eu tento manter a discrição sem esconder, que aí é outro ponto. Porque existe a discrição, de tipo assim, não explicar pra geral, no *twitter* o que você tá fazendo, com quem você tá fazendo. Mas também não esconder a relação como se a pessoa fosse amante, porque aí já é complicado. (Lagam)

Então, dentro do debate sobre as especificidades de se viver não monogamicamente no território e na comunidade parnaibana, indagamos as participantes dos grupos sobre o que seria rede para elas e construímos, coletivamente, uma teia de significados: fios que se

interseccionam; redes de pesca; redes de deitar. Uma convidada aborda a importância de constituir uma rede que seja capaz de oferecer suporte, o que chamou a atenção pela ambiguidade: por um lado, uma rede que aguenta e tolera, mesmo em momentos de chatice, acidez e afins e, por outro, uma rede que ampara e acolhe em momentos de fragilidade. Nesse sentido, Luce compartilha que é sua rede que lhe permite viver em Parnaíba, haja vista o suporte que recebe, e apesar de, por vez, não conseguir retribuir o suporte que recebe, ela sabe que a rede se sustenta de todo modo: “Então se pra elas estarem bem elas precisam estar dentro de um suporte e eu não consigo dar, eu vou ficar feliz porque outras pessoas que elas amam vão dar esse suporte, sabe?”

Ainda sobre o contexto parnaibano foram destacadas as ambivalências da rede para quem reside nesse território: por um lado se tem pessoas acolhedoras e prestativas, que auxiliam umas às outras e, especialmente, às recém-chegadas; mas, ao mesmo passo, algumas pessoas se sentem mais à vontade para invadir, em certa medida, a privacidade e a vida pessoal.

Olívia compartilha que vê os territórios parnaibanos muito marcados por estereótipos – à exemplo do *briefing* citado por Clarice – e que isso faz com que ela tenha se tornado mais fechada em relação a sua privacidade, mas, ao mesmo passo, percebe-se mais aberta em outros aspectos. Já Anacardi corrobora com Olívia e coloca que a faixa etária tem impacto nos nichos existentes na cidade, o que reflete no suposto saber quem é quem, atrelado aos julgamentos e imagens pré-formadas das pessoas, como discutido.

Enquanto pessoas mais recém chegadas apontam as dificuldades de vivenciar seus afetos em Parnaíba, por outro lado, Maria, natural de Parnaíba, traz um relato que aponta a evolução local no que se refere a abertura para outras formas de existência:

Parnaíba é outra. Parnaíba hoje é extremamente evoluída em relação ao tempo que eu me formei, entendeu? Tipo, uma pessoa com a personalidade da [nome de uma amiga],

com a tua personalidade era uma num curso interno, sabe? De pessoa que faz a coisa, ver alguma possibilidade, transforma a possibilidade em realidade? Era uma no curso inteiro. E hoje eu vejo uma galera tão massa chegando e todo mundo parece que se encontra, consegue se encontrar, consegue fazer a coisa andar [...] se eu trazer qualquer outra pessoa da minha turma vai dizer a mesma coisa, que mudou muito. A galera parece que vê mais possibilidades. Tem outras limitações, mas parece que conseguem abraçar mais as possibilidades, transformar em realidade mesmo, pegar as possibilidades, transformar em realidade. (Maria)

Assim, Maria nos aponta que, apesar das limitações inerentes ao território – o conservadorismo, as pessoas conhecerem umas às outras, de maneira geral – há uma evolução da comunidade local em relação a aceitação e vivências de diversidades existenciais, não só no que se refere às políticas afetivas e dinâmicas relacionais, mas às possibilidades como um todo.

Algumas entrevistadas apontam a influência do meio universitário, marcante na realidade parnaibana, como discutido anteriormente, nos desdobramentos das experiências pessoais e coletivas. Por um lado, Olívia comenta que apesar dos temas da não monogamia permearem consideravelmente o meio universitário, eles não chegam em outros espaços, como no trabalho, e questiona como ficaria a não monogamia de pessoas acadêmicas que circulassem em outros meios. Zoé corrobora com a fala de Olívia e afirma que o debate sobre a não monogamia não tem chegado para a classe trabalhadora, exemplificando a partir de sua própria vivência – entre a universidade e o trabalho.

Todavia, apesar da academia aparecer como uma bolha da não monogamia, Anacardi destaca:

A faculdade mesmo é um lugar que eu não me sinto tão confortável de estar, sabe, no geral em relação à não monogamia, porque apesar do curso de psicologia ser um curso

politicado, a galera tá debatendo sobre isso agora e tudo mais, mas ainda é muito polícia não monogâmica. Então, tipo, cada passo e cada coisinha que eu faço nos meus relacionamentos pode virar um comentário, uma coisa, como já virou algumas vezes, né... (Anacardi)

Assim, percebemos que a não monogamia aparece, mesmo no ambiente universitário, como menor e, apesar de ganhar espaço de discussão nas universidades, mais especificamente em algumas bolhas, como coloca Zoé, esse espaço ainda é limitado e, até mesmo, não acolhedor, impedindo ou, pelo menos, dificultando vivências não monogâmicas em seu território.

Nos encontros coletivos, algumas participantes, estudantes, levantaram a problemática das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) ao pensar nas relações afetivas/amorosas/sexuais em redes e com mais de uma ou um parceiro, tensionando como lidar com o problema em relações não monogâmicas, levando em conta a variedade dos relacionamentos.

Todavia, uma das participantes, acadêmica de Medicina, trouxe que dados apontam que em relações monogâmicas há uma prevalência de transmissão à exemplo de mulheres que descobrem HIV ao engravidarem e que contraíram a partir do marido, ou seja, de traições. Além disso, levantou-se também que na monogamia falta espaço para esse tipo de diálogo, especialmente em relacionamentos heteronormativos, onde o preservativo, por exemplo, é deixado de lado em prol da confiança e do suposto cumprimento do princípio de fidelidade estrita da monogamia.

Nessa linha, ao contrário da ideia de promiscuidade atrelada à não monogamia (Hardy & Easton, 2020), esta se apresenta, mais uma vez, como caminho ou processo de diálogo e cuidado, possibilitando que as pessoas comuniquem suas inquietações e compartilhem

informações acerca das IST's e se cuidem coletiva e mutuamente, levando em conta que essa problemática permeia a existência de todos, especialmente de as pessoas com vida sexualmente ativa, e deve ser enfrentada não apenas pela via da comunicação e informação massiva, como da saúde pública e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Contudo, vivemos em um sistema monogâmico que não se dispõe a pensar modos de existência segura para pessoas dissidentes do sistema cisheteronormativo, como preservativos ou meios de prevenção de IST's para mulheres lésbicas, por exemplo. Logo, sujeitas marginalizadas devem lutar cotidianamente por direitos básicos como saúde, educação, segurança e afetos - inclusive afetos familiares.

Já no que se refere às relações não românticas que também compõem as redes, as amigas receberam destaque como um primeiro ponto da rede e essa rede foi colocada como confluência de afetos e desafetos, logo, as relações não amigáveis também compõem a rede de afetos, o que conversa com a proposta de Vasallo (2022), a saber:

[...] estou questionando aqui se as redes afetivas também não são compostas por afetos negativos. As pessoas que você odeia, as pessoas que você mantém na sua vida apesar dos pesares, os relacionamentos marcados por desamor, as histórias fracassadas que a machucam, as pessoas que lhe fazem mal. Se esses tipos de relações negativas não têm espaço quando falamos que estamos em um relacionamento, é porque a solidão não se refere a ter ou não ter redes, mas a ter ou não ter redes de apoio específicas. Há pessoas que estão sozinhas, francamente sozinhas no abismo da vida contemporânea, porém não estão assim porque lhes falta um relacionamento sexo-afetivo, mas porque ninguém se importa com elas. (Vasallo, 2022, p. 60).

Então, entre os (des)afetos que compõem redes afetivas, as amigas também receberam um destaque especial no discurso das entrevistadas. Olívia compartilha que

horizontaliza seus afetos românticos e de amizade, desconstruindo a ideia de que o cuidado com o outro deve partir prioritariamente de parceiras ou parceiros românticos:

E aí, às vezes, as pessoas acham que em amizades é só pratos determinados, né? Quando o polvo central não está equilibrando todos os pratos, você passa os pratos pros amigos. E eu acho que não, que quando... pra eu conseguir viver a não monogamia de fato todo mundo... são vários povos, pra todo mundo ir equilibrando os próprios pratos e os pratos dos outros, acho que é assim... (Olívia)

Já Lagam conta que suas amizades funcionam como seus pilares, para que ela não desmorone em momentos de fragilidade. Anacardi compartilha um pensamento semelhante, destacando também que sempre conseguiu viver a não monogamia mais facilmente entre amigas, haja vista que “era onde conseguia, de fato, criar uma relação sem ter um monte de regras pré-definidas”.

Diante disso, retomamos dois eixos estruturantes da colonialidade: o casal e a família consanguínea, que são instituições que perpetuam a lógica capitalística e visam garantir a transmissão da herança genética e patrimonial (Engels, 2019) e se desdobram, na prática, no privilégio da entidade casal, fruto de relações supostamente simétricas, que acaba sendo idealizada como lugar de apoio emocional e projeto de vida (Vasallo, 2022).

Logo, por mais que existam mudanças contemporâneas que ressoem em outras formas – que não aquelas estritamente atreladas à monogamia – de garantir a transmissão de patrimônio a herdeiros geneticamente legítimos, como testes de DNA, a persistência da colonialidade-capitalística faz do casal a entidade central e prioritária nas relações afetivo-sexuais (Mogrovejo, 2025). Mas então, qual o estatuto da amizade nesse enredo?

Nos relatos das participantes, observamos que as amizades aparecem como espaço onde os contratos monogâmicos perdem densidade. Com a relativização do peso dos contratos

monogâmicos, que perdem intensidade e proporção no projeto e no percurso de vida, o campo da amizade apresenta-se como uma possibilidade mais equânime, aberta a diálogos mais francos e menos regrados. Podemos assim observar que os atravessamentos da colonialidade, que colocam o casal como central, são desconstruídas, pelo menos em certa medida, nos vínculos de amizades, o que coloca as redes afetivas como um caminho para a superação da centralidade colonial-capitalística-monogâmica do casal (Prado, et al., 2025).

Observamos então que estamos constantemente vivendo em rede e pensar a ética do cuidado, como discutiremos nesse subcapítulo, é superar a ideia de afetos simétricos, iguais, levando em conta as especificidades das necessidades de cada uma, sua realidade e contexto. Compreender essas desigualdades afetivas e de necessidades no campo das relações é um caminho para superarmos a máxima de viver em prol dos nossos desejos individuais, ampliando o olhar para o fato de que estamos e vivemos em rede – com suas assimetrias e desnivelamentos (Vasallo, 2014).

Logo, entendemos a rede como importante catalizador do cuidado e do suporte, descentralizando a responsabilidade do cuidado apenas ao par romântico ou à família e horizontalizando afetos e repesando a ideia de reciprocidade – se eu faço por você, você precisa fazer o mesmo por mim – por uma ideia de equidade, que leve em conta as necessidades de cada sujeita, como Luce nos convida a refletir:

Eu como uma... Eu sou uma pessoa que precisa de suporte, né? Eu sou autista, e eu preciso de suporte, e eu não consigo ficar sem esse suporte pra alguém fazer comida pra mim, pra alguém cuidar de mim, quando eu adoço só um pouquinho eu fico completamente paralisada. E quando eu fico desregulada, eu adoço. (Luce)

Todavia, para além das possibilidades e belezas da não monogamia ao pensarmos a ética do cuidado e a horizontalização do cuidado que permeiam as amizades, outras participantes trazem seus contrapontos, a saber:

Nas experiências de Maria e Clarice, os princípios não-monogâmicos — como o rompimento com a lógica da exclusividade, da posse e da centralidade de um vínculo sobre os demais — também tensionam outros campos da vida relacional, em especial as amizades. Em suas narrativas, o campo das amizades aparece como território sensível, onde os afetos escapam ao controle racional e ativam sentidos de pertencimento, insegurança e desejo de exclusividade.

Maria expõe com honestidade a dificuldade em tomar a lógica da não-monogamia para as amizades. Reconhecendo-se como uma pessoa possessiva, ela relata que sente desconforto ao ver amigas estabelecendo laços com outras pessoas, experienciando isso como uma possível perda ou ameaça ao vínculo construído: “eu sei que isso é coisa da minha cabeça, a minha cabeça sabe que é, mas eu não consigo deixar de sentir”. Sua fala evidencia o embate entre o reconhecimento racional da autonomia do outro e a persistência de afetos como o ciúme e o medo da substituição, indicando que os desafios da não-monogamia não estão apenas nos contratos dos arranjos amorosos, mas nas maneiras como concebemos e sentimos os vínculos afetivos de modo geral.

Clarice, por sua vez, complementa ao destacar que, embora viva a não-monogamia em suas relações amorosas, sente dificuldade em aplicar os mesmos princípios às amizades. Seu relato aponta para uma seletividade nos vínculos: ela cultiva amizades antigas e profundas, mas também reconhece a necessidade de espaço, tempo e autonomia. Clarice se opõe à ideia de disponibilidade constante, criticando a expectativa de uma presença afetiva cotidiana e ininterrupta: “eu estou sempre disponível dos meus amigos [em situações importantes], [...] agora ‘O que é que tu fez hoje?’ [...] não tenho tempo para isso”. Nessa perspectiva, a recusa

da hiperdisponibilidade se torna um gesto de autodefesa e preservação de si, e não necessariamente uma recusa ao cuidado.

Ambas as falas colocam em cena a tensão entre o ideal da não-monogamia — como ética da liberdade e da não-possessividade — e as experiências reais nos vínculos interpessoais. Elas revelam que os princípios éticos da não-monogamia são atravessados por pessoas e histórias marcadas por insegurança, desejo de exclusividade e expectativas sobre o que é ser amiga. O campo das amizades, portanto, se mostra, pelo menos, tão desafiador quanto o das relações amorosas quando se trata de sustentar a ética da autonomia e da multiplicidade de vínculos.

Nesse sentido, pensar a não-monogamia exige expandir o olhar para além das relações sexuais e românticas, incluindo também os modos como nos relacionamos com amigas, amigos e redes de afeto mais amplas. Como nos mostram as experiências de Maria e Clarice, romper com a lógica da exclusividade afetiva nas amizades não é simples nem imediato — e exige um trabalho constante de autorreflexão, escuta e reconfiguração de expectativas.

Nos relatos de Olívia, Lagam e Anacardi, acerca das amizades enquanto rede na não monogamia, observamos uma busca pela horizontalização dos afetos (Vasallo, 2022) a partir da valorização dos amigos como suporte junto a descentralização no amor romântico como responsável pelo cuidado contínuo e total do outro. Nos grupos, as redes afetivas foram destacadas como importantes na descentralização de responsabilidades, possibilitando o compartilhamento de obrigações e demandas relacionadas ao cuidado e à sobrevivência.

Por outro lado, nos relatos de Clarice e Maria observamos os entraves de posse e controle como atravessadores das relações, reverberando em ciúmes ou priorização de amizades em prol de relações românticas, o que seria o caminho inverso do habitual — a prioridade ao par romântico.

No que se refere à distribuição do cuidado e descentralização de responsabilidades, Amélia traz um relato acerca da sua experiência com a maternidade e o julgamento de pessoas não monogâmicas a respeito do seu depoimento. A entrevistada conta que participa de algumas discussões online de grupos não monogâmicos e, em um desses episódios, enquanto as pessoas debatiam acerca da falta de espaço para mães na não monogamia, Amélia compartilhou seu depoimento com o grupo, acerca da sua maternidade e de como consegue ter o apoio de sua rede nos cuidados com sua filha. Após compartilhar seu relato, Amélia conta que foi duramente julgada por outras participantes que invalidaram seu depoimento, colocando-a como uma pessoa privilegiada e a parte da realidade social de mães não monogâmicas. Amélia completa:

Mas isso também me levantou um pouco de, sei lá, o que é que é a não monogamia pros outros também, sabe? Porque eu não vou me envolver com alguém que não gosta da minha filha, sabe? Então, é uma coisa óbvia pra mim. E tem relacionamentos diferentes, sabe? Tem um dia que eu posso sair, por exemplo, ah, saí uma noite, estou afim de transar com alguém, vou transar aleatoriamente com alguém que não vai nem saber que eu tenho filho, porque foda-se, não é o que eu tô afim. E é uma coisa. Mas a partir do momento que a gente tem uma rede afetos e pessoas que você vê com frequência, não faz sentido. Então... e aí uma das coisas que eu realmente faço como não monogâmica eu acho que é criar uma criança não monogâmica também. Querendo ou não. Mas que entende isso, ela entende essa dinâmica, ela entende que eu tenho amigos e que sabe... eles ajudam, eles frequentam. Tanto que o [nome do companheiro] tinha uma ficante que dava presente pra [nome da filha], sabe? Então, era uma coisa... sabe? Sei lá, acho que uma das coisas que eu espero que repercuta a tempos, sabe, com a minha filha, mas com outras pessoas também, fazendo isso, e que a gente possa... porque eu não acho que vai ser a nossa geração que a gente vai conseguir tirar os estigmas da não

monogamia, porque a nossa monogamia é muito enraizada em todo o sistema político.”

(Amélia)

O relato de Amélia nos convida a refletir sobre como a não monogamia, enquanto movimento que luta, ou pelo menos deveria lutar, pela hierarquização de afetos está lidando com questões que não somente a liberdade sexual e individual, como a criação de filhos e a realidade de não monogâmicas que vivem também a maternidade.

Nas discussões dos grupos, no que tange às relações familiares, mulheres criadas por mulheres em redes/comunidades, também relatam também serem educadas para buscar sentido no regaço de um homem, no *príncipe encantado*, mesmo que elas tenham sido criadas em um contexto composto por mulheres autônomas e autossuficientes. Em contraponto, uma das participantes do primeiro encontro destaca que, por ser criada em uma casa com mulheres, hoje considera e diz ao namorado que não se imagina morando com ele, com a presença masculina.

Ou seja, mesmo quando a própria dinâmica familiar destoa na norma do que seria família – pai, mãe e filhos –, compondo-se por mulheres, as sujeitas são criadas para encontrar um homem para casar, ter filhos e viver monogamicamente. Todavia, tanto o relato quanto a experiência em si da criação de filhos, por um viés fora do convencional, reverbera em trincas na lógica hegemônica que produz subjetividades.

Outras entrevistadas destacam sobre como a não monogamia atravessa suas relações familiares enquanto redes afetivas:

Eu lembro que uma vez eu chamei ele, ele era bem pequenininho, aí eu chamei o meu irmão de meu amor, aí ele achou muito estranho, tipo “Meu amor? Eu não sou seu amor e tals”. Aí eu falei “Ué, mas eu tenho vários amores, você também tem vários amores. Você é o meu amor, a mãe é meu amor, o [nome de outro familiar] é meu amor e etc etc.” Eu expliquei pra ele, “amor não é só de namorado/namorada e tals”. Eu tenho

bastante isso com meus irmãos, sei lá, se eu dou presente pra um, o outro fica com ciúmes, aí eu falo “Ué, dessa vez eu quis dar esse presente, eu pensei... eu lembrei dessa pessoa, não significa que eu não goste de você, que eu não ame você, foi só que nesse momento eu pensei nessa pessoa e tals”. (Olívia)

Próximo ao relato de Olívia, Clarice, Anacardi e Luce também discorrem sobre como a não monogamia impacta em suas relações com familiares. Clarice compartilha que os primos são ciumentos uns com os outros, e por ela morar distante, quando se encontram há a necessidade de organizar um encontro coletivo para que ninguém se sinta excluído, mesmo frente à tentativa de exaurir a atenção e o afeto, como propõe Clarice: “Querem me sugar o máximo que pode.”.

Já Anacardi e Luce contam como a não monogamia melhorou a relação delas com suas mães. Anacardi diz que tinha uma expectativa de como sua mãe deveria agir com ela, o que enrijecia a relação, mas foi superado a partir da lógica da artesanaria de afetos: “Olha, tá, ela é minha mãe, mas ela também tem outras coisas, a gente tem nossos conflitos, mas é isso, né, a nossa relação dá pra ser de outro jeito”. Luce, por sua vez, conta que ela é quem não conseguia estabelecer uma relação idealizada com sua mãe, mas que a partir das reflexões não monogâmicas conseguiu ressignificar o vínculo mãe e filha: ““Olha, mãe, eu consigo ter essa relação com você. Eu não consigo ter uma relação de mãe e filha normal, né? Que é, enfim, o que é se esperado normalmente. Mas eu quero ter uma relação com você””.

Mas, por outro lado, demais entrevistadas trazem a questão familiar por uma outra perspectiva: como são, ou acreditam que seriam, vistas enquanto não monogâmicas no seio familiar. Lola compartilha que, apesar de nunca ter se assumido como não monogâmica para a família, há uma leitura por parte de seus familiares acerca da fluidez de suas relações românticas. Amélia, por outro lado, diz

quem quer saber da minha família que eu sou não monogâmica, sabe. Tem algumas pessoas que não querem saber, então, beleza, mas todo mundo que realmente quer, que têm esse interesse, sabe que eu sou uma monogâmica, e até pra eles, eles acham legal, sabe? Eles acham legal ver que funciona, está funcionando, sabe, a gente tá criando uma criança, a gente está bem... (Amélia)

Já Anacardi e Maria trazem um discurso contrário, voltado para a não aceitação familiar. Anacardi diz

[...] o preconceito ainda de me bate bastante, porque me pega muito não poder às vezes conseguir explicar pra a minha família o que é as coisas, porque eu não tenho como chegar, sei lá, pra a minha vó de 70 anos e falar “Olha, eu namoro 32 pessoas”, enfim, “essa pessoa aqui eu namoro, mas eu não tenho sexo.” (Anacardi)

Maria corrobora com a ideia de não aceitação familiar e coloca esse ponto como um dos desafios para que ela cultive afetos não monogâmicos, haja vista sua naturalidade parnaibana e o contato diário com familiares.

Assim, percebemos que apesar da não monogamia possibilitar ressignificações de relações familiares, há também desafios e entraves ao pensar a aceitação familiar frente a automeação não monogâmica, discutida anteriormente. De toda forma, o que temos é que a família é um atravessador ao pensar a não monogamia e as relações em rede, tendo em vista que é um círculo que quem influência direta na constituição de sujeitas.

Partimos então, nesse subcapítulo, da realidade parnaibana, enquanto território e comunidade, levando em conta as experiências das participantes no que concerne à universidade, à cidade relativamente pequena, as redes que se inter cruzam, às relações de amizade e de família – de sangue ou de consideração – e à criação de filhos, observando assim

que a experiência da rede é inerente às sujeitas, convidando-nos a provocar então como essa rede tem sido construída e tido manutenção.

Nos grupos, a rede foi colocada como uma possibilidade de estar com diferentes pessoas, ampliando a multiplicidade de vivências e trocas de experiências, o que recai mais uma vez na individualidade. Todavia, algumas participantes destacam a importância da manutenção e do cuidado nas suas redes de afetos. Zoé, por exemplo, compreende que todas as suas relações precisam de manutenção assim como seu relacionamento romântico. Já Luce coloca essa manutenção como algo distante, especialmente no que diz respeito a ex-afetos, que na maioria das vezes apenas se afastam. A entrevistada destaca ainda que prefere destinar sua energia de manutenção para afetos atuais e cotidianos.

Já Anacardi conta que preza pela sinceridade e diálogo em todas as suas relações: “O pessoal até... a gente até zoa. Tipo, toda hora que alguém começa a conversar o assunto sério fica ‘Ah, já vem com manutenção’, tipo, virou um meme do nosso grupo, de amigos da faculdade, outros grupos de amigos que eu tenho.”. A participante ressalta também a importância da paciência para compreender e acolher as nuances e diferenças entre as pessoas da sua rede.

Com isso, observamos que a construção e manutenção das redes é essencial para a construção de comuns e reconhecimento entre pares, auxiliando na luta por direitos e pela própria sobrevivência (de sujeitas e de afetos), diante de um sistema que tenta, cotidianamente, oprimir e enquadrar subjetividades desejantes, como destaca Lagam:

Eu acho que também é muito disso, pra você conseguir viver na não monogamia de uma forma mais leve, é aproveitar o momento em que ele acontece. Porque como a gente tá só seguindo o fluxo, de como as relações vão se estabelecer, sem ter muito

controle de tudo que vai acontecer, a gente tem que aproveitar bem os momentos.

(Lagam)

Todavia, a manutenção e o cuidado também exigem de nós uma espécie de trabalho e, principalmente, de tempo, o que nos convida a refletir e questionar como temos cultivado nossos afetos para além dos sexuais e românticos, valorizando os vínculos de outras ordens em prol da quebra com a hierarquização de afetos, que também nos exaure – visto que o pedestal que se é colocado é um lugar exaustivo para quem ocupa – e limita.

Então, ao pensarmos em redes afetivas para esse debate, partimos da premissa de que não estamos falando de uma receita pronta que irá garantir segurança e eternidade das relações, mas sim de uma possível nomeação para formas de cultivar afetos mais equânimes, democráticas e rizomáticas, confrontando a estrutura monogâmica que infla a hierarquia, a exclusão e o confronto (Magazine, 2014).

Desse modo, propomos uma reflexão que contrarie o ideal do neoliberalismo de liberdade individual, hierarquia e meritocracia, em prol de relações de interdependência que suportem – no duplo sentido já discutido – as sujeitas de acordo com suas singularidades e demandas. Assim, ampliamos o leque das formas de cuidado e ficamos mais próximas da horizontalização dos afetos e descentralização de responsabilidades, aproximando-nos de uma não monogamia que valoriza as relações afetivas de todas as ordens – para além da sexual romântica – e permite experiências de vida menos pesadas, ao passo em que dividimos o fardo inerente à existência de maneira menos desequilibrada.

Partindo daí, em nosso último capítulo tensionamos se, afinal, vale a pena se propor a viver deslocada da norma monogâmica em um sistema sociopolítico como o que vivemos atualmente? A não monogamia como processual, ética e política é possível?

Capítulo 6 - Apesar dos pesares: As delícias da não monogamia enquanto abertura para possíveis

Não se arrisque em tentar
 Me escrever nas suas melhores linhas
 Eu não preciso de altar, só vem
 Repousa tua paz na minha

...

Te sinto seu ao se entregar
 Me tenho inteira pra você
 Te guardo solto pra se aventurar
 É tão bonito te espiar viver

Se encontra, se perde e se vê
 Mas volta pra se dividir, amor
 É que você fica tão bem aqui
 É que você fica tão bem aqui comigo

(Calendário - Canção de Anavitória · 2018)

Diante dos debates tecidos até aqui podemos perceber que as vivências não monogâmicas sofrem uma série de atravessamentos, desde um modelo neoliberal que inflama o individualismo e produz subjetividades capitalísticas, deixando de lado cuidados coletivizados e inflando dissonâncias entre o que se quer, o que se pensa e o que se sente. Então, em nosso último capítulo, nos debruçamos sobre o seguinte questionamento: afinal, dentre tantos entraves em se viver não monogamicamente, quais são as dores e as delícias em ser não monogâmica? Há delícias em se viver à margem das normas monogâmicas frente a tantos outros entraves?

Ao longo do trabalho discutimos acerca das ressonâncias entre as teorias a respeito da não monogamia e as experiências cotidianas de mulheres não monogâmicas que, ao se proporem a experienciar políticas afetivas dissidentes da monogamia, esbarram em subjetividades produzidas nos moldes coloniais, trazendo à tona o ciúme, a posse, a tentativa de controle do outro, o ideal hegemônico de família cisheteromononormativa e afins.

Frente aos impasses da monogamia que atravessam também experiências não monogâmicas, podemos observar que os relatos das entrevistadas, bem como as contribuições nos encontros coletivos, convergem para as dificuldades de se praticar a não monogamia em uma sociedade atravessada pelo viés monogâmico-colonial. Logo, pensar, ou se propor, a viver de forma dissidente – pela via da não monogamia ou outras – faz-se um ato de coragem.

Junto à coragem existe a busca pela construção não hierárquica, rizomática e equânime de afetos e relações. Assim, mesmo diante dos entraves supracitados, mulheres não monogâmicas se desafiam diariamente a amar de forma singular e múltipla, ao mesmo tempo – e dissonante daquela imposta pela norma monogâmica.

Então, a partir da artesanaria de afetos, proposta por Núñez (2023), essas mulheres questionam suas ações, condutas, identidades e posturas, afim de romper, mesmo que de forma não totalitária, com a imposição de modo de vida feita pelo sistema monogâmico (Vasallo, 2022), de maneira responsável e consonante com os seus desejos e com aquilo que acreditam que seja o amor.

Assim, entre prós, contras e tensionamentos acerca de como viver, ou não, a não monogamia, as participantes apontam as dores de se viver enquanto mulheres não monogâmicas:

A dor é que é muito difícil, cara. Você tem que estar se policiando o tempo inteiro, e você tem que tá... entender o lugar do outro. Hoje eu opto, te falar, por não estar em uma relação do que estar em qualquer relação. Eu já estive desesperada por uma relação, saia me envolvendo pra ter alguém, pra ter aquela conchinha, pra ter um sexo garantido, né? Mas eu acho que eu avancei um nível nisso. Vou te dizer que eu prefiro tá solo.
(Clarice)

Cara, eu acho que as dores, é... bate em muitas feridas, sabe. Eu sempre tive relações na minha adolescênc... enfim, passaram muitas relações por mim que me deixava

muitas feridas, muitas inseguranças, e a não monogamia aflora isso querendo ou não. Estar em um relacionamento não monogâmico quando você tá só você e uma pessoa tem suas dificuldades e aqueles desconfortos que eu falei antes de se sentir presa e afins, mas ele meio que dá certas certezas que às vezes a gente quer muito. Tipo, sentir que a gente é especial, sentir que a gente é único e afins. Então dentro da não monogamia às vezes muitas inseguranças são afloradas e a gente tem que fazer esse esforcinho de entender outros meios de ser único, de ser especial, de ser querido e tudo mais, que enfim, mexe com as cicatrizes da gente. (Anacardi)

Ah, as dores. Às vezes, tem uns temas que vai para a terapia, né? Tem... Muito se fala na questão do ciúme, né? Eu sempre me questiono isso. Será que o ciúme é um problema para mim? E às vezes sim, às vezes não. Talvez não, eu fico pensando porque eu trago muito pro meu autoconhecimento, muito. Por exemplo, se eu tô... se eu sentir ciúme de alguém, provavelmente eu vá falar pra pessoa, mas depois de muito trabalhar em mim, depois de eu escrever muito, de falar com a minha psicóloga, de tentar entender por que eu senti isso, qual foi essa segurança e de onde foi que surgiu na minha infância, que momento foi. Aí eu trabalho muito em mim primeiramente, pra depois eu chegar pra pessoa e dizer assim “Eu senti ciúme nisso, nisso, nisso, mas foi por conta disso, disso, disso”. Ainda bem que eu consegui ser assim, não sei como foi isso, mas eu acho isso um ponto positivo. Eu... a outra dor é também às vezes que alguns desses meus afetos são monogâmicos, e aí eu acho ruim ser deixada de lado [...] é uma das grandes dores que eu acho que é me relacionar com monogâmicos que quando namoram eu fico sendo como se fosse... não sei, assim, aí eu me sinto meio mal, ao mesmo tempo não.” (Kassandra)

Eu acho engraçado, realmente isso, né? Eu não tive aquele desafio do virar não monogâmica. Então eu não sei direito falar quais seriam os desafios, porque o desafio

é o desde sempre. Então eu acho que os desafios seriam que eu posso ser julgada por outras pessoas. Então principalmente quando eu tô num meio assim mais conservador, então tipo... até que não porque eu consigo filtrar bem, mas tenho um certo medo de, por exemplo, na escola da minha filha, os amigos, tipo os amiguinhos dela, tem pai dos amigos que eu sei que são mais liberais, que são mais de boa, mas são os que eu aproximei, mas eu sei que ela tem muitos coleguinhas, amiguinhos, que se os pais soubessem disso, eles iam horrorizados, talvez eles não quisessem... mas eu não passei por isso ainda, mas é uma coisa que eu acho que pode acontecer, sabe? (Amélia)

Notamos que as dores em ser uma mulher não monogâmica estão mais voltadas para o autopolicimento constante, como destaca Clarice, para as inseguranças e as feridas que ficam mais expostas em relações não monogâmicas, como discutido anteriormente, e também as dores provenientes do julgamento externo, em especial pelo estereótipo da não monogamia atrelada à promiscuidade.

Todavia, aqui temos um ponto que nos chamou atenção no campo ao abordarmos as dores e as delícias em ser uma mulher não monogâmica: as delícias se sobressaem. Levando em conta a marginalização de mulheres e de pessoas não monogâmicas, esperávamos encontrar queixas e lamentações frente aos desafios de existir enquanto não monogâmica. Entretanto, a fala de Olívia ilustra bem com o que nos deparamos:

Não acho que tem dor não, sabia? Dor... Eu não alimento muito mais dores... tipo, sei lá, dores que eu poderia citar. “Ai, a família não aceita”. Aí então, não vai saber, não vai compartilhar se eu casar com duas pessoas, não vai no casamento. [...] Tem parte [da família] que sabe, tem parte que não sabe, tem parte que acha interessante, tem parte que não vê sentido. E é isso. Sei lá, questões jurídicas, né? Em relação a convênio médico e coisas do tipo, mas eu ainda não cheguei nessa fase da vida, então... Um dia, talvez, eu veja mais problema nisso. Eu acho que eu sofreria mais se eu não vivesse

dessa forma. Então, acho que na verdade é uma grande liberdade, uma grande felicidade poder pensar sobre isso, ter o coração e a mente aberta ter pessoas que estão dispostas a caminhar, assim. Então, acho que é muito mais delícia do que dor, não sei falar das dores, eu acho que é uma grande... Uma grande benção, acho que é uma preciosidade, acho que alivia muito mais.

A entrevistada destaca ainda a alegria em compartilhar momentos importantes com as pessoas que ama simultaneamente, além de não precisar sobrecarregar seu relacionamento afetivo sexual com suas demandas pessoais: “Acho que as coisas vão ficando mais leves. Acho que a delícia é isso, de que a vida é mais leve, o fardo fica menos pesado.”, o que corrobora com a importância da não hierarquização dos afetos na descentralização de responsabilidades (Vasallo, 2022).

Compartilhando do mesmo sentimento, outras participantes falam das benesses em viver a não monogamia. Clarice, por exemplo, diz que a delícia para ela é poder ser quem ela é dentro das suas relações, com sinceridade e intensidade. Lola também destaca que é uma delícia poder compartilhar e dialogar com suas parcerias e amizades abertamente. Corroborando com essa ideia, Anacardi conta que foi a partir da não monogamia que ela conseguiu compreender que não era obrigada a seguir os padrões de namorada ideal impostos pela monogamia: “Eu acho que essa é uma das coisas que eu gosto muito de, tipo, não estar presa às coisas que as pessoas esperam de mim e poder construir isso de uma forma saudável.”.

Na mesma linha, Zoé ressalta:

É mais delícia do que dor, no final. Porque senão eu não estaria. Eu acho que tem muita dor e tem muita delícia. Eu acho uma delícia você conhecer gente nova. Eu acho uma delícia você... Tá, por exemplo, na roda de conversas que a gente teve conhecer as pessoas, sabendo mais da história delas, da vida delas. Eu acho que as dores ficam no segundo plano, quando a gente para pensar nas delícias. Mas eu acho que a dor e a

delícia é a vida mesmo. E eu acho que não monogamia é isso mesmo, é a vida fluindo.
(Zoé)

Luce também compartilha o quanto é importante para ela ver a sua rede funcionando enquanto suporte, tanto para ela quanto entre os próprios membros, ao passo em que percebe também maior possibilidade de diálogo e trocas afetivas entre as pessoas que ama. Luce nos aponta ainda uma ambivalência entre as dores, as delícias e o amor:

E o amor pra mim é a mesma coisa que a dor, né? Quando a gente sofre por uma pessoa que a gente ama, isso pra mim é amor também, sabe? Quando a gente fica “Caralho, eu não consigo estar com essa pessoa agora, eu queria tá com essa pessoa agora”. Isso pra mim é amor também, e isso pra mim é uma delícia de se ver, até quando eu tô sofrendo eu tô achando uma delícia, porque pra mim não são duas coisas diferentes, pra mim é tudo uma delícia. Quer dizer que eu tô amando, quer dizer que eu tô me envolvendo com essa pessoa, quer dizer que as pessoas que eu amo estão se envolvendo...

Diante dessa gama de relatos, temos então as delícias apesar das dores. O que nos chama atenção, visto tantos entraves discutidos ao longo desse trabalho – preconceito, ausência ou fragilidade de direitos, distanciamentos teóricos e práticos, posse, ciúmes, controle, vulnerabilidades – é o quanto a não monogamia possibilita às sujeitas um encontro, ou ao menos uma aproximação, com seus desejos.

Partimos assim de um conceito esquizoanalítico do desejo não como falta, como em certas psicanálises, mas como algo que transborda, que escorre nas fissuras e produz a realidade (Cassiano & Furlan, 2013). Temos então relatos de pessoas que poderiam se contentar com a monogamia, seja pela – mesmo que falsa – segurança de, supostamente, ter alguém, pela garantia de direitos, esquiva de preconceitos ou, até mesmo, pela maior previsibilidade do que está por vir. Mas, ainda assim, essas pessoas se dispõem ao desafio de criar um novo caminho, colocando-se em xeque e se questionando cotidianamente sobre quem é.

E aí, eu sempre penso nisso, sabe, de que os meus desejos, as minhas vontades elas sempre estão muito na mesa. E eu gosto muito disso, eu acho que é uma exposição, eu acho que é, mas eu acho que amar também e se expôr. [...] E eu gosto muito da não monogamia porque ela me dá um espaço para ser incoerente às vezes, e também de descobrir coisas acerca de mim, que dentro de um relacionamento monogâmico eu só jogaria para de baixo no tapete de fingiria que não existe. E aí eu respeito meu tempo também de falar as coisas, e aí, enfim, é uma loucura.” (Zoé)

Zoé também destaca, comicamente:

A sinceridade é igual uma obra de funcionamento básico da prefeitura, que todo mundo quer o resultado mais ninguém quer a obra na frente da sua casa” [...] Amar dá muito trabalho. E aí eu fico... Às vezes, caindo nessa narrativa de que o amor é lindo, colorido, leve e tranquilo. E eu não sou uma pessoa leve. Não sou, não sou uma pessoa fácil. E ter consciência disso... e não sou perfeita, principalmente. E ter consciência disso, é abrir um mundo, assim, pra mim. Porque parece que eu tô mais com quem eu sou, na relação, ao amor e tal. E aí é muito louco. Eu acho que essa é a principal dificuldade de você se colocar nas relações, se colocar pro amor com quem você é, com as incoerências, com as faltas, principalmente com as faltas, com os defeitos, com os traumas, sabe? Com tudo. Porque ao passo que tem muita verdade, tem muito defeito também. Ao passo que tem muita segurança, tem muitas questões também. E, enfim, eu acho que o problema é a questão relacional mesmo. Tipo assim, você tá se relacionando com outra pessoa... (Zoé)

Posto isso, temos que, apesar dos pesares, das dores, das incoerências e ambivalências inerente às sujeitas, a não monogamia se apresenta como uma via possível para se aproximar do desejo e vivenciar as experiências da vida minimante deslocadas da normatividade que enquadra e limita.

Entretanto, a não monogamia não esbarra somente nos atravessamentos monogâmicos-coloniais e/ou em subjetividades produzidas pelo neoliberalismo, mas também em mistérios inerentes à existência humana, como colocam algumas entrevistadas:

Eu acho que... é difícil... é muito difícil responder e pensar isso [as perguntas feitas ao longo da entrevista], porque eu acho que... Boa parte disso, tem esse mistério! Tipo, é como é, e não tem muito o que falar, o que desenvolver, não sei... Acho que, eu, por exemplo, às vezes posso, sei lá, tentar tornar as minhas respostas, as minhas explicações mais palpáveis, mais factuais, mais reais. Mas, eu acho que, tipo, durante a conversa aqui, foram muitas palavras soltas e nebulosas, e tipo que só estão vinculadas pelo sentimento mesmo. (Olívia)

Geralmente eu me atraio pelo papo da pessoa, pelo senso de humor e... não sei, tem alguma coisa que eu não falo que é o mistériozinho. [...] Eu chamo de mistério, porque nem eu sei nomear o que tá fazendo brilhar o olho por aquela pessoa. E aí eu não tenho essa questão de tipo assim... porque tem muita gente que se relaciona com as pessoas muito baseado nos padrões que já tem pra si, no que se atrai. Eu não, geralmente eu gosto de mulheres desfems, mas gosto também de pessoas... eu gosto de pessoas. Acho que o papo, o diálogo, a comunicação, a forma como a pessoa se expressam e esse qzinho de mistério que eu não sei o que é, faz o combo assim pra ela, pra abrilhantar o olho. (Lagam)

[...] Não dá. E eu acho que a minha atração com homens, ela é em alguns momentos sexual e só. Não... não dá, não vou lavar cueca, não quero uma cueca na minha casa nunca. E com minhas relações com mulheres, cara, tem que ser alguém que... que tenha.. não sei... que pense um pouco parecido comigo, assim, sabe. Num acho que existe a menor possibilidade, de... Não sei, talvez uma paixão cega, assim, um negócio conhecer uma pessoa, um frio na barriga, mas... não acho que tem como durar, sabe, não tem como prosseguir não. (Lola)

Aqui encontramos um reconhecimento do desconhecido, do que não se sabe e talvez nunca vá saber: os mistérios das paixões, dos sentimentos e emoções que nos atravessam enquanto sujeitas. Esse reconhecimento foge também da lógica monogâmica de que há uma *metade da laranja* esperando cada uma de nós em dado momento da vida e que, a partir de então, como nos contos de fadas, seremos felizes para sempre (Suy, 2022).

Reconhecer àquilo que nossa humanidade não alcança é reconhecer também o descontrole e vulnerabilidade que nos constitui, como discutido anteriormente, enquanto sujeitas e ir contra o ideal de que *podemos tudo o que quisermos, se quisermos*. Entretanto, não poder tudo não é não poder nada: podemos! E muito!

A partir então dos conceitos de Deleuze e Guattari de subjetivação e coexistência de linhas duras e maleáveis na existência de sujeitas, não objetivamos aqui propor um desancoramento absoluto da norma monogâmica, especialmente por compreendemos que não é possível voltar do zero para recomeçar. Logo, pensar afetos possíveis é questionar e pautar os atravessamentos e impactos das normatividades, mais especificamente da monogamia, em nossas políticas afetivas.

Em uma perspectiva descolonial, proposta para fundamentar esta pesquisa, compreendemos que a colonização já está dada, não sendo possível nos desfazermos da colonialidade como atravessadora direta das subjetividades. Então, refletimos aqui não sobre uma segmentarização binária entre monogamia e não monogamia, colocando a primeira como negativa e a segunda como boa e adequada, pois isso seria, mais uma vez, recair na lógica cristã de bem e mal (Martins & Núñez, 2024). Objetivamos, ao longo dessa pesquisa, perceber como sujeitas não monogâmicas passam por processos de dessubjetivação, aproximando-se de seus desejos, mas sem se desancorar do que já está dado. A questão não é buscar um descentramento totalitário, pois, como discutimos, não é possível voltar ao zero (Deleuze & Guattari, 1996), mas abraçar o caos, a desordem inerente à descolonização (Fanon, 1968) que nos produz

enquanto sujeitas que negam a norma sem se desfazer dela por completo e recaindo nas incoerências de ser quem se é: abraçando as dores e as delícias de se viver ao menos próximas do desejo.

Desse modo, entendemos que nos desfazermos da monogamia não é apenas renunciar o controle, a posse e o ciúme, mas questionar, sem esperar um novo roteiro pronto, de onde vem esses sentimentos e o que fazer com eles, visto que mais enclausuram do que libertam. Não ansiamos uma nova regra, uma universalidade, mas desbravar o desconhecido como quem almeja não o fim, o resultado amarrado, e sim o deslumbre com a infinidade de possíveis. Então, que sejamos menos arbitrariedade e mais processo. Menos amarras e mais possíveis. Menos eu e mais nós – atados. Bonito é o caminho.

Conclusão

Nesse estudo objetivamos cartografar os processos de subjetivação de mulheres não monogâmicas da cidade de Parnaíba – PI. Para tanto, nos valem de uma análise temática baseada em autoras(es) que debatem a não monogamia e as relações afetivas/amorosas/sexuais desde um ponto de vista crítico, pontuando nossas análises com autoras(es) ligadas(os) à decolonialidade, psicanálise e à filosofia da diferença.

A partir dos dados produzidos no campo, junto às mulheres não monogâmicas, foi possível perceber os impactos das normatividades monogâmicas-coloniais nos discursos das sujeitas. Partindo do modelo socioeconômico vigente, o neoliberalismo, observamos que há uma busca pela liberdade individual afluída no campo afetivo, havendo uma inclinação dos discursos para a valorização e a imposição dos desejos pessoais.

Ao tempo em que levamos em conta a importância das conquistas das mulheres enquanto sujeitas de direito, permitirmo-nos dar um passo à frente e tensionar o que mais pode

a não monogamia além de inflar a liberdade individual. No campo, percebemos a emergência de fatores complicadores nas vivências não monogâmicas, atrelados ao colonialismo: ciúme, posse, controle do outro, inseguranças e rivalidades, que desembocam no desafio em se viver a não monogamia nas relações românticas. Além disso, o território parnaibano também apareceu como mais um desafio das participantes em se viver a não monogamia, diante do conservadorismo e pequeno porte da cidade.

Todavia, ainda assim as participantes relatam a busca por vias mais saudáveis e possíveis de cultivos de seus afetos, seja nos relacionamentos românticos, na família e/ou nas amizades. Compreendemos como fatores importantes nesse processo a ética do cuidado, o diálogo e a manutenção das redes afetivas, que permitem pensar e praticar relações confluentes com a proposta libertária da não monogamia enquanto descolonial.

Diante disso, destacamos os discursos que ressaltaram as delícias da não monogamia apesar das marginalizações e desafios inerentes à existência de quem se propõe viver de forma dissidente à norma. Assim, observamos a não monogamia como uma via ética, política e processual no cultivo de afetos, que apesar dos desafios permite uma maior aproximação com a coletividade, a descentralização de funções, a não hierarquização dos afetos e, não obstante, afinidade com o desejo e a potência de ser quem se é no mundo.

Ademais, ressaltamos o recorte social das entrevistadas, levando em conta que as participantes são majoritariamente acadêmicas/classe média. Essa limitação impacta diretamente na análise sobre como classe, raça e acesso a direitos impactam materialmente as vivências não monogâmicas. Partindo da provocação de Vasallo (2022) sobre a não monogamia como privilégio de "brancas bem nascidas", destacamos a limitação em nossas estratégias metodológicas e de recrutamento e abrangência, e propomos que futuras pesquisas incluam mulheres periféricas, não brancas e/ou com menos acesso a recursos intelectuais, culturais, financeiros e afins.

Por fim, apontamos a relevância de que novas pesquisas se debrucem sobre como lidar com a hierarquia entre parceiras e parceiros, como ampliar as discussões sobre afetos, amor e cuidado para além das academias e quais são as alianças viáveis para pensarmos afetos possíveis e o amor (des)colonizado na sociedade contemporânea.

Referências

- Almeida, A. L. (2021). *Contribuições da psicologia social acerca da monogamia compulsória*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Pitágoras de Venda Nova].
- Assis, M. D. F. P., & de Souza Formigon, M. L. O. (2009). Por uma história da sexualidade entre Freud e Foucault: costuras e alinhavos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 4(3), 351-361.
- Balragán, A. (2020). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: Hollanda, H. B. (org). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo,.
- Bandeira, L. M., & Magalhães, M. J. (2019). A transversalidade dos crimes de femicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 1(1), 29-56.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001). *El normal caos del amor. Las nuevas formas de la relación amorosa*. Paidós.
- Butler, J. (2003). Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003a. __. O parentesco é sempre tido como heterossexual. *Cadernos Pagu*, (21), 219-260.
- Cardoso, D. D. S. (2010). *Amando vári@s—Individualização, redes, ética e poliamor* [Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa].

- Carvalho, P. H. C. D. (2021). *A produção sobre relações poliafetivas na psicologia brasileira: uma revisão sistemática sobre não monogamia de 2004 a 2021*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Cassiano, M., & Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade*, 25, 373-378.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Autêntica Editora.
- Cavaler, C. M., Beiras, A., & Vitali, M. M. (2024). Monogamia como pilar de sustentação da violência e dos feminicídios conjugais: uma revisão integrativa de literatura: An Integrative Literature Review. *Psicologia Argumento*, 42(118), 02546-2568.
- Ceribelli, M. (Host). (2020). *Bom dia, Óbvius*. [Áudio Podcast].
- Corá, A. C. R., & Tilio, R. (2021). Sentidos e experiências relatados por mulheres em relacionamentos não monogâmicos. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 42(2), 289-308.
- Costa, P. A., & Gonçalves, J. A. R. (2020). Não monogamia consensual: atitudes e experiências de pessoas heterossexuais, homossexuais e plurissexuais. *Psicologia, Saúde & Doença*, 21(01), 104-110.
- Cunha, A., Maira, A., Cristina, E., Silva, M. C., & Silva, P. G. (2024). Formação em Psicologia e violências cisheteronormativas. *Revista Evidência*, 20(21), 115-125.
- Curiel, O. P. (2019). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In I. M. Azkue, M. Luxán, M. Legarreta, G. Guzmán, I. Zirion, & J. A. Carballo (Eds.) *Descolonizar o feminismo* (pp. 45-60). Simr.
- Deleuze, G. (2014). *El poder: curso sobre Foucault*. Editorial Cactus.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. 34.

- Diniz, M. Z. (2020). A prática de swing entre casais heterossexuais: uma revisão de literatura. In O. M. Rodrigues Jr, C. Zeglio, V. L. Vaccari, & G. E. Levatti (Orgs.) *Estudos em Sexualidade* (pp. 318-337). Instituto Paulista de Sexualidade.
- Domènech, M., Tirado, F. J., & Gómez, L. (2001) A dobra: psicologia e subjetivação. In.: Silva, T. (Org.). *Nunca fomos humanos* (pp. 111-136). Autêntica.
- Dunker, C. (2024). *A arte de amar: Uma anatomia de afetos, emoções e sentimentos*. Record.
- Dussel, E. D. (1980). *Liberación de la mujer y erótica latinoamericana: ensayo filosófico* (No. 7). Editorial Nueva América.
- Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884)*. Civilização Brasileira.
- Engels, F. (2019). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Editorial Vitória Ltda.
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de campo*, 13, 155-161.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Feitosa, M. Z. D. S., Sousa, L. C. A., Paz, A. F. C., Barreto, E. H. F. L., & Bomfim, Z. Á. C. (2018). Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30, 196-203.
- Ferigato, S. H., & Carvalho, S. R. (2011). Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 15, 663-676.
- Fernandes, R., & Fleury Ferreira, J. (2025). “Tenho medo de voltar a ser monogâmica”: a não monogamia e o dilema da anarquia relacional na pandemia de covid-19. *Revista Periódicus*, 1(21), 103–131.
- Fernandes, R., & Medrado, A. T. (2023). *Não monogamia: trânsitos entre raça, gênero e sexualidade*. Telha.

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2020). *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado, Org. e Trad.). Graal.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. *Dreyfus, H.; Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Forense Universitária*, 231-249.
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico* (Tradução Eduardo Brandão). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir*. Leya.
- Freire, P. (2014). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.
- Freitas, C. S. (2016). *Neoliberalismo e educação: a influência da ideologia neoliberal nas universidades brasileiras e a construção de uma nova subjetividade* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora).
- Ganatra, N. (Diretora). (2016). *You Me Her* [TV Série]. JSS Entertainment, Alta Loma Entertainment, Entertainment One Television.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. M. (1988). Narrative and the self as relationship. *Advances in experimental social psychology*, 21, 17-56.
- Giddens, A. (2003). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Unesp.
- Gil, L. S. (2021, 24 Novembro). *A potência política da vulnerabilidade*. Instituto Humanitas Unisinos. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614714-a-potencia-politica-da-vulnerabilidade>
- Goncalves, I. (2021). Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de "monogamia" e "não-monogamia". *Teoria e Cultura*, 16(3), 61-75.
- Gonçalves, Í. (2025). (Não) monogamias e imaginários: a elaboração das emoções em tramas verbovisuais. *Revista Periódicus*, 1(21), 42–55.
- Han, B-C. (2023). *A crise da narração*. Vozes.

- Hardy, J. W., & Easton, D. (2020). *Ética do amor livre: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas*. Editora Elefante.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Cidades e Estados*.
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/parnaiba.html>
- Illouz, E. (2011). *O amor nos tempos do capitalismo*. Zahar.
- Junior, D. L. B. (2021). Para além do assujeitamento: agenciamentos não-monogâmicos de uma mulher puta. *Teoria e Cultura*, 16(3), 12-23.
- Kastrup, V. & Passos, E. (2013). Sobre a validação da pesquisa cartográfica: Acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *Fractal, Revista de Psicologia*, 25(2), 391-414.
- Kastrup, V. (2023). A escrita cartográfica e a dimensão coletiva da experiência. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 9, 160-175.
- Kastrup, V., Passos, E., & Escóssia, L. (2010). *Pistas do método cartográfico*. Sulina.
- Klesse, C. (2025). Para uma política queer de não monogamia consensual Do parentesco queer aos comuns queer. *Revista Periódicus*, 1(21), 544–596.
- Lessa, L., & Núñez, G. (2021). Luta e pensamento anticolonial: Uma entrevista com Geni Núñez. *Revista Epistemologias do Sul*, 5(2).
- Lima, C. F., Silva Cavalheiro, L., de Castilho Gitti, D. H., Vale, F. C., & de Lima, M. (2023). Caracterização da população geral que realizou testagem para o hiv, entre 2020 e 2022, em um serviço de atendimento especializado, região sul, periférica, da cidade de são paulo. *The Brazilian Journal of Infectious Diseases*, 27, 102984.
- Lins, R. N. (2013). *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo*. Editora Best Seller.
- Lins, R. N. (2013). *O Livro do Amor-vol. 2: Do Iluminismo à atualidade (Vol. 2)*. Editora Best Seller.
- Lins, R. N., & Braga, F. (2005). *O livro de ouro do sexo*. Ediouro.

- Longhitano, B. (2023). *Relacionamentos não monogâmicos: uma análise a partir de relatos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho].
- Lopes, M. L., & Escoura, M. (2025). “Adoro NM desde que não seja minha namorada”: convenções e controvérsias da #monogamia no TikTok. *Revista Periódicus*, 1(21), 72–92.
- Lorde, A. (1984). Usos do erótico: O erótico como poder. *Mulheres e Cultura: Uma Antologia Interseccional para Estudos de Gênero e da Mulher*.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula rasa*, (9), 73-102.
- Martins, F., & Nuñez, G. (2024). Entrevista: descolonizar afetos-caos, concomitância e movimento: um diálogo entre fernanda martins e geni nuñez. *Revista Espirales*, 8(1), 392-404.
- Mogrovejo, N. (2025). A colonialidade do amor. *Revista Periódicus*, 1(21), 445–461. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i21.58668>
- Monteiro, A. & Rocha, G. (Host). (2021). *Podcast RC Não Mono* [Áudio Podcast].
- Moreira, V. M. L. (2018). Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 19, 29-52.
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Navarro, P. P. (2023). Pandemias, educação e vigilância moral: reflexões sobre relações não monogâmicas em crises de saúde. *Gênero, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*, 13-18.
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.
- Núñez, G. D., de Oliveira, J. M., & de Souza Lago, M. C. (2021). Monogamia e (anti) colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. *Teoria e Cultura*, 16(3), 76-88.

- Oliveira, A. M. A. D. (2014). Experimentações da sexualidade na prática do swing: problematizando hetero/conjugualidades na cidade de Fortaleza. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza – UNIFOR].
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.
- Padilha, P. R. (2012). O'Círculo de Cultura'na perspectiva da intertransculturalidade.
- Passos, E., & Barros, R. B. D. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: - pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 17-31. Editora Sulina.
- Paulani, L. M. (1999). Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, 8(2), 115-127.
- Pilão, A. (2015). Entre a liberdade e a igualdade: princípios e impasses da ideologia poliamorista. *Cadernos pagu*, 391-422.
- Pilão, A. C. (2019). Quando o amor é o problema: feminismo e poliamor em debate. *Revista Estudos Feministas*, 27, e55097.
- Pilão, A. (2021). Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro. *Teoria e cultura*, 16(3), 103-115.
- Pilão, A. C. (2022). Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor - relações livres. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (38), e22205.
- Pinho, M. J. S. (2021). Entrevista com a psicanalista e escritora Regina Navarro Lins. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 32(1).
- Piran, M., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2023). Relações Afetivo-sexuais: Concepções e Representações de Jovens Universitários de Classes Médias. *Psico*, 54(1), e39108-e39108.

- Porto, D. (2018). Mononormatividade, intimidade e cidadania. *Revista Direito GV*, 14(2), 654-681.
- Prado, G. A. S. (2017). *A outra forma da loucura: reflexões sobre o enlouquecer como experiência trágica* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- Prado, G. A. S.; Moura, M.; Leitão, E.; Souza, W. (2020). Uma estranha diferença: atravessamentos transversais e transdisciplinares para a psicologia. In: Lemos F.; Galindo, D.; Bicalho, P.; Lima, A. F.; Barros, J. P. (Orgs.). *Psicologia, história cultural e governamentalidades: racismo, etnicidade, gênero, sexualidades e corpo* (pp. 577-606). CVR.
- Prado, G. A., Oliveira, D., Becker, S. E., Caetano, M. V., Silva, A. L., & Araujo, N. A. (2025). Por outras políticas afetivas: problematizações críticas da heteromononormatividade. *Revista Periódicus*, 1(21), 462–487.
- Rocha, N. S. (2023). *A não-monogamia está na moda? Uma análise da popularização e captura neoliberal das relações não-monogâmicas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Rolnik, S., & Guattari, F. (2006). Micropolítica. *Cartografias del deseo*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Rolnik, S. (1989). Cartografia sentimental: transformações contemporaneas do desejo.
- Rolnik, S. (2019). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições.
- Rose, N. (2001) “Inventando nossos eus”. In.: Silva, T. T. (Org.). *Nunca fomos humanos* (pp. 137-204). Autêntica.
- Russo, J. (2004) As sociedades afetivas e sua evolução. *CIRCULUS Revista da Justiça Federal do Amazonas*, 2(3).
- Saraiva, I. M. C. A. (2023). *Não monogâmias consensuais e infidelidade: desafios para os profissionais de saúde mental* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário].
- Sawaia, B. B. (2003). Fome de felicidade e liberdade. *Muitos lugares para aprender*, 53-64.

- Scott, J. (2019). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: Hollanda, H. B. (org). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo,.
- Silva Netto, M. C. F., & Abreu, T. S. N. F. (2023). Rejeição aos espaços de não direito e a vinculação dos princípios fundamentais às relações privadas: uma revisão sistemática da jurisprudência do STF a respeito do (não) reconhecimento de efeitos jurídicos às famílias simultâneas. *Civilistica. com*, 12(2), 1-32.
- Silva, V. (2021). A (in) visibilidade do poliamor: por que não podemos amar várias pessoas em público?. *Teoria e Cultura*, 16(3).
- Silveira, R. G. 14. Pressupostos éticos e políticos da crítica de Engels ao casamento monogâmico. In E. V. Medeiros (Org.), *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (pp. 204-216). Dissertatio Filosofia.
- Snellin, L. & Tcherniak, L. (Diretores). (2018). *Wanderlust: Navegar é preciso* [TV Série]. BBC One.
- Somé, S. (2003). Homossexualidade: guardiões do portão. *SOMÉ, Sobonfu. O Espírito da Intimidade: Ensinaamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Rio de Janeiro: Odyseus.
- Souza, D. C., Silva, M. A., & Beiras, A. (2022). Violência Íntima entre Homens que se Relacionam com Homens-Revisão da Literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1709-1728.
- Souza, D., Silva, M. A., & Beiras, A. (2021). Violência nas relações íntimas entre mulheres. Revisão integrativa da literatura. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(2), 1-21.
- Suy, A. (2022). *A gente mira no amor e acerta na solidão*. Paidós.
- Swain, T. N. (2001). Para além do binário: os queers e o heterogêneo. *Niterói*, 2(1), 87-98.
- Tilkian, C. (Host). (2022). *Amores Possíveis* [Áudio Podcast].

Tomelin, N. B., & Rausch, R. B. (2021). O legado de Paulo Freire ao desenvolvimento profissional docente para uma educação decolonial: o Círculo de Cultura como possibilidade. *Praxis educativa*, 16.

Vasallo, B. (2014). *Polyamor y redes afectivas: ¿reforma o revolución?*.

<https://www.pikaramagazine.com/2014/02/polyamor-y-redes-afectivas-reforma-o-revolucion/>

Vasallo, B. (2022). *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. Editora Elefante.

Vidal, S. (2025). A colonialidade/modernidade no mito do “amor-romântico”. *Revista Periódicus*, 1(21), 132–151.

Wittig, M. (2019). Não se nasce mulher. In H. B. Holanda (Org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 85-94). Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.

Zanello, V. (2023). *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Editora Appris.

Apêndice 3 – Link da playlist colaborativa “Flertes não monogâmicos”

https://open.spotify.com/playlist/0fQ1YkFlycW90c8TuYwaCv?si=_ur-Wtv9RXXKgrZMr6xVRAw&pi=0cL20N9jTf-Z3